



UFPEL

Universidade Federal de Pelotas

Instituto de Biologia



Projeto Pedagógico

Curso de Educação Especial Inclusiva - Licenciatura

Pelotas, Dezembro de 2023



UFPEL

Universidade Federal de Pelotas



Reitora: Profa. Dra. Úrsula Rosa da Silva

Vice-Reitora: Profa. Dr. Eraldo dos Santos Pinheiro

Diretor da Unidade: Prof. Dr. Luiz Fernando Minello

COORDENAÇÃO DE CURSO

Prof. Dr. Rodrigo da Silva Vital (Faculdade de Educação)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
I PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	10
II ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	17
III ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	23
IV METODOLOGIA DE ENSINO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO	109
V GESTÃO DO CURSO E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO	109
VI ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS.....	116
VII INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO	117
VIII INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	119
IX INTEGRAÇÃO COM OUTROS CURSOS E PÓS-GRADUAÇÃO.....	121
X TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	122
XI QUADRO TÉCNICO	123
XII INFRAESTRUTURA	123
REFERÊNCIAS.....	127
APÊNDICES	129

APRESENTAÇÃO

A escolarização da pessoa com deficiência pode ser considerada um fenômeno recente. A trajetória de vida, a compreensão acerca da deficiência e das barreiras impostas as pessoas, percorreram momentos históricos de terror, exclusão, preconceitos, marginalização e abandono. Na antiguidade, o extermínio e a exposição predominavam, principalmente pelo paradigma espartano, de culto e idolatria pelo corpo, vigor e perfeição.

Em função deste culto a beleza e perfeição, pessoas consideradas “defeituosas” eram eliminadas ou expostas à diversão coletiva. Eliminadas em função de serem “maléficas” e colocarem em risco a sociedade em formação. Ou expostas a guisa de diversão. Ou ainda, abandonadas. Famílias escondiam ou abandonavam seus membros que apresentassem deficiência sob pena de amargarem o terror e a exclusão social.

Na idade média, afora o temor e o abandono que ainda persistiam, os tratamentos excludentes foram substituídos pelo viés caritativo, principalmente trazido pelo cristianismo. (ARANHA, 2006), estabelecendo a dicotomia entre a ideia de serem criaturas de Deus e a compreensão de terem que expurgar seus pecados por serem “danações” divinas que necessitavam de cura da alma.

Este tempo histórico, situado como período pré-moderno, de sujeição do homem à natureza e a ordem natural do mundo, propunha um equilíbrio estático, garantidor da ordem e da ascensão das almas aos céus.

Aos poucos as cidades surgem e se organizam, demandando novos fazeres e serviços. Com o advento das cidades, das novas organizações sociais, uma nova sociedade se inicia, bem como dos estados, direitos e instituições. Aliado a isso, novos direitos e demandas passam a serem pleiteados e disputados, em consonância com novos mecanismos e organização do trabalho, de propriedade privada, de organização social. A ciência inicia seus avanços, trazendo uma nova racionalidade à pauta e fazendo com os dogmas antes considerados fossem questionados.

Entretanto, um novo olhar torna-se essencial, o produtivo. Não mais somente o belo e perfeito para as lutas, mas o ser produtivo e que não seja considerado ameaça para a sociedade plena que se inicia. O medo retorna, sendo a pessoa “diferente” entendida como ameaça ao modelo de sociedade buscada. As ideias trazidas por Descartes, Newton, Locke apontam

certezas a partir da racionalidade e um novo paradigma se estrutura. Aliados aos adventos do iluminismo, da industrialização, do capitalismo emergente, da cientificidade, um novo paradigma se estabelece, considerado moderno, onde a razão é libertária, na medida em que supera as ideias religiosas ou imaginárias. A natureza condiciona-se a ser dominada, assim como homens pelos homens, em prol da sociedade futura idealizada onde a ciência e as verdades absolutas configuram-se como os novos dogmas.

Consigo este paradigma nos traz o modelo médico na busca de uma sociedade saudável e produtiva e, ainda, no entendimento das pessoas “diferentes”, objeto de cura e tratamento para sua inserção na vida social. As populações consideradas menos válidas, pobres, deficientes, marginalizadas, tornam-se perigosas à sociedade, como foi o caso da epidemia de cólera em Paris que gerou o medo sanitário e ao sistema, que necessitava de mão-de-obra. A disciplina necessária aos tempos emergentes, criando espaços de condicionamento e ordem, geraram escolas, quartéis, presídios, hospícios, onde as diferenças eram alocadas para se inserirem no modelo pretendido, através de treinamentos, tratamentos e/ou contenções e exclusão social. (RODRIGUEZ, 1999).

A criança, considerada um vir-a-ser adulto e vista como a garantia de um futuro promissor, passa a ser percebida e educada, tendo na escolarização o instrumento-chave desta padronização pretendida para a construção da sociedade almejada. A criança, futuro e garantia de uma sociedade perfeita, necessitava ser educada, cuidada, organizada, também de forma perfeita. A família cabe a função de gerar filhos saudáveis e capazes para esta sociedade.. E a escola atribuía-se a condição de “formarem” as gerações. Para as pessoas com deficiência, não enquadradas nestes ideais de sociedade e de pessoa, fundam-se instituições especializadas predominando os modelos de tratamento moral das condutas e nos modelos médicos, nas expectativas de normalização.

No final do século XIX e início do século XX, avançam os movimentos eugenistas, buscando aprimorar a raça através de esterilizações massivas ou exclusões de convivência, a fim de manter e aprimorar raças e pessoas consideradas válidas e necessárias.

Além disso, no século XX, sob os princípios da ciência moderna, previsível, condicionante e absoluta, avançam a psicologia psicométrica, as avaliações educacionais, os métodos confiáveis e balizados cientificamente para educação, assim como o tratamento e adaptação dos comportamentos aos modelos vigentes.

A educação para pessoa com deficiência organiza-se a partir daí em instituições especializadas, escolas ou classes especiais. A Educação Especial regulamenta-se em legislações e estruturas específicas, tendo como princípio de ação o modelo médico e o conceito de normalização. Este modelo, institucionalizante e normalizados, entrecruzado pelo viés caritativo, se consolida como a melhor forma de tratamento e educação das pessoas com deficiência e, de certo modo, ainda perpassa muitas concepções e ações dos tempos atuais.

Entretanto, será no bojo do próprio século que o paradigma dito moderno inicia a se esgotar e a exigir novos parâmetros, apontados por vários autores, como paradigma pós-moderno, paradigma emergente, transição paradigmática, já que sabemos o que não queremos, mas não sabemos o que desejamos de fato e nem como alcançá-lo de forma plena. (RODRIGUEZ, 1999).

No final da década de 1960, mesmo que ainda permeado pelo modelo médico dominante, inicia-se o movimento de integração da pessoa com deficiência, buscando acesso aos direitos e à vida em sociedade.

Poorém, será somente nos anos de 1980 e, no Brasil, nos anos de 1990, que o movimento de inclusão se inicia ou se intensifica, prioritariamente pelo viés dos movimentos sociais, dos movimentos familiares e dos movimentos da própria Educação Especial, pautando que não o indivíduo, mas a sociedade deveria se modificar para acolher, aceitar, respeitar, conviver e atuar com todas as singularidades, consideradas inerentes ao humano.

Podemos considerar que as políticas públicas inclusivas no contexto brasileiro iniciam a partir de movimentos e documentos internacionais, os quais o Brasil torna-se signatário, ou seja, assume compromissos que depois se traduzem em políticas e ordenamentos legais.

Entre estes documentos, destacamos a Declaração Universal dos Direitos do Homem pela ONU (1948); a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989); a Declaração Mundial sobre Educação para todos, resultante da Conferência Mundial sobre Educação para todos, Tailândia, 1990. A Declaração de Salamanca, resultante da Conferência Mundial de sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, Espanha, 1994. a Convenção de Guatemala (1999) e a Carta do Terceiro Milênio (1999), entre outras. (RODRIGUEZ, 2022).

Um dos primeiros e conhecidos movimentos deflagradores da inclusão em diversos países se configurou na “Conferência Mundial sobre Igualdade de Oportunidade: Acesso e Qualidade”, realizada em Salamanca, Espanha, no período de 07 a 10 de junho de 1994, onde o compromisso indicado pela UNESCO tomou força e encaminhamento. Nesta conferência foi

elaborada a “Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais”, estabelecendo o compromisso com a educação de todos, crianças, jovens e adultos e desafia a escola a se pautar pelo direito, acolhimento e aprendizagem de todos, adequando-se aos alunos, não só para atendimento, mas para qualidade.

A Declaração de Salamanca (1994), unificou os princípios, a política e as práticas da integração das pessoas com necessidades educativas especiais, demarcando a **Educação Inclusiva como princípio**, sendo decisiva para a inserção dos conceitos de inclusão nas políticas públicas, culminando em 1994 com a criação da SEESP/MEC e da Política Nacional de Educação Especial inspirando a nova Lei de Diretrizes e Bases de 1996. (RODRIGUEZ, 2021).

Tais construtos estão postos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 (Lei 9394/96) que em seu capítulo V trata da Educação Especial, apresentando a frequência preferencial do aluno com deficiência na escola regular, bem como os apoios e as estruturas necessárias para avaliação, curricularização, aprendizagem e atendimento educacional especializado.

Cabe destacar que, antes da LDB e dos novos ordenamentos legais, a constituição brasileira já remetia para uma sociedade mais justa e igualitária, portanto, inclusiva. A Constituição Federal de 1988 considerada como um grande marco na estruturação da sociedade e da democracia brasileira, apresenta em seu artigo 208, como dever do Estado a oferta de atendimento educacional especializado, estabelecendo a integração como preceito constitucional, preconizando o atendimento às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (RODRIGUEZ, 2022)

Salientamos ainda, como documento fundamental nas políticas e ordenamentos inclusivos, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI (MEC), 2008. Esta política, ainda vigente, define de forma consistente e argumentativa, o conceito de Educação Inclusiva e orienta as práticas que a viabilizam. Apresenta a Educação Especial como modalidade transversal em todos os níveis e modalidades de ensino, através do Atendimento Educacional Especializado não substitutivo à sala comum, mas complementar ou suplementar.

Este Atendimento Especializado se organiza na Resolução nº 04 do CNE/CEB de 2009, que instituiu as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, ampliados no Decreto 7611/2011, que dispõe sobre a Educação Especial e o

Atendimento Educacional Especializado, no Programa viver sem limites (SNPD/2013), no Plano Nacional de Educação 2011-2020 e, por fim, na Lei 12.796/2013, se configurando como políticas prioritárias.

E, no ano de 2015, novo marco importante, com a Lei 13.146, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência), alterando a concepção da pessoa com deficiência e apresentando os direitos e as barreiras a serem eliminadas. O modelo biopsicossocial de avaliação da deficiência rompe significativamente como o modelo exclusivamente médico, estabelecendo os princípios de análise das funcionalidades e contextos sociais, psicológicos e vivenciais a partir das dimensões das próprias configurações das deficiências.

A lei aponta ainda, os direitos à saúde, educação, trabalho, transporte, segurança, saúde, entre outros, e as barreiras atitudinais, comunicacionais, arquitetônicas, curriculares e pedagógicas que precisam ser eliminadas.

A partir da PNPEEI, do Decreto 7611/2011, da Lei 13.146/2015, podemos configurar a Educação Inclusiva em suas bases e princípios. Cabe salientar, entretanto que outras legislações se coadunam com estes marcos principais aqui citados, tais como a Lei 12764, que institui a Política Nacional de Proteção dos direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, o Decreto Federal nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, que prevê a obrigatoriedade do Intérprete de Libras em sala de aula, entre outras específicas que precisam ser atendidas no contexto escolar.

A legislação brasileira é ramificada e ampliada o que a torna, por vezes, mais complexa para compreensão e efetivação. Ainda, as políticas de estado, as macropolíticas, as quais ultrapassam governos, tais como a LDB, a PNEEPEI, necessitam ser ressignificadas nas diferentes instâncias, sejam elas estaduais, municipais ou instituições escolares.

Assim, o entendimento de que a escola é espaço de convivência e aprendizado social, de que todos e todas têm direitos que precisam ser garantidos e que cabe a escola, a sociedade, se modificar e eliminar barreiras, se configuram nos princípios da Educação Inclusiva. Educação esta que não se traduz tão somente na presença dos alunos com deficiência em sala de aula, mas de todos e todas, sem exclusões ou preconceitos de qualquer ordem, seja sócio-econômica, étnica, estrutural, cultural, cognitiva, etc.

E neste sentido, a Educação Especial deixa de ser instituto próprio e passa a ser modalidade transversal que perpassa todos os níveis e modalidades de ensino, como o proposto para este curso de graduação em licenciatura.

De outra parte, compreende-se a premência de avanços e formações para que se efetive e qualifique, o que justifica esta formação proposta.

O Curso de Educação Especial Inclusiva tem como norte a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, os ordenamentos legais relacionados à inclusão de pessoas com deficiência e do Atendimento Educacional Especializado, aqui compreendido como apoio e não como atendimento segregado e excludente, em retorno às chamadas classes especiais.

O formato de oferta, em férias, visa facilitar a participação de alunos mais distantes e também trabalhadores que não dispõem de tempos diários para frequentar a universidade.

Além desta perspectiva, o curso propõe a estreita relação entre teoria e prática, propondo, no decorrer do período letivo das escolas, que os alunos investiguem, ampliem conhecimentos, estabeleçam as relações com o desenvolvimento no período de aulas e dêem conta das ações propostas nos eixos integradores, que articulam as disciplinas de cada semestre e a prática como componente curricular, as ações de ensino com as de

I. PROPOSTA PEDAGÓGICA

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

1.1.1 Dados de Identificação da Universidade Federal de Pelotas - UFPel

Mantenedora: Ministério da Educação		
IES: Universidade Federal de Pelotas – UFPel		
Natureza Jurídica: Fundação de Direito Público - Federal	CNPJ/MF: 92.242080/0001-00	
Endereço: Rua Gomes Carneiro, 1 – Centro, CEP 96010-610, Pelotas, RS - Brasil	Fone: +55 53 3921.1024 Site: www.ufpel.edu.br E-mail: reitora@ufpel.edu.br	
Ato Regulatório: Recredenciamento Decreto No documento: 484 Data de Publicação: 22/05/2018	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
Ato Regulatório: Recredenciamento EAD Portaria No documento: 1265 Data de Publicação: 29/09/2017	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
CI – Conceito Institucional:	4	2017
CI – EAD - Conceito Institucional EAD:	3	2013
IGC – índice Geral de Cursos:	4	2016
IGC Contínuo:	3,5050	2017
Reitora: Isabela Fernandes Andrade	Gestão: 2020-2024	

Quadro 1 - Dados de Identificação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel

1.1.2 Contexto e Histórico da Universidade Federal de Pelotas

A Universidade Federal de Pelotas está localizada no Sul do estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas, a 250 km de Porto Alegre. Pelotas é o município mais populoso e importante da metade sul do Estado, sendo a quarta cidade mais populosa do Rio Grande do Sul. Com 341.648 mil habitantes, estimados em 2018, a cidade ocupa uma área de 1.610.084 km², com cerca de 92% da população total residindo na zona urbana do município, tem localização geográfica privilegiada no contexto do MERCOSUL, pois está situada entre São Paulo e Buenos Aires.

A história da cidade está associada à produção de charque e na cultura de pêssego e aspargo. Também a produção do leite é de grande destaque na pecuária, constituindo a maior bacia leiteira do Estado. Pelotas apresenta um comércio ágil e diversificado com serviços especializados e empresas de pequeno, médio e grande porte.

Com a mistura de etnias que caracteriza Pelotas, a cidade é conhecida por sua riqueza cultural. Pelotas tem um belo patrimônio cultural arquitetônico, de forte influência europeia, sendo um dos maiores de estilo Eclético do Brasil, em quantidade e qualidade, com 1300 prédios inventariados, é patrimônio histórico e artístico nacional e patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul. Foi berço e morada de várias personalidades da cultura nacional, como do escritor regionalista João Simões Lopes Neto, de Hipólito José da Costa, do pintor Leopoldo Gotuzzo e de Antônio Caringi. No ano de 2006, Pelotas foi eleita, pela Revista Aplauso, como a cidade “Capital da Cultura” do interior do estado.

É neste contexto que a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) está localizada, com sua reitoria instalada na Rua Gomes Carneiro, 1, Centro, Pelotas/RS, foi criada em 1969, a partir da transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (composta pela centenária Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Faculdade de Veterinária e a Faculdade de Ciências Domésticas) e da anexação das Faculdades de Direito e Odontologia, até então ligadas à Universidade do Rio Grande do Sul, do Conservatório de Música de Pelotas, da Escola de Belas Artes Dona Carmem Trápaga Simões, do Curso de Medicina do Instituto Pró-Ensino Superior do Sul do Estado e do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG). A área agrária, de grande importância para o desenvolvimento da região, de economia predominantemente agropastoril, teve, por sua vez, importante contribuição na formação da Universidade.

Posteriormente, iniciou-se a implementação de cursos em diferentes áreas, no Instituto de Ciências Humanas, no Instituto de Biologia, no Instituto de Química e Geociências, no Instituto de Física e Matemática e no Instituto de Letras e Artes, todos previstos no decreto no 65.881/69, que estabeleceu a estrutura organizacional da UFPel.

Foram também relevantes, no processo de desenvolvimento da Universidade Federal de Pelotas, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Enfermagem, visto que ambas deram origem a toda a estrutura da área da saúde na UFPel. Estrutura essa que, através dos ambulatórios da Faculdade de Medicina e do Hospital Escola da Universidade contribuem até hoje, decisivamente, para a saúde da população de Pelotas e cidades vizinhas, visto o grande número de atendimentos realizados a pacientes do SUS.

Em 2007, a UFPel aderiu ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), viabilizando um salto no número de cursos de 59, no ano de 2007, para 101 cursos, até 2013, período no qual a instituição passou de oito mil para 21 mil alunos. Ao longo do tempo, a UFPel vem registrando expressivos avanços, que se configuram tanto na ampliação de sua atuação acadêmica, através do aumento do número de vagas oferecidas e da criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, quanto na expansão de seu patrimônio edificado.

Atualmente a Universidade conta com cinco campi: Campus do Capão do Leão, Campus da Palma, Campus da Saúde, Campus das Ciências Sociais e o Campus Anglo, onde está instalada a Reitoria e demais unidades administrativas. Fazem parte também da estrutura atual da UFPel diversas unidades dispersas. Dentre elas, estão a Faculdade de Odontologia, a Faculdade de Direito, o Serviço de Assistência Judiciária, o Conservatório de Música, o Centro de Artes (CA), o Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos (CCQFA), o Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDTEc), o Centro das Engenharias (CEng), a Escola Superior de Educação Física (ESEF), o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), o Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG), o Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, a Agência para o Desenvolvimento da Lagoa Mirim (ALM). Transcorridos 50 anos da criação da Universidade Federal de Pelotas, em processo constante de construção/reconstrução e de ampliação, a UFPel se mantém atenta às necessidades educacionais e de formação profissional do Século XXI. Nesse sentido, tem como Missão “Promover a formação integral e permanente do profissional, construindo o conhecimento e a cultura, comprometidos com os valores da vida com a construção e o progresso da sociedade” (Fonte: site UFPel).

Atualmente, a UFPel conta com 98 cursos de Graduação: 93 cursos de Educação Presencial (64 Bacharelados, 22 Licenciaturas e 7 Tecnológicos) e 4 cursos de Licenciatura na Modalidade a Distância (os cursos de Licenciatura na Modalidade a Distância fazem parte do programa Universidade Aberta do Brasil - UAB); com 70 cursos de Pós-Graduação: 26 cursos de Doutorado e 44 cursos de Mestrado (distribuídos em 45 programas de pós-graduação), 17 cursos de Especialização, 09 programas de Residência Médica e 01 programa de Residência Multiprofissional.

Com relação à formação de professores, a criação dos cursos de licenciatura, como os demais cursos de graduação, tem como base legal o art. 207 da Constituição Federal de 1988, que outorga às universidades a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, tendo como princípio a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. O processo de criação de cursos ocorre de acordo com o cenário social, político e econômico regional, visando ao atendimento de demandas de formação profissional.

No caso dos cursos de licenciatura, a implementação ocorreu como indicado a seguir:

- Década de 1970 - Educação Física (1972); Artes Visuais (1974); Música (1975); Pedagogia (1979).
- Década de 1980 - Letras Português/Inglês (1984); Letras Português/Francês (1984); Filosofia (1985).
- Década de 1990 - Geografia (1990); História (1990); Letras Português (1990); Física (1991). Matemática (1992); Letras Espanhol e Letras Inglês (1994), atualmente extintos; Ciências Biológicas (1995); Ciências Sociais (1995); Química (1997).
- Década de 2000 - Pedagogia (noturno - 2006); Teatro (2008); Dança (2008); Matemática (noturno - 2008); Letras Português/Espanhol (2008); Letras Português/Alemão (2009).
- Década de 2010 – Educação Física (noturno - 2010).
- Cursos do REUNI foram criados no período 2008 a 2012.

Embora na UFPel, os cursos de formação de professores sejam preferencialmente na modalidade presencial, existem cursos na modalidade a distância. Dos já ofertados nesta modalidade, apenas 3 cursos estão sendo ofertados atualmente, conforme indicado a seguir:

- Década de 2000 - Matemática Pró-licenciatura 1 (2006) e Matemática Pró-licenciatura 2 (2008) - extintos; Pedagogia (2007) e Educação do Campo (2009) - sem oferta de vagas; Matemática (2008) - com turmas em andamento;

- Geografia Pró-licenciatura (2008) e Letras-Espanhol Pró-licenciatura (2008) - extintos; Letras Espanhol (2009) e Filosofia (2014) - com turmas em andamento.

1.2. CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA - Licenciatura

1.2.1. Dados de Identificação do Curso

Denominação: Curso de Educação Especial Inclusiva - Licenciatura

Unidade: Instituto de Biologia

Diretor da Unidade: Prof. Dr. Luiz Fernando Minello

Número de Vagas: 30

Turno de funcionamento: DIURNO

Carga horária: - 3270

Tempo de duração do curso: 4 anos

Regime Acadêmico: Semestral

Tempo de Integralização: Mínimo 08 semestres; Máximo: 14 semestres

Modalidade: presencial, concentrado nas férias e no período letivo das escolas, em articulação com a prática.

Turno de Funcionamento: integral

1.2.2 LEGISLAÇÃO E DIRETRIZES

A formação de profissionais para a Educação Básica, pela Universidade Federal de Pelotas, está fundamentada em documentos que balizam a estrutura da Política Institucional de Formação de Professores e dos Projetos Pedagógicos de Cursos de licenciatura da UFPel, como indicado a seguir:

- Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. - **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional** e respectivas Leis que a atualizam.

- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - **Plano Nacional de Educação** (PNE 2014/2024).

- Resolução CNE/CEB, nº 4, de 13 de julho de 2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais da **Educação Básica**.

- Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a **Formação de Professores**.

- Parecer CNE/CP nº 8, de 06 de março de 2012 (Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 30/5/2012, Seção 1, Pág. 33) e Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 - Diretrizes Nacionais para a Educação em **Direitos Humanos**.

- Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 - Diretrizes Curriculares para a Educação das **Relações Étnico-Raciais** e para o Ensino de **História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**;

- Lei 13.146/2015, de 06 de julho de 2015 - Lei Brasileira de **Inclusão da Pessoa com Deficiência** e Estatuto da Pessoa com Deficiência; e Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 - acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 - **Língua Brasileira de Sinais – Libras**.

- Decreto nº 4281, de 25 de junho de 2002 que Regulamenta a Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999 - Política Nacional de **Educação Ambiental**.

- Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para **Educação Escolar Quilombola** na Educação Básica.

- Resolução Nº 5, de 22 de junho de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para **Educação Escolar Indígena** na Educação Básica.

- Lei nº 11788, de 25 de setembro de 2008 – **Lei de Estágio**

Curricularização da extensão – Resolução e o Guia da extensão UFPel

Regramento de Ensino – Resolução 29\2018

Resolução COCEPE para formação de professores

O curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva está pautado no disposto na “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL 2008), no Decreto nº 7.611, 2011 que dispõe sobre a Educação Especial, sobre o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências, na Lei nº. 13.146/2015 que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência e nas Diretrizes Curriculares Nacionais das áreas específicas dos cursos de licenciatura, considerando que não existem diretrizes curriculares nacionais específicas para as licenciaturas em Educação Especial.

1.2.3 Histórico do Curso

Até meados dos anos 2000, havia no Brasil 31 cursos de Pedagogia com Habilitações, entre elas a de Educação Especial, porém as alterações nos cursos de Pedagogia estabelecidas a partir de 2006 extinguiram as habilitações, dentre elas as em Educação Especial, mantendo somente um curso para formação de professores de Educação Especial, ofertado pela Universidade Federal de Santa Maria, curso este que se mantém até o presente momento, com algumas implantações de cursos de formação de professores de Educação Especial ao longo do tempo, tais como o Curso da Universidade Federal de São Carlos, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e mais recentemente, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

A formação em Educação Especial, ao longo deste tempo, tem ocorrido, prioritariamente, na pós-graduação, porém de forma massiva e evidente nas instituições privadas de ensino, sendo que nos últimos anos, prioritariamente na modalidade de Educação a Distância (EaD).

Desta forma, torna-se urgente e necessário que as Universidades Públicas, tradicionalmente referenciadas na formação de professores, busquem ampliar os espaços de formação também na e para Educação Especial, tendo como princípio e fundamento a perspectiva da Educação Inclusiva, estabelecida pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI e na Lei Brasileira de Inclusão – LBI, além dos demais conceitos e ordenamentos legais do campo, ainda mais considerando o avanço das matrículas de alunos com deficiência na educação básica e a crescente demanda por formação, tanto para os professores especializados quanto e, principalmente, para professores das classes comuns em todas as áreas do currículo educacional.

Destacamos estes índices de matrículas, de acordo com o Censo de 2022, a saber:

Matrículas na Educação Infantil - 174.771

Matrículas Ensino Fundamental – 914.557

Matrículas Ensino Médio – 203.138

A esta ampliação de matrículas, urge formar profissionais qualificados para que a inclusão não se configure em exclusão, somente como presença física do estudante, em que somente o acesso seja garantido e não os demais aspectos do tripé das políticas públicas, a saber, acesso, permanência e qualidade- aprendizagem.

II. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

O Projeto Pedagógico é compreendido como instrumento estruturante do fazer universitário, neste caso, concebido pelo grupo organizador, propondo a oferta de um curso demandado pelas redes e a partir do Edital Parfor- Equidade. O projeto foi concebido em consonância com Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPel e prevê a integração entre o ensino, pesquisa e extensão.

O Projeto Pedagógico do Curso de Educação Especial Inclusiva – Licenciatura, orienta, organiza e sistematiza as proposições, princípios, desenvolvimentos e organizações do curso, visando uma formação qualificada e que faça a diferença nas redes de Educação Básica do país.

A organização didático pedagógica é regida pelo Art. 122 do Regulamento de Graduação da UFPEL (2018) e contempla os pressupostos e estrutura do PPC, políticas institucionais, concepções, justificativa, objetivos, perfil do egresso, competências e habilidades descritas para que o acadêmico desenvolva ao longo do curso.

2.1 A Educação Especial na Universidade Federal de Pelotas

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva vem sendo priorizada na Universidade Federal de Pelotas através de vários movimentos importantes, linhas de pesquisa ou ênfases em Programas de Pós-Graduação, disciplinas e eixos integradores em cursos de graduação, projetos de pesquisa e extensão.

O Instituto de Biologia, sedia desde 2009 o Núcleo de Estudos e Pesquisas em cognição e aprendizagem – NEPCA, que desenvolve pesquisas nacionais e internacionais, projetos de extensão e de ensino no campo da Educação Especial na perspectiva Inclusiva, onde citamos como uma das referências, os projetos de formação continuada em diversas temáticas da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva desenvolvidos desde 2012, apoiados e financiados pela SECADI/MEC, como podem ser observados no site dos cursos <https://wp.ufpel.edu.br/aeufpel/>

No contexto da pesquisa, o NEPCA desenvolve investigações em políticas públicas de inclusão, Processos de Aprendizagem de pessoas com Transtorno do Espectro Autista,

Intervenção Precoce na Infância, Transtornos de Aprendizagem, Recursos pedagógicos Acessíveis, Formação de professores e Atendimento Educacional Especializado.

Desenvolve ainda, a partir de proposição da SECADI/MEC, o Programa de Atenção Precoce na Infância – PROAPI, envolvendo oito escolas de educação infantil, Unidades básicas de saúde, cursos nas áreas de educação e saúde da UFPEL, entre outros atores envolvidos na investigação e no programa de extensão.

Na pós-graduação desenvolve o programa lato sensu “Especialização em Atendimento Educacional Especializado” no período de 2020/2021.

No programa de Mestrado Profissional *strictu sensu* em Ensino de Ciências e Matemática, inúmeras dissertações vêm sendo desenvolvidas, buscando desenvolver conceitos, práticas e recursos que promovam a inclusão e a aprendizagem de pessoas com deficiência na educação básica.

Na graduação, o Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas apresenta em sua matriz curricular a disciplina obrigatória de “Diversidade e Inclusão”, no primeiro semestre do curso, além de ser temática das demais disciplinas desenvolvidas para a formação de professores e dos estágios supervisionados obrigatórios.

E, ainda, promove Desenvolve Congressos Nacionais e Internacionais, como o Congresso Luso-Brasileiro sobre TEA e Educação Inclusiva - CONLUBRA, realizado em parceria com a Universidade do Minho desde 2017, prevendo para 2024, o 4º. CONLUBRA-
<https://doity.com.br/conlubra>.

O NEPCA, assim como as ações acima citadas, está lotado no Instituto de Biologia, campus capão do leão, onde também será desenvolvido o Curso de Educação Especial Inclusiva.

O Instituto conta com um Laboratório de Ensino de Ciências e Biologia (LenciBio), onde recursos e equipamentos para acessibilidade são elaborados e oportunizados para todos os alunos e professores que demandarem apoio especializado ou orientação para provimento de acessibilidade.

O LENCIBIO conta com recursos de tecnologia assistiva, tais como mouse adaptados, teclados do tipo colméia, prensos de cabeça, ampliadores de imagens, entre outros, para funcionamento do apoio aos alunos e produção de recursos pedagógicos acessíveis.

Neste sentido, o presente Projeto Pedagógico orienta-se e assenta na perspectiva de transversalidade e apoio da Educação Especial, buscando através desta licenciatura ampliar e organizar a formação buscada e a produção de conhecimentos necessários para que o ensino e a

aprendizagem de pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista, Altas Habilidades/Superdotação sejam ainda mais evidenciadas e qualificadas, sabendo-se das carências e urgências que estas formações, sejam elas iniciais quanto continuadas, demandam em contexto brasileiro.

2.2 Justificativa do curso

Conforme o exposto acima e, de acordo com as demandas de formação, o Curso de Educação Especial Inclusiva - Licenciatura objetiva formar professores qualificados e com competência pedagógica para garantir, gestar, planejar, coordenar, acompanhar, orientar e atuar no Ensino de alunos apoiados pela Educação Especial, em todos os níveis e modalidades de Ensino, considerando os princípios da Educação Inclusiva e ordenamentos legais que a amparam e apoiam.

Entende-se que, no Rio Grande do Sul as demandas se evidenciam para ampliação e, ainda, principalmente na territorialidade da região Sul e Campanha Gaúcha, a qual não possui formação nesta área em nível de graduação – licenciatura e nenhum curso de pós-graduação *strictu sensu* específico no campo, a não ser em forma de ênfase ou linha, o que caracteriza a formação em Educação Especial basicamente em nível de extensão, aperfeiçoamento ou especialização *latu sensu*.

Desta forma, considera-se que a criação de um curso de licenciatura em Educação Especial na perspectiva Inclusiva justifica-se:

- a) A atualidade tem demonstrado a demanda para formação de professores nesta área, em especial nas Universidades Públicas e em cursos presenciais, em fêrias e em serviço, dado o aumento expressivo da matrícula de crianças e jovens com deficiência na Educação Básica das redes públicas municipais e estaduais do município de Pelotas, região e estado.
- b) A UFPEL apresenta pesquisas e produções acadêmicas, bem como inúmeras ações de ensino e de extensão no campo da Educação Inclusiva, as quais possibilitam ofertar este curso de graduação de forma qualificada;
- c) As demandas encaminhadas pelos municípios e escolas das regiões Sul e Campanha Gaúcha na área da Educação Especial têm apontado como uma necessidade para formação em nível de graduação em Licenciatura.

2.3 OBJETIVOS:

O Curso de Educação Especial Inclusiva - Licenciatura, a ser ofertado pela Universidade Federal de Pelotas, terá duração de quatro anos, ofertado na modalidade presencial, o qual terá alunas concentradas no período de férias escolares e, práticas pedagógicas e atividades dos eixos integradores, atividades complementares, pesquisa e extensão, realizadas nas escolas, no decorrer do período letivo previsto nos calendários escolares das redes públicas de ensino.

OBJETIVO GERAL:

Garantir a formação acadêmica e pedagógica qualificada, priorizando a intrínseca relação teoria e prática, buscando oportunizar o acesso de professores do campo, professores de comunidades quilombolas e indígenas, professores de assentamentos e acampamentos rurais, bem como atuantes na Educação Básica de Ensino, aos princípios, conceitos e práticas na área da Educação Especial Inclusiva.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- . Graduar professores qualificados para o Ensino básico de alunos com Deficiência, Transtorno do Espectro Autista, Altas Habilidades ou Superdotação, considerando os princípios da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL 2008);
- . Formas profissionais em nível de graduação – Licenciatura com competências pedagógicas, técnicas, políticas e éticas que desenvolvam ações de ensino, gestão, supervisão, consultoria e atendimento educacional especializado e demais ações relacionadas aos conceitos e às práticas da Educação Inclusiva;
- . Qualificar professores para organizar, planejar, prover, desenvolver, acompanhar e avaliar o Atendimento Educacional Especializado, a partir dos princípios da Educação Especial na perspectiva Inclusiva, da Lei Brasileira de Inclusão e demais legislações vigentes no contexto brasileiro.

1.4 Competências e Habilidades

- a) Apresentar conhecimentos e domínio dos conteúdos a serem desenvolvidos na prática docente e em efetivo exercício profissional;
- .b)Aliar teoria e prática em seu fazer;
- .c)Organizar, planejar e avaliar situações de aprendizagem e atuação profissional;
- .d)Contextualizar as práticas com os contextos sócio-econômico cultural dos alunos;
- e) Considerar e desenvolver suas ações tendo como princípio a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, no modelo social da deficiência e na avaliação biopsicossocial da deficiência.
- f) Combater todas as formas de exclusão, discriminação e capacitismo, seja no seu âmbito de atuação, seja no contexto social.
- g) pautar-se pelos princípios da ética, da democracia e da responsabilidade social, da dignidade humana, ao direito à vida, à justiça, respeito mútuo;
- h)reconhecer formas de discriminação racial, social, de gênero, etc. que se fundem inclusive em alegados pressupostos biológicos, posicionando-se diante delas de forma crítica, com respaldo em pressupostos epistemológicos coerentes e na bibliografia de referência;
- i)utilizar os conhecimentos construídos na formação para compreender e transformar o contexto sócio-político e as relações nas quais está inserida a prática profissional, conhecendo a legislação pertinente;
- j)desenvolver ações estratégicas capazes de ampliar e aperfeiçoar as formas de atuação profissional, preparando-se para a inserção no mercado de trabalho em contínua transformação;

2.5 Perfil do Profissional / Egresso

O Curso de Educação Especial Inclusiva – Licenciatura, buscará formar profissionais críticos, autônomos, criativos, éticos, capazes de construção e produção de conhecimentos e recursos, didáticas e metodologias que contemplem o Desenho Universal para a Aprendizagem, o trabalho colaborativo, o Atendimento Educacional Especializado para alunos público da

Educação Especial, além de apresentar competências técnicas, teórico-práticas para investigações, assessorias, coordenações e gestão da Educação no campo de sua formação.

2.6 Campo de Atuação

O Profissional formado em Educação Especial Inclusiva - licenciatura, ofertado pela UFPEL, atuará na docência, na investigação, produção, gestão, supervisão, assessoramento, acompanhamento e organização da Educação Especial em escolas da rede básica de ensino, bem como no Atendimento Educacional Especializado nos diversos níveis e modalidades de Ensino, instituições especializadas, salas de recursos multifuncionais, sistemas de Ensino, órgãos gestores e demais espaços que se pautem pela estruturação, execução e funcionamento da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

III. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

3.1 Estrutura Curricular

A organização curricular do curso de Educação Especial Inclusiva – licenciatura, contempla o que preconiza a Resolução nº 2, de 01/07/2015 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, no seu art. 13, § 2o, garantindo no seu currículo, conteúdos que atenda, as dimensões interdisciplinares e inclusivas, sendo estes relacionados à dimensão histórico-social da educação, às políticas públicas e à organização do trabalho pedagógico na escola. Contempla ainda, segundo orientação da mesma resolução, a gestão educacional, para os sistemas de ensino e das unidades escolares de educação básica, nas diversas etapas e modalidades de educação, abordando as temáticas referentes aos Direitos Humanos, diversidade étnico-racial, história e cultura afro-brasileira e africana, diferença e igualdade de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional, direitos de adolescentes e jovens, educação ambiental e educação inclusiva.

As dimensões política e técnica são alcançadas através da aplicação das diretrizes propostas pela legislação vigente. Já a dimensão técnica envolve o estudo e a discussão dos conhecimentos da área da Educação Especial e sua aplicação na escola, através das práticas oportunizadas, articulando-se com a formação do professor em uma perspectiva inclusiva.

O licenciando receberá uma formação sólida e contextualizada, pois tanto o corpo docente composto por professores da UFPel, quanto selecionados e provenientes de outras Instituições de Ensino, apresentarão pesquisas sendo realizadas na área da Educação Especial, do Ensino e na Formação de Professores, fornecendo conhecimentos atualizados tanto em suas aulas como em projetos de pesquisa e extensão, nos quais oportunizarão a participação dos discentes.

O Currículo considera as dimensões éticas e estéticas, onde tais conteúdos são abordados de três formas: I) disciplinas específicas de formação II) transversalidade em todas as demais disciplinas pedagógicas, práticas como componentes curriculares, estágios; e III) participação voluntária dos discentes nos diferentes e vários programas e projetos de extensão e pesquisa existentes na Universidade. Tais disciplinas e práticas interdisciplinares e inclusivas promoverão discussões para estimular o respeito e valorização dos sujeitos envolvidos nos processos de

aprendizagem e na sociedade, enaltecendo o valor do conhecimento, da busca de soluções práticas e justas e do trabalho em equipe, os quais promovem o bem-estar, a responsabilidade pessoal e o cuidado com o ambiente social e natural.

A flexibilidade do currículo é vivenciada através da possibilidade de cursar disciplinas optativas, estágios e cursos de extensão e aperfeiçoamento relacionados à área da Educação Especial na perspectiva Inclusiva.

A acessibilidade metodológica pode ser verificada nas diferentes disciplinas de Didática geral e Didática para a Educação Especial, Processos de Ensino e Aprendizagem em Educação Especial I, II, III, IV, V, VI e VIII e através de práticas curriculares e projetos, bem como Estágios Supervisionados que possibilitam ao aluno a vivência da realidade e as diferentes possibilidades de ensino e aprendizagem, permitindo articulação entre os componentes curriculares no decorrer do curso de Educação Especial Educação Inclusiva - Licenciatura, através da utilização de metodologias e recursos inovadores. Ainda, as disciplinas de formação específica da Educação Especial aportaram para o conhecimento da realidade da prática escolar.

A compatibilidade de carga horária total é considerada devido à oportunidade que os alunos terão de cursar disciplinas de seu interesse, dentre um hall de disciplinas optativas que serão ofertadas pela Faculdade de Educação, Faculdade de Medicina, Curso de Psicologia, Terapia Ocupacional, Instituto de Biologia, pela Escola Superior de Educação Física ou dentre aquelas ofertadas no Banco Universal da UFPel. As disciplinas cursadas farão parte de currículo do aluno. A flexibilização curricular, importante para a autonomia discente, ocorrerá com a inserção de Atividades Complementares, entendidas como estudos Integradores segundo a Resolução 02\2015.

O Regime adotado pelo curso é semestral, em férias e em prática, com duração mínima de quatro anos, desdobrados em oito (oito) semestres e duração máxima de quatorze (14) semestres, de acordo com Resolução UFPel – COCEPE nº29 de 2018.

O ingresso segue as normas previstas no Edital PARFOR-EQUIDADE, ofertando 30 vagas e considerando os critérios da Universidade para a seleção, a saber, nota do Exame Nacional de Ensino Médio, pontuação para exercício docente e ainda 50% de vagas para pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência.

O curso de Educação Especial Inclusiva - Licenciatura, na ausência de Diretrizes Nacionais para formação do licenciado em Educação Especial Inclusiva, atende aos referenciais de formação atualizados e ao disposto pelas Diretrizes Nacionais para a formação inicial de

docentes em nível superior, no que diz respeito à organização curricular e, ainda, as normativas para atuação no campo da Educação Especial e no Atendimento Educacional Especializado.

A flexibilização curricular, importante para a autonomia do discente, ocorre com a inserção de Estudos Integradores e das Disciplinas Optativas. As atividades formativas se estruturam por disciplinas de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares.

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva perpassa e transversaliza a formação oportunizada ao discente tanto entre as disciplinas quanto na estruturação das práticas e dos estágios, ou em projetos de extensão e pesquisa. Apresenta-se, a seguir, o quadro que especifica as temáticas determinadas pela Resolução nº 2, de 01/07/2015 para atendimento aos temas obrigatórios de formação de professores. As regulamentações, os componentes curriculares que desenvolverão as diferentes temáticas, bem como sua forma de abordagem no curso de Licenciatura em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva são apresentadas no Quadro 3 a seguir:

Tema	Forma de Inclusão	Componente(s) Curricular(es), semestre, Caráter
Educação em Direitos Humanos	Como conteúdo específico dos componentes curriculares e de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares	Direitos da pessoa com deficiência; eixo integrador I: diversidade e direitos humanos
Inclusão da Pessoa com Deficiência	Como conteúdo específico dos componentes curriculares e de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares	Direitos da pessoa com deficiência; políticas públicas e ordenamentos legais; eixo integrador III: alteridade e processos de aprendizagem
Direitos Educacionais de Adolescentes e Jovens	transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares	Direitos da pessoa com deficiência; eixo integrador I: diversidade e direitos humanos ética e educação especial; teorias pedagógicas aplicadas a educação especial
Diferença e Igualdade de Gênero		Direitos da pessoa com deficiência; eixo integrador I: diversidade e direitos humanos; eixo integrador III: alteridade e processos de aprendizagem; pessoas com deficiência e Relações étnico-raciais, gênero e sexualidade

3.1.1 Carga horária total do curso

A carga horária total do curso está organizada de acordo com a Política Institucional da UFPel para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, contemplando:

- Estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais;
- Estudos de aprofundamento e diversificação das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos;

- Estudos Integradores;
- Prática como componente curricular; e
- Estágio supervisionado.

Os componentes curriculares do Curso de Educação Especial Inclusiva - Licenciatura, estão distribuídos em: Formação Específica, Complementar e Extensão. Atendendo a Resolução 29/2018 a formação específica compreende o Núcleo I e Núcleo II; Estágios e Trabalho de Conclusão de Curso; e a formação complementar corresponde ao Núcleo III conforme a Resolução nº 2 de 1º de julho de 2015. A formação em extensão compreende atividades que se desenvolvem em conformidade com a resolução do COCEPE 42/2018.

a) Formação Específica

Com componentes curriculares obrigatórios e opcionais, contempla a organização curricular de Estudos de Formação Geral e de Estudos de Aprofundamento e Diversificação das Áreas de Atuação Profissional específicas para o licenciado em Educação especial inclusiva.

Constam desta formação componentes teóricos, componentes teórico-práticos, componentes de investigação e componentes de estágio curricular, compondo perfil do profissional pretendido.

b) Formação Complementar \ Estudos Integradores

A formação complementar abrange a contabilização em horas de seminários e estudos curriculares, projetos de iniciação científica, iniciação à docência, monitoria e extensão, atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e as instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando o aprofundamento e a diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos, bem como a mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades propostas pelo Curso.

Os estudos integradores para formação complementar deverão ser cumpridos através de: - Programas de Iniciação à Docência; - Iniciação Científica e Monitoria; - Semana Integrada (SIIPE); - Outros Eventos acadêmicos e científicos; - Mobilidade Estudantil; - Intercâmbio; - Práticas articuladas entre a escola e a universidade; - Experiência na utilização e produção de recursos pedagógicos.

Uma série de outras atividades complementares deve ser estimulada como estratégia didática para garantir a interação teoria-prática, tais como: monitoria, iniciação científica,

apresentação de trabalhos em congressos e seminários, iniciação à docência, cursos e atividades de extensão. É importante salientar que os Estudos Integradores farão parte da integralização da extensão, sendo necessário o estudante cumprir 90 horas de participação em projetos/atividades nas quais seja possível comprovar sua atuação como agente de extensão, ou seja, que participe de forma ativa junto à comunidade.

Estas atividades poderão constituir créditos para efeito de integralização curricular, devendo as IES criar mecanismos de avaliação. O aluno desenvolverá outras atividades de caráter científico, cultural e acadêmico, em uma carga horária de no mínimo 210 horas (252h/a), articulando-se e enriquecendo o seu processo formativo como um todo. Seminários, apresentações, exposições, participação em eventos científicos, estudos de caso, visitas, ações de caráter científico, técnico, cultural e comunitário, produções coletivas, monitorias, resolução de situações-problema, projetos de ensino, ensino dirigido, aprendizado de novas tecnologias de comunicação e ensino, relatórios de pesquisas são modalidades, entre outras atividades, deste processo formativo. Ressalta-se, contudo, que tais atividades devem contar com a orientação docente. Os estudantes deverão realizar atividades complementares atendendo às dimensões acadêmicas de ensino-pesquisa-extensão, além da representação discente.

ATIVIDADE	REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO	HORAS	MÁXIMO DE HORAS
ENSINO			
Disciplinas cursadas no ensino superior ⁽²⁾	Comprovante com carga horária	-	34h
Cursos de aperfeiçoamento na área de atuação ⁽³⁾	Certificado com carga horária	-	40h
Cursos de língua estrangeira ⁽⁴⁾	Certificado com carga horária	-	45h
Cursos de informática ⁽⁴⁾	Certificado com carga horária	-	45h
Monitorias ⁽⁵⁾	Declaração do orientador e relatório	Máximo de 40h/semestre	80h
Colaboração em Projetos de Ensino ⁽⁵⁾	Declaração de carga horária fornecida pelo orientador	-	80h
Elaboração de material didático	Declaração de carga horária fornecida pelo orientador	5h/atividade	30h
Participação no Programa de Palestras do curso como ouvinte	Presença registrada no caderno de palestras	1h/atividade	40h

Participação no Programa de palestras de outros cursos e centro acadêmicos como ouvinte	Comprovante com carga horária	1h/atividade	40h
PESQUISA			

Colaboração em projetos de pesquisa como aluno de iniciação científica ⁽⁵⁾	Declaração de carga horária fornecida pelo orientador	-	80h
Apresentação de trabalho em eventos científicos (pôsteres)	Certificado	Máximo de 10h em cada	30h
Apresentação de trabalho em eventos científicos (oral)	Certificado	Máximo de 15h em cada	45h
Publicação em anais de eventos científicos (resumo)	Cópia do trabalho e certificado	Máximo de 15 em cada	30h
Publicação em anais de eventos científicos (completo)	Cópia do trabalho	Máximo de 20h em cada	40h
Publicação em revistas científicas não indexadas	Cópia do artigo	20h/artigo	40h
Publicação de livro ou capítulo	Cópia do livro ou capítulo	20h/cada	40h
Publicação em revistas científicas indexadas ⁽⁶⁾	Cópia do artigo	40h/artigo	80h
Premiações ou distinção	Comprovante	10h	20h
Participação em congresso como ouvinte	Certificado	5h/atividade	20h
EXTENSÃO			
Colaboração em projetos de extensão (5)	Declaração de carga horária fornecida pelo orientador	20h/atividade	60h
Participação em projetos de extensão (não considerar ouvinte)	Certificado	10h/atividade	60h
Ministrantes de cursos e palestras	Certificado	10h/atividade	40h

Atendimento periódico de grupos especiais de estudantes e professores da rede de ensino	Comprovante com carga horária e relatório	-	80h
Participação em atividades de extensão promovidas pelos departamentos, unidades ou instituição.	Atestado fornecido pelo chefe, diretor ou responsável institucional	10h/atividade	40h
REPRESENTAÇÃO DISCENTE			
Representação discente em colegiados, departamentos e conselho departamental e/ou instâncias superiores na Universidade.	Atestado de frequências às reuniões (fornecido pelo chefe, diretor ou responsável institucional)	30h/ano	60h
Atividade de coordenação no Diretório Acadêmico	Ata de posse dos membros da diretoria	30h/ano	60h
Comissões instituídas por portaria em atividades relacionadas ao curso	Portaria de nomeação	15h/atividade	30h
Colaboração nas atividades técnico- administrativas do Curso s, exceto aquelas instituídas por portaria.	Atestado fornecido pelo coordenador	10h/atividade	30h

Atribuição de carga horária dos estudos integradores:

(1) Atividades não previstas ou sujeitas a dúvidas na presente tabela serão avaliadas pelo colegiado de curso; (2) disciplina não integralizada como optativa ou obrigatória no currículo; (3) Na área de educação e/ou afins; (4) Em instituições jurídicas que possuam CNPJ; (5) Desde que o discente esteja inserido no projeto como colaborador e registrado no Clobalto; (6) Desde que não usado para substituir o trabalho de conclusão.

Caberá ao discente requerer por escrito, até no máximo 90 dias após o término da realização da atividade complementar, o aproveitamento da carga horária a ser integralizada em seu histórico

escolar. Para averbação das atividades complementares, levar-se-á em conta o seguinte procedimento e documentação:

- a) Cópia (duas) do documento original, acompanhada do mesmo para conferência imediata, deverá ser anexada à solicitação escrita e entregue no Colegiado do Curso;
- b) Caberá ao Colegiado do Curso o encaminhamento, à CRA, de todas as atividades complementares dos discentes, de acordo com as horas estabelecidas e com as decisões do Colegiado do Curso para os casos omissos neste regulamento.
- c) O Colegiado poderá recusar a atividade se considerá-la em desacordo com as atividades previstas neste Regulamento;

c) Formação em extensão

As atividades de integralização da curricularização da extensão dar-se-ão através de carga horária EXT em disciplinas obrigatórias, atividades complementares em extensão e atividades curriculares de extensão, conforme legislação pertinente.

Será oportunizado aos graduandos a participação no Programa de Formação registrado no sistema UFPEL como Projeto de Extensão “Centro de Referência em Formação Continuada e em Serviço - RS”, com registro no Cobalto nº 9364, que desenvolve ações de inclusão e produção de recursos pedagógicos acessíveis para todos os níveis e modalidades de ensino, além de outras formações continuadas e/ou ações de extensão propriamente ditas com foco na área da Educação Especial e Educação Inclusiva. Para isso, os acadêmicos deverão cumprir uma carga horária mínima de 150h em participação em projetos.

3.2 ORGANIZAÇÃO DO CURSO E DOS COMPONENTES CURRICULARES

O curso de Educação Especial Inclusiva - Licenciatura cumpre no mínimo 200 dias de trabalho acadêmico efetivo em cada ano de curso, conforme o Art. 47 da Lei 9.394/96. O ingresso é anual com funcionamento em turno integral, as vagas são ofertadas em processo seletivo específico, atendendo os princípios do Edital PARFOR EQUIDADE e a Resolução do COCEPE no 15 de 07 de maio de 2015, abrindo vagas específicas a estudantes indígenas, quilombolas e com deficiência.

A carga horária total está dividida entre disciplinas de formação específicas, formação complementar e formação em extensão, atividades complementares e optativas. A duração mínima prevista para o curso é de quatro anos (oito semestres) e, a máxima, de sete anos (quatorze semestres).

As disciplinas do Curso de Educação Especial Inclusiva - Licenciatura, estão estruturadas nas dimensões formativas específicas e complementares.

A flexibilização curricular, importante para a autonomia discente, ocorre com a inserção de Atividades Complementares\Estudos Integradores, com carga horária mínima de 321 horas. Além destas organizações curriculares, o curso de Educação Especial Inclusiva - Licenciatura contempla as disciplinas pedagógicas, as práticas como componentes curriculares e os estágios supervisionados relacionados à vivência e docência no ensino fundamental e médio.

O curso não apresenta pré-requisitos, exceto nos estágios supervisionados. Entretanto, a matrícula nas disciplinas será orientada pelo Colegiado do curso, para que o aluno tenha cursado disciplinas anteriores cujos conhecimentos sejam importantes, como:

- Estágio II terá como pré-requisito o “Estágio I”
- Estágio III terá como pré-requisito o Estágio II””
- Estágio IV terá como pré-requisito o Estágio III”

3.3 SÍNTESE DA ESTRUTURA CURRICULAR

TABELA 1: TABELA SÍNTESE PARA A INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

FORMAÇÃO	Créditos	Horas
A) Formação específica (estudos de formação geral e de aprofundamento e diversificação das áreas específicas e interdisciplinares)		
Disciplinas obrigatórias:	149	2235
Disciplinas optativas	10	150
Estágio curricular obrigatório	28	420
TCC	07	105
Soma	194	2910
B) Formação complementar (ou estudos integradores, para cursos de licenciatura)		
Atividades complementares de ensino, pesquisa e extensão	14	210
C) Formação em Extensão (exceto as já computadas nas formações anteriores realizadas por todos os alunos)		
Atividades Curriculares em Extensão (ACE)	10	150
TOTAL	218	3270

3.4 MATRIZ CURRICULAR

3.5 QUADRO 3: MATRIZ CURRICULAR

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM Educação Especial Inclusiva									
Carga horária total do Curso: 3.270									
Carga horária de Formação específica: 2235									
Carga horária de Formação complementar: 210									
Carga horária de Extensão(exceto as já computadas nas formações anteriores realizadas por todos os alunos): 150									

1º. semestre

Código	Deptº ouUnidade	Componente curricular	Cr	T	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
novo		Políticas Públicas e ordenamentos legais	4	3	0	0	1	60	Sem pré-requisito
novo		História da Educação e da Educação Especial	3	3	0	0	0	45	Sem pré-requisito
novo		Direitos da pessoa com deficiência	3	3	0	0	0	45	Sem pré-requisito
novo		Desenho Universal para a aprendizagem	4	3	1	0	0	60	Sem pré-requisito
novo		Fundamentos sócio-histórico-filosóficos da Educação	4	4	0	0	0	60	Sem pré-requisito
novo		Seminário Integrador I: diversidade e direitos humanos	4	1	2	0	1	60	Sem pré-requisito
Total			22	17	03	00	02	330	

2º. Semestre

Código	Deptº ou Unidade	Componente curricular	Cr	T	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
novo		Didática Geral e Didática para Educação Especial	4	4	0	0	0	60	Sem pré-requisito
novo		Desenvolvimento Humano	3	3	0	0	0	45	Sem pré-requisito
novo		Fundamentos psicológicos da Educação	4	4	0	0	0	60	Sem pré-requisito
novo		Teorias Pedagógicas aplicadas à Educação Especial	4	4	0	0	0	60	Sem pré-requisito
novo		Processos Investigativos em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva I	4	2	2	0	0	60	Sem pré-requisito
novo		Seminário Integrador II: Alteridade e processos de aprendizagem	4	1	2	0	1	60	Sem pré-requisito
Total			23	18	04	00	01	345	

3º. semestre

Código	Deptº ou Unidade	Componente curricular	Cr	T	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
novo		Gestão da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva	3	3	0	0	0	45	Sem pré-requisito
novo		Processos de Ensino e Aprendizagem em Educação Especial I: estudantes com deficiência visual (baixa visão e cegueira)	4	3	1	0	0	60	Sem pré-requisito
novo		Processos de Ensino e Aprendizagem em Educação Especial II: estudantes com Deficiência Intelectual	4	3	1	0	0	60	Sem pré-requisito
novo		Processos de Ensino e Aprendizagem em Educação Especial III: Estudantes com deficiência motora	4	3	1	0	0	60	Sem pré-requisito
novo		Processos de Ensino e Aprendizagem em Educação Especial IV: estudantes surdos, estudantes com	4	3	1	0	0	60	Sem pré-requisito

novo		Atendimento Educacional Especializado II: Ensino Fundamental	4	3	1	0	0	60	Sem pré-requisito
novo		Língua Brasileira de Sinais I	4	4	0	0	0	60	Sem pré-requisito
novo		Ensino de Leitura e escrita para alunos apoiados pela Educação Especial	3	3	0	0	0	45	Sem pré-requisito
novo		Ensino de Matemática para alunos apoiados pela Educação Especial	3	3	0	0	0	45	Sem pré-requisito
novo		Estágio Supervisionado I: Educação Infantil	08	2	6	0	0	120	Sem pré-requisito
Total			22	15	7	00	00	330	

6º. semestre

Código	Deptº ou Unida	Componente curricular	Cr	T	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
novo		Atendimento Educacional Especializado III: Ensino Médio e Educação de jovens e adultos	4	3	1	0	0	60	Sem pré-requisito
novo		Ensino de Ciências da Natureza para alunos apoiados pela Educação Especial	3	3	0	0	0	45	Sem pré-requisito
novo		Ensino de Estudos de Ciências Sociais para alunos apoiados pela Educação Especial	3	3	0	0	0	45	Sem pré-requisito
novo		Processos Investigativos em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva II	4	2	2	0	0	60	Sem pré-requisito
novo		Estágio Supervisionado II – Ensino Fundamental	8	2	6	0	0	120	Estágio Supervisionado I
Total			22	13	9	00	00	330	

7º. semestre

Código	Deptº ou Unida	Componente curricular	Cr	T	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
novo		Atendimento Educacional IV: Tecnologias Educacionais e Tecnologia Assistiva	4	3	1	0	0	60	Sem pré-requisito
novo		Ética e Educação Especial	3	3	0	0	0	45	Sem pré-requisito
novo		Educação Física para alunos apoiados pela Educação Especial	3	3	0	0	0	45	Sem pré-requisito
novo		Processos Investigativos em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva III	4	2	2	0	0	60	Sem pré-requisito
novo		Estágio Supervisionado III: Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos	6	2	4	0	0	90	Estágio Supervisionado II
novo		Trabalho de Conclusão de Curso I	3	2	1	0	0	45	Sem pré-requisito
Total			23	13	04	00	00	345	

8º. semestre

Código	Deptº ou Unida	Componente curricular	Cr	T	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
novo		Processos Investigativos em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva IV	4	2	2	0	0	60	Sem pré-requisito
novo		Pessoa com deficiência e as relações étnico-raciais, gênero e sexualidade	4	2	1	0	1	60	Sem pré-requisito
novo		Arte Educação	3	3	0	0	0	45	Sem pré-requisito
novo		Estágio Supervisionado IV: Educação do campo, Educação Indígena e Educação Quilombo	6	2	4	0	0	90	Estágio Supervisionado III
novo		Trabalho de Conclusão de Curso II	4	1	3	0	0	60	Trabalho de conclusão de curso I
Total			21	10	10	00	1	315	

[illegible]

					2/2										
				Comunicação Aumentativa e Alternativa											
16 - novo	60	26 - novo	60 – 4 cr. 1/2/0/1	37 - novo	60 – 4 cr. 1/2/1/0	46 - novo	60 - 4cr. 1/2/0/1	55 - novo	8 cr	65 - novo	8 cr	75 - novo	6 cr	85 - novo	6 cr
Seminário integrador I: Diversidade e direitos humanos		Seminário integrador II: alteridade e processos de aprendizagem		Seminário integrador II: Organização da escola da educação Inclusiva		Seminário integrador IV: Desenho Universal para a Aprendizagem		Estágio Supervisionado I		Estágio Supervisionado II		Estágio supervisionado III		Estágio Supervisionado IV	
												76 - novo	45 – 3 cr. 2/1	86 - novo	60 – 4 cr. 1/3
												Trabalho de conclusão de Curso I		Trabalho de Conclusão de Curso II	

Optativas: 150 h

Atividades Complementares : 210 h

Formação em Extensão : 150

legenda:

Disciplinas formativas: 1815 horas - 121 créditos

Trabalho de conclusão de curso : 105 horas - 7 créditos

PCC - 420 horas - 28 créditos

Estágio Supervisionado - 420 horas - 28 créditos

Semestre	A Atividades Formativas	B Prática como Componente Curricular	C Atividades Formativas Trabalho de Conclusão de Curso	D Estágio Curricular Obrigatório
1	285 horas - 19 créditos	45 horas - 3 créditos	0	0
2	285 horas - 19 créditos	60 horas - 4 créditos	0	0
3	315 horas- 21 créditos	90 horas - 6 créditos	0	0
4	270 horas - 18 créditos	90 horas - 6 créditos	0	0
5	195 horas - 13 créditos	15 horas - 1 crédito	0	120 horas - 8 créditos
6	165 horas - 11 créditos	45 horas - 3 créditos	0	120 horas - 8 créditos
7	165 horas - 11 créditos	45 horas - 3 créditos	45 horas - 3 créditos	90 horas - 6 créditos
8	135 horas - 9 créditos	30 horas - 2 créditos	60 horas - 4 créditos	90 - 6 créditos
Total	1815 horas - 121 créditos	420 horas - 28 créditos	105 horas - 7 créditos	420 horas - 28 créditos
Totais por dimensão formativa				
Total Atividades formativas (A+C)			1920 horas - 128 créditos	
Total Prática como Componente Curricular (B)			420 horas - 28 créditos	
Total Estágio Curricular obrigatório (D)			420 horas - 28 créditos	

3.5 COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

A UFPEL conta com banco de optativas onde o aluno pode organizar os seus estudos de acordo com o interesse e a disponibilidade. Além destas, serão ofertadas as optativas:

Código	Depto- Unid.	Componente	Cr	T	E	P	EA D	EXT	CH horas	Pré- Requisitos
05001123	CA	Corpo, inclusão e direitos humanos	4	2	0	2	0	0	60	
06730016	DF	Epistemologia	2	0	0	0	0	0	30	
20000121	CLC	Libras II	2	4	0	0	0	0	60	

13370083	DEF	Corpos, Gênero e Sexualidade	3	3	0	0	0	0	45	-
09020042	DFF	Educação e Saúde Mental	2	0	0	0	0	0	30	
17360009	DFE	Educação Inclusiva: Pedagogia da Diferença	4	4	0	0	0	0	60	-
09010035	DB	Tecnologia assistiva e recursos adaptados	3	3	0	0	0	0	45	

A UFPel conta, também com ação de intercâmbio nacional e internacional, com a CRInter (Coordenação de Relações Internacionais), que auxilia, junto com os colegiados e professores do Curso, com divulgação de editais de participação discente em intercâmbios, seja dentro ou fora do país.

3.6 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

A prática como componente curricular e seus desdobramentos transcendem a sala de aula da universidade para as realidades do ambiente escolar e da própria educação escolar, devendo compreender a articulação com os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridas nas diversas atividades formativas ao longo do curso de graduação.

As atividades caracterizadas de prática como componente curricular devem ocorrer ao longo de todo o curso e são indicadas no Projeto Pedagógico de Curso, podendo ser desenvolvidas, total ou parcialmente, em componentes curriculares, ou em outras atividades formativas, desde que relacionem teoria-prática, exceto aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos

correspondentes a uma determinada área do conhecimento como, por exemplo, as aulas de experimentos em laboratório.

A prática, como componente curricular, conforme o Parecer CNE/CES no 15/2005 “é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência”, e “a correlação teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar”.

No Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, a Prática como Componente Curricular está inserida nas disciplinas de: Desenho Universal para a Aprendizagem, Processos de ensino e aprendizagem em Educação Especial I, II, III, IV, V, VI e VII, Seminário Integrador I, II, III e IV, Atendimento Educacional Especializado I, II, III e IV, Processos Investigativos em Educação especial I, II, III e IV.

3.7 ESTÁGIOS

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores (Resolução nº 02/15, p.12), “*o estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica, intrinsecamente, articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico*”, e visa o desenvolvimento de competências próprias da atividade profissional de professores, devendo ser previsto no Projeto Pedagógico do Curso, na área de formação e atuação do professor em formação inicial.

Os estágios do Curso de Educação Especial Inclusiva - Licenciatura, sejam obrigatórios ou não- obrigatórios, são supervisionados pela Instituição de Ensino e estão de acordo com as DCNFP nº 02/15, com a Lei 11788/08 e com a Resolução do COCEPE nº 29/18, artigo 150 do Regulamento de Ensino de Graduação da UFPel que regulamentam os estágios. O Colegiado do Curso atuará em conjunto com a Coordenadoria das Licenciaturas(substituir por Núcleo das Licenciaturas da Coordenação de Ensino e Currículo PRE), no sentido de dialogar com a Escola, com os órgãos estaduais e municipais de educação para viabilizar práticas de Estágios.

Os estágios curriculares são desenvolvidos a partir do 5º. Período do Curso, a partir de estruturas e processos vinculados as reflexões teórico-práticas e a elaboração de planejamento, desenvolvimento e avaliação da prática pedagógica em sala de aula comum e no atendimento educacional especializado.

3.7.1 Estágio Curricular não obrigatório

A Lei nº11.788/08 que dispõe sobre o estágio não obrigatório, destaca que: *§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.*

Esta modalidade de prática acadêmico-profissional se caracteriza por: não criar vínculo empregatício de qualquer natureza; possuir carga horária de 6 horas diárias e 30 horas semanais (para estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular); ter duração que não exceda 2 anos, exceto quando se tratar de estagiário com deficiência; o estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, *sendo compulsória a sua concessão*, bem como a do auxílio transporte; ser assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares; aplicar ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

No caso do curso de Educação Especial Inclusiva - Licenciatura, as atividades desenvolvidas como estágio não obrigatório devem ser compatíveis com a formação profissional de Licenciado, de modo a garantir o caráter educativo e de formação profissional para o acadêmico estagiário.

3.7.2 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

As Resoluções CNE/CP nº 1 e CNE/CP nº 2 de 02/2002, e CNE/CP nº 02, de 07/2015, bem como o Parecer CNE/CP Nº 9, de 12/2007, dispõe sobre os estágios curriculares nos Cursos de Licenciatura.

No curso de Educação Especial Inclusiva - Licenciatura da UFPel, os estágios supervisionados obrigatórios são distribuídos ao longo de quatro semestres letivos e consistem na articulação de teoria e prática através de atividades de prática acadêmico-profissional exercidas em escolas da Educação Básica. É obrigatória a integralização da carga horária total do estágio prevista no currículo do curso, incluindo nestas, as horas destinadas ao planejamento, orientação e avaliação das atividades.

O Estágio Supervisionado Obrigatório é subdividido em 3 momentos, os quais possibilitam aos acadêmicos vivenciarem o exercício da docência, (re)conhecendo e participando

das atividades no ambiente escolar, refletindo e avaliando sua prática pedagógica. As atividades realizadas são registradas no local de estágio e supervisionadas pelo professor\o orientador\o de estágio na universidade e pelo professor titular da educação básica. Para que as atividades realizadas no local de estágio sejam validadas, o aluno estagiário deverá:

a) Informar o Colegiado do curso em semestre anterior ao do estágio, que têm intenção de cursar o Componente Curricular, a fim de que seja providenciado o seguro;

b) Informar ao\o professor\o supervisor\o da UFPel, a escola e o horário de realização do estágio;

c) Participar de encontros coletivos e individuais de orientação e acompanhamento do estágio;

d) Vivenciar o espaço de formação profissional e realizar registro das atividades de planejamento e desenvolvimento das atividades de estágio e apresentar relatório ao final de cada disciplina de estágio.

Compreendendo que os Estágios Supervisionados não são disciplinas, mas Componentes Curriculares do Curso, logo necessitam se adaptar ao calendário letivo das escolas. Com isso, no curso de Educação Especial Inclusiva - Licenciatura os estágios poderão ocorrer durante o recesso do calendário acadêmico da Universidade.

Nos estágios obrigatórios todos os licenciandos recebem carta de apresentação, são orientados, acompanhados e avaliados ao longo do estágio, havendo parceria na orientação entre professor titular da turma (na escola) e o\o professor\o supervisor\o da universidade, o que permite a vivência na realidade escolar, incluindo a participação destes em conselhos de classe e reunião de professores.

As orientações dos Estágios Supervisionados buscam valorizar e promover a supervisão, acompanhamento e orientação no Estágio em consonância com as orientações das DCNFP nº 02/15 e da Política Institucional da UFPel para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (Resolução nº 25/17), proporcionando que os estudantes vivenciem situações de efetivo exercício profissional na busca de significados sobre a gestão e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar.

Há seguro para o estagiário, sendo obrigatório para que este possa realizar o estágio. Ainda, há convênios com escolas públicas que contribuem para a implantação e acompanhamento das atividades de estágio. Os estágios obrigatórios ou não obrigatórios devem ser supervisionados

pela Coordenação e Colegiado do Curso e estar de acordo com a Lei 11788/08 e a Resolução do COCEPE nº 29/18 que regulamentam os estágios da UFPel.

3.7.3 Estágio Supervisionado – Relação com a rede de Educação Básica

De acordo com o parecer CNE/CP nº 28/2001, o estágio curricular supervisionado de ensino se caracteriza como tempo de aprendizagem, envolvendo a relação teoria-prática, em espaço profissional. Para tal, os sistemas de ensino devem possibilitar às instituições formadoras a realização do estágio curricular supervisionado obrigatório na educação básica. A entrada de estagiários nos sistemas de ensino, considerado o regime de colaboração prescrito no Art. 211 da Constituição Federal, pode ocorrer por meio de um acordo entre a instituição formadora, o órgão executivo do sistema e a unidade escolar acolhedora da presença de estagiários.

Em contrapartida, os docentes em atuação nas escolas poderão receber alguma modalidade de formação continuada a partir da instituição formadora. Assim, nada impede que, no seu projeto pedagógico, em elaboração ou em revisão, a própria unidade escolar possa acordar junto à instituição formadora uma participação de caráter recíproco no campo do estágio curricular supervisionado (Parecer da Resolução 02/2015, p. 31). Tais formações compõem o programa de formação que vincula as ações de ensino, pesquisa, extensão, estágio e formação continuada.

Ainda, segundo a Resolução nº 25/17, *“torna-se um compromisso social e político da Universidade garantir políticas de valorização desses profissionais, em articulação com os sistemas e redes de ensino de educação básica, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC)”*.

Com relação à rede básica, a UFPel tem um histórico de ações através de projetos/programas governamentais, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES) e o Programa Residência Pedagógica (CAPES), assim como ações e projetos desenvolvidos pelos professores do curso de Licenciatura, que possibilitam a participação e vivência do espaço profissional pelos acadêmicos, bem como a articulação com a formação continuada.

Como o curso de Educação Especial Inclusiva - Licenciatura será desenvolvido de forma intensiva, na modalidade de férias, e, em serviço, no decorrer do período letivo das escolas, e apresenta em sua estrutura curricular eixos integradores, a relação com a Educação Básica se dará

de forma estreita e como parte integrada da formação, tendo em vista que os alunos irão desenvolver ações no interior das escolas durante todo o período de formação e no período dos estágios.

3.8 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso será realizado durante os três últimos semestres do curso, pretendendo organizar a retomada e aprofundamento dos temas e práticas vivenciadas no decorrer do curso, através de estudo monográfico, resultando em trabalho de conclusão em formato de artigo científico.

O trabalho de conclusão de curso compreende três componentes curriculares ofertados no VII e VIII períodos, envolvendo a elaboração de projeto de investigação, estudo teórico e revisão de literatura, coleta de dados em campo, organização e descrição dos resultados dos dados coletados, análise dos dados, organização do trabalho de conclusão em formato de artigo científico e apresentação em seminários.

2.10 formação complementar

3.11 formação em extensão

3.9 CARACTERIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS

3.9.1 Caracterização das disciplinas obrigatórias

I Semestre

COMPONENTE CURRICULAR: Políticas Públicas e Ordenamentos legais			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas:60 h Créditos: 4	Distribuição de Créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	3				1

OBJETIVO GERAL

Compreender as políticas públicas e os ordenamentos legais que norteiam a Educação Especial no contexto da Educação Inclusiva e seus reflexos na práxis.

EMENTA

Estudo sobre as políticas e ordenamentos legais que norteiam a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, analisando a trajetória da educação das pessoas com deficiência, lutas e desafios, e os reflexos das políticas públicas na organização e efetivação da Inclusão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAPTISTA, Cláudio Roberto (et al.orgs). **Educação Especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008

_____. Decreto no. 6.949\2009. **Promulga a convenção internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu protocolo facultativo**. 2009

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos políticos-legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: SEESP, 2010

_____. Presidência da República. Decreto no. 7611\2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Brasília, 2011

_____. Presidência da República. Lei 13.146\2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GARCIA, R.M. C. **Política da educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. Marília, 2013

CORREIA, L. M. de. **Inclusão e Necessidades Educativas Especiais: um guia para educadores e professores**. 2º ed. Porto: Porto Editora, 2008.

_____. **Educação Especial e Inclusão**. Quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu juízo perfeito. Coleção Educação Especial. Porto: Porto Editora, 2010

CÓSSIO, M. F. de; RODRIGUEZ, R. C. M. C. de. Políticas públicas e possibilidades de construção da escola inclusiva. In: DOTI, Corina M. **Diversidade e inclusão: reconfiguração da prática pedagógica**. Caxias do Sul; EDUCS, 2008.

GHEDIN, E. LEITE, Y. U. F. ALMEIDA, M. I. de. **Formação de Professores: caminhos e descaminhos da prática**. Ed. Liber Livro, 2008.

JUNIOR, E. M.; TOSTA, E. **50 anos de políticas de educação especial no Brasil: movimentos, avanços e retrocessos**. In: ANPED SUL: Seminário de pesquisa em educação da região Sul. 9. UCS. 2012

MAGALHÃES, R. C. de B. P.; CARDOSO, A. P. L..B. Educação Especial e Educação Inclusiva: conceitos e políticas educacionais. In: MAGALHÃES, R. C. B. P. de (org.). **Educação Inclusiva**: escolarização, política e formação docente. Brasília Líber Livro. 2011.

COMPONENTE CURRICULAR: Direitos da pessoa com deficiência			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas: 45 h Créditos: 3	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	3				
OBJETIVO GERAL Analisar as principais repercussões do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) a partir da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e os reflexos no cotidiano das pessoas.					
EMENTA Caracterização dos principais aspectos postos no Estatuto da Pessoa com Deficiência e as realidades vividas, combate ao capacitismo, a exclusão e determinismo.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil . Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. _____. Presidência da República. Lei 13.146\2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) . Brasília, 2015 FÁVERO, E. A. G. Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade. Rio de Janeiro: WVA, 2004
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CRUZ, Álvaro Ricardo de S. O Direito à Diferença. As ações afirmativas como mecanismos de inclusão social de mulheres, negros, homossexuais e pessoas portadoras de deficiência. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2003. DAMASCENO, Luiz. Direitos Humanos e proteção dos direitos das pessoas com deficiência, Jus, 2014 DINIZ, Débora et al. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça; Revista Internacional de Direitos Humanos, vol. 6, 2009

COMPONENTE CURRICULAR: História da Educação e da Educação Especial			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas:45h Créditos: 3	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	3				
OBJETIVO GERAL Compreender e analisar os aspectos históricos da educação e da educação especial no Brasil, estabelecendo as relações com os contextos atuais e as práticas pedagógicas.					
EMENTA Compreensão das concepções de educação na história e atualidade, principais abordagens teóricas e análise dos reflexos na contemporaneidade e nas práticas pedagógicas.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA BAPTISTA, Cláudio Roberto (et al.orgs). Educação Especial: diálogo e pluralidade . Porto Alegre: Editora Mediação, 2010. CORREIA, L. M. De. Educação Especial e Inclusão . Quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu juízo perfeito. Coleção Educação Especial. Porto: Porto Editora, 2010 JUNIOR, E. M.; TOSTA, E. 50 anos de políticas de educação especial no Brasil: movimentos, avanços e retrocessos . In: ANPED SUL: Seminário de pesquisa em educação da região Sul. 9. UCS. 2012
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BEYER, H.O. Por que Lev Vygotski quando se propõe uma educação inclusiva? Em: Revista Educação Especial. Santa Maria/RS/Universidade Federal de Santa Maria/Departamento de Educação Especial, n.24, 2004 CARVALHO, E. N. S. de. Linguagens da discriminação: a questão da deficiência . In: SÉGUIN, E.; SOARES, E.; CABRAL, L. (Coord.). Temas de discriminação e exclusão. Rio de Janeiro, RS: Ed. Lumen Juris, 2014. MAGALHÃES, R. C. de B. P.; CARDOSO, A. P. L..B. Educação Especial e Educação Inclusiva: conceitos e políticas educacionais. In: MAGALHÃES, R. C. B.

P. de (org.). **Educação Inclusiva:** escolarização, política e formação docente. Brasília Líber Livro. 2011.

COMPONENTE CURRICULAR: Desenho Universal para a Aprendizagem				CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 h Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T	E	P	EAD	EXT
		3		1		
OBJETIVO GERAL Compreender a história do DUA, os seus conceitos, princípios e a sua importância na prática de sala de aula.						
EMENTA Estudo sobre a história, origem, conceitos e princípios do DUA, estabelecendo as relações com a prática de sala de aula e a importância para a Educação Inclusiva.						

BIBLIOGRAFIA BÁSICA CENTER FOR APPLIED SPECIAL TECHNOLOGY - CAST. National Center on Universal Design for Learning , 2011.. CENTER FOR APPLIED SPECIAL TECHNOLOGY - CAST. About Universal Design for Learning , 2013. Acesso em 25 de maio de 2020. Disponível em: http://www.udlcenter.org/aboutudl/whatisudl . COSTA-RENDERS, E. C.; AMARAL, M. S. S. da; OLIVEIRA, F. S. P. de. Desenho universal para aprendizagem: um percurso investigativo sobre a educação inclusiva. Revista Intersaberes , <u>v. 15, n. 34, 2020</u> , p. 1-18. PLETSCH, Márcia Denise; SOUZA, Flávia Faissal de; ORLEANS, Luis Fernando. A diferenciação curricular e o desenho universal na aprendizagem como princípios para a inclusão escolar. Revista educação e cultura contemporânea , vol. 14, n. 35, 2017, p. 264- 281.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVA, V.; GOMES, M.; SOUZA, R. Desenho universal para aprendizagem, acessibilidade web, usabilidade no e-learning e usabilidade pedagógica. **Revista de estudios e investigación en psicología y educación**, 2017, Extr.(13), A p. 13-287.

MEYER, A., ROSE, D. H.; GORDON, D. **Universal design for learning: theory and practice**. Wakefield: CAST Professional Publishing, 2014.

ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. **Educação Unisinos**, 22(2), 2018, p. 147-155.

COMPONENTE CURRICULAR: Fund. sócio-histórico-filosóficos da educação			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas:60 Créditos: 4	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	4				
OBJETIVO GERAL Possibilitar aos alunos a aquisição progressiva de sensibilidade e competência para interpretar a Educação em geral e a escola em particular , através do estudo das categorias/conceitos e fundamentos histórico, sociológicos e filosóficos da educação.					
EMENTA Ementa: Tem como objetivo os pressupostos metodológicos, filosóficos, antropológicos, econômicos, políticos-institucionais e sociológicos de forma “interdisciplinar”, centrando-os na perspectiva de possibilitar aos alunos aquisição educacional em geral e, particularmente, a escola e suas relações constitutivas mais imediatas. Espera-se que os alunos desenvolvam maior capacidade de agir no meio em que vivem com perspectiva histórica mais elaborada.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARROYO, Miguel. Oficina de Mestre. CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. SP. Ática, 1999 GADOTTI, Moacir. História das idéias pedagógicas. SP, Ática, 1999 3 KIELING, José Fernando. Pressupostos históricos dos processos educativos no meio rural. Cadernos de educação. Pelotas, FaE/UFPel, (12): jan/jun 1999, pp. 75-87 LUCKESI, Cipriano e PASSOS, Elizete. Introdução à filosofia. 3ª ed. SP: Cortez, 2000
--

. MARTINS, José de Souza. Caminhada no chão da noite. SP: Hucitec, 1989
 OLIVEIRA, Avelino da Rosa. Marx e a Liberdade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997
 (Coleção Filosofia: 62).

ROSA, Maria da Glória. A história da educação através dos textos. SP: Cultrix, 1982

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SAVIANI, Dermeval. Tendências e correntes de educação brasileira. In MENDES, Durmeval Trigueiro (org.). Filosofia da Educação Brasileira. 2ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 1985.

SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. SP: Cortez, 2000

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica. 5ª Ed., Campinas: Autores associados, 1995.

COMPONENTE CURRICULAR: Seminário integrador I: diversidade e direitos humanos				CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:						
CARGA HORÁRIA: Horas:60 Créditos:4		Distribuição de créditos				
		T	E	P	EAD	EXT
		1		2		1
OBJETIVO GERAL: Estabelecer as reflexões teórico-práticas sobre os temas trabalhados nas disciplinas do período e a análise da práxis em contexto educacional.						
EMENTA Refletir sobre os conceitos e fundamentos teórico-práticos deenvolvidos no período, estabelecendo investigações e análise da práxis em contexto educacional.						

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

. referências trabalhadas nos diferentes componentes curriculares do período

BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR

. referências trabalhadas nos diferentes componentes curriculares do período

II Semestre

COMPONENTE CURRICULAR: Didática geral e Didática para a Educação Especial			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	4				
OBJETIVO GERAL Contribuir para a compreensão, análise e reflexão do trabalho docente no campo da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, seja na gestão ou atuação na sala de aula comum ou no atendimento educacional especializado.					
EMENTA Trajetória histórica da didática e das tendências pedagógicas no Brasil, traçando relações com a Educação Especial, práticas e conceitos, planejamento, organização do Ensino e da didática em contexto de Desenho Universal para a Aprendizagem.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA BEYER, H. O. Inclusão e Avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais . Porto Alegre: Mediação, 2006. CUNHA, M. I. da. O bom professor e sua prática. 22 ed. Campinas: Papirus, 2010 FARIAS, I. M. S. (et al). Didática e Docência: aprendendo a profissão. Brasília: Líber Livro, 2009. RODRIGUES, David. Inclusão e Educação. São Paulo: Summus, 2006. FRANCO, M. A. S. e PIMENTA, S. G. Didática: embates contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2010
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ANDRÉ, M.; OLIVEIRA, M. R. N. S. (orgs.). Alternativas no ensino da Didática. 3a ed. São Paulo: Papirus, 1997. ROSA, D.E.G, e Souza, V.C. (orgs.) Didáticas e práticas de ensino: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos. Rio de Janeiro, RJ. D.P.S.A. Editora, 2002. ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre, RS. Artmed, 1998. FARIAS, I. M. S. (et al). Didática e Docência: aprendendo a profissão. Brasília: Líber Livro, 2009. FREITAS, M.C. O aluno incluído na Educação Básica: avaliação e permanência. São Paulo: Cortez, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR: Desenvolvimento humano			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas:45 Créditos: 3	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	3				
OBJETIVO GERAL Analisar os processos de desenvolvimento humano e aprendizagem, seus pressupostos e reflexos na Educação Especial					
EMENTA Compreender o desenvolvimento humano nas dimensões cognitiva, social e afetiva, bem como o caráter histórico-social do desenvolvimento, as interfaces sistêmicas e translacional para todos e todas, estabelecendo os reflexos destas compreensões para a Educação de pessoas com Deficiência.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs). Desenvolvimento Psicológico e Educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Vol. 2. Porto Alegre: ARTMED, 1995. BARRETO, A. C. de Paradigma Sistêmico no desenvolvimento humano e familiar: a teoria bioecológica de Urie Brinfenbrenner. Psicologia em revista, vol. 22, Belo Horizonte, 2016 BEE, H. A criança em desenvolvimento. Tradução: Maria Adriana Verissimo Veronese. 9. ed. (Demais edições) Porto Alegre: Artmed, 2008. FONSECA, V. da. Aprender a aprender: a educabilidade cognitiva. Porto Alegre: Artmed, 1998. PAPALIA, D. Desenvolvimento Humano. Porto Alegre: Artmed, 2013.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FUENTES, D. MALLOY-DINIZ. L. F.; CAMARGO, C. H. P.; COSENZA, R. M. (org.) Neuropsicologia: teoria e prática. Porto Alegre: Artmed, 2014

HALPER, R. (org.) Manual de pediatria do desenvolvimento e comportamento. 1.ed. Barueri, SP: Manole, 2015.

NORMA, D. **O cérebro que transforma**. Rio de Janeiro: Record, 2018

RAMACHANDRAN. V.S. **O que o cérebro tem para contar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

ROTTA, N. T. OHLWEILER, L. RIESGO, R. S. (Orgs). **Transtornos de Aprendizagem**: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

ROTTA, N. T.; BRIDI FILHO, C. A.; RIESGO, R. S. (Org.). **Plasticidade cerebral e aprendizagem**: abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2018.

COMPONENTE CURRICULAR: Fundamentos Psicológicos da Educação			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	4				
OBJETIVO GERAL Analisar questões paradigmáticas, conceituais e metodológicas relacionadas a psicologia e a Educação, bem como de atenção a diversidade e a educação de alunos público-alvo da Educação Especial.					
EMENTA A Psicologia da Educação, seus paradigmas e o processo ensino e aprendizagem, abordando questões emergentes e atuais para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e as práticas pedagógicas de atenção a diversidade.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUNHA, Marcus Vinícius. Psicologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GOULART, Iris Barbosa. Psicologia da educação - Fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 1995.

REGO, Teresa Cristina; OLIVEIRA, Marta Kohl de; SOUZA, Denise Trento R. Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea. São Paulo: Moderna, 2002.

BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR

LA TAILLE, Ives de; OLIVEIRA, Maria Kohl; DANTAS, Heloísa. Piaget, Vygotsky e Wallon. Teorias psicológicas em discussão. São Paulo: Summus Editorial, 1992

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008

GILLIGAN, C. Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

KUPFER, M. C. Freud e a educação: o mestre do impossível. São Paulo: Scipione, 1989

COMPONENTE CURRICULAR: Teorias pedagógicas aplicadas à Educação Especial			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas:60 Créditos: 4	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	4				
OBJETIVO GERAL Estabelecer as interfaces teórico-práticas entre os referenciais teóricos no campo da Educação em geral e suas contribuições para a Educação Especial e inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial.					
EMENTA Estudo dos processos de ensino e aprendizagem sob o referencial teórico de diferentes pensadores da área de Educação e suas contribuições para o campo da Educação Especial e inclusão do aluno público-alvo da Educação Especial..					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OLIVEIRA, G. G. de. **A Pedagogia da Neurociência**: ensinando o cérebro e a mente. Curitiba: Appris, 2015

SAVIANI, D. História das idéias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

VÁRIOS AUTORES. Pedagogias do século XX. Porto Alegre: Artmed, 2003

SCALCON, S À procura da unidade psicopedagógica. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR

ROTTA, N. T. OHLWEILER, L. RIESGO, R. S. (Orgs). **Transtornos de Aprendizagem:** abordagem neurobiológica e multidisciplinar. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

ROTTA, N. T.; BRIDI FILHO, C. A.; RIESGO, R. S. (Org.). **Plasticidade cerebral e aprendizagem:** abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2018.

COMPONENTE CURRICULAR: Processos investigativos em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva I			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	2		2		
OBJETIVO GERAL Investigar e teorizar sobre situações de contexto no campo da educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva, refletindo sobre o papel da Educação Especial neste contexto.					
EMENTA Estudo teórico-prático das diferentes realidades da educação e da educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva e o papel da Educação Especial nestes contextos.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA ANDRÉ, M. O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2010. BAUER, M. V.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora, 1994. LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: Pedagógica e Universitária Ltda, 1986.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

SANDÍN-ESTEBAN, M. P. **Pesquisa qualitativa em educação:** fundamentos e tradições. Porto Alegre: AMGH, 2010.

WELLER, W.; PFAFF, N. **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação:** teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR: Seminário Integrador II: Alteridade e processos de aprendizagem				CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:						
CARGA HORÁRIA: Horas:60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T	E	P	EAD	EXT
		1		2		1
OBJETIVO GERAL Estabelecer a Interface entre os conceitos trabalhados no período e as práticas escolares.						
EMENTA Organização dos estudos e referenciais trabalhados nos componentes curriculares do período, relacionando com as práticas escolares.						

BIBLIOGRAFIA BÁSICA Todas as referências apresentadas nos componentes curriculares do período.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR Todas as referências apresentadas nos componentes curriculares do período

III Semestre

COMPONENTE CURRICULAR: Gestão da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva		CÓDIGO NOVO
UNIDADE:		
CARGA HORÁRIA: Horas: 45 Créditos: 3	Distribuição de créditos	

	T	E	P	EAD	EXT
	3				
OBJETIVOGERAL Compreender, conhecer e analisar diferentes aspectos da organização do trabalho pedagógico e da gestão da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.					
EMENTA Análise dos princípios básicos da Organização do Trabalho Pedagógico em contexto da Educação Inclusiva: legais, administrativos, pedagógicos e especializados. Estabelecer a análise da estruturação e gestão da Educação Inclusiva a partir dos pressupostos do Index para a inclusão.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA Ainscow, Mel. Booth, Tony. <i>Índex para a inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola. Versão portuguesa produzida pela Cidadãos do Mundo com autorização escrita da CSIE Tradução: Ana Benard da Costa José Vaz Pinto, 2002</i> CARVALHO, R. E. Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2012 BAPTISTA, Cláudio Roberto; JESUS, Denise Meyrelles de; CAIADO, Katia Regina. Prática pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. 1 ed. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2013. PARO, V. H. <i>Gestão democrática da escola pública.</i> Ática, São Paulo, 2008
BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR AISCOW, M., & MILES, S. (2013). Desarrollando sistemas de educación inclusiva. Cómo podemos hacer progresar las políticas de educación? In C. Giné (Coord.), D. Duran, J. Font & E. Miquel. La educación inclusiva. De la exclusion a la plena participación de todo el alumnado. Barcelona: Horsori Editorial, S. L. HEREDERO, E.S. A escola inclusiva e as estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. Acta Scientiarum. Education. Maringá, v. 32, 2010 MANTOAN, M.T. E. et al. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar – a escola comum inclusiva. Coleção da UFC/MEC/SEESP. BRASIL, 2010. RODRIGUES, D. Educação Inclusiva dos conceitos às práticas de formação. 2 ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR: Processos de Ensino e Aprendizagem em Educação Especial I: estudantes com deficiência visual (baixa visão e cegueira)			CÓDIGO NOVO			
UNIDADE:						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T	E	P	EAD	EXT
		3		1		
OBJETIVO GERAL Capacitar professores para a prática pedagógica e o atendimento educacional especializado de alunos com deficiência visual, proporcionando conhecer a historicidade e as características da deficiência visual, os principais recursos de Tecnologia Assistiva e como trabalhar a orientação, a mobilidade e as AVAs. Além do planejamento, construção de práticas pedagógicas inclusivas, adaptação curricular e avaliação para este público alvo.						
EMENTA Estudos sobre as Práticas Pedagógicas, planejamentos, flexibilização curricular e avaliação para alunos com Deficiência Visual; conhecer e utilizar Recursos de Tecnologia Assistiva: ópticos, não-ópticos, auditivos (Dosvox, Jaws, NVDA, MecDaisy, Adobe Reader, uso do celular), Sistema Braille e Soroban; Orientação, mobilidade e Atividades de Vida Autônoma (AVAs).						

BIBLIOGRAFIA BÁSICA BERSCH, R.C.R.; PELOSI, M.B. Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: tecnologia assistiva: recursos de acessibilidade ao computador II . Secretaria de Educação Especial. Brasília: ABPEE - MEC: SEESP, 2006. MACHADO, E. V. (et al.) Orientação e mobilidade : Conhecimentos básicos para a inclusão do deficiente visual. Brasília: MEC, SEESP, 2003. NEWS MEDICAL LIFE SCIENCE. Causas da Deficiência Visual . Disponível no acesso: http://www.news-medical.net/health/Causes-of-visual-impairment-(Portuguese)..

BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR

SÁ, E. D. de, (et al.). **Atendimento Educacional Especializado –Deficiência Visual**. Brasília: MEC, SEESP/SEED, 2007.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação. **Grafia Braille para a língua portuguesa**. Brasília: MEC/Seesp, 2002.

Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) – **Superintendência da Educação**. Instrução nº 016/2011 da SEED/SUED - Paraná, 2011.

XIMENA, S. Comunicación para Persona Sordociegas. Publicação – Instituto Nacional para Cegos - Bogotá – Colômbia - Ano 2002. Título em Português - Comunicação para Pessoa Surdocega – Tradução Miriam Xavier de Oliveira – 2004 - **Revisão Shirley Rodrigues Maia-2005**

COMPONENTE CURRICULAR: Processos de Ensino e Aprendizagem em Educação Especial II: estudantes com deficiência intelectual			CÓDIGO NOVO			
UNIDADE:						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T	E	P	EAD	EXT
		3		1		
OBJETIVO GERAL Compreender a concepção histórico-cultural da presença da pessoa com deficiência intelectual na sala de aula comum e no atendimento educacional especializado, levando em consideração o modelo social da Deficiência.						
EMENTA Estudo sobre o histórico da conceituação de deficiência intelectual, diferentes abordagens da deficiência intelectual, principais características da deficiência intelectual, formas de identificação e atendimento, realizando a compreensão da Deficiência Intelectual, considerando o modelo social da Deficiência e as situações de aprendizagem no contexto do Desenho Universal para a Aprendizagem e o papel do Atendimento Educacional Especializado.						

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. MEC/SECADI. **Atendimento Educacional Especializado para o aluno com deficiência intelectual**. Brasília: MEC, SEESP, 2010.

COSTA, Maria da Piedade Resende. **Alfabetização para o aluno com Deficiência Intelectual**. São Paulo: Edicon, 2011.

CASTRO, Feranda Santos; BARROCO, Sonia Mari Shima. Psicologia histórico-cultural: considerações em busca do desenvolvimento humano. In: HIRELLO-PIRES, CARLA Salati Almeida. **Síndrome de Down: perspectivas atuais**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio. **Conhecimento escolar e Deficiência Intelectual: dados da realidade**. Curitiba: CRV, 2018.

BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR

ALMEIDA, M.A.; MENDES, E.G.; HAYASHI, M.C.P.I. (org.) Temas em educação especial : múltiplos olhares. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SMITH, D. D. Introdução à Educação Especial: ensinar em tempos de inclusão. Tradução: Sandra Moreira de Carvalho. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008 (demais edições).

COMPONENTE CURRICULAR: Processos de Ensino e Aprendizagem em Educação Especial III: Estudantes com deficiência motora			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	3		1		
OBJETIVO GERAL Compreender os conceitos ligados à Deficiência Motora e a Paralisia Cerebral, bem como o conhecimento de práticas relacionadas em sala de aula e atendimento educacional especializado.					
EMENTA Estudo do histórico da conceituação de deficiência motora buscando a compreensão sobre o trabalho multidisciplinar, acessibilidade física e acessibilidade ao currículo escolar.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERNANDES, A.C., RAMOS, A.C.R., CASALIS, M.E.P., HEBERT, S.K. Medicina e Reabilitação: princípios e práticas. Artes Médicas, 2007.

SMITH, D.D. Introdução à educação especial - Ensinar em tempos de inclusão. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BERSCH, R.; MACHADO, R. Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Física. In: SCHIRMER, C. R. et al. Atendimento educacional especializado: deficiência física. São Paulo: MEC/SEESP, 2007. p. 27-28.

DISCHINGER, M.; MONNA, V. H. M. B. E.; BORGES, M. F. C. B. da. **Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível** – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009.

PELOSI, M.B. Por uma escola que ensine e não apenas acolha: recursos e estratégias para inclusão escolar. In: MANZINI, E.J. (org.). **Inclusão e acessibilidade**. Marília: ABPEE, 2006, p. 121-132.

BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: 2004. ABNT, 2004. 97 p. Disponível em <http://www.mpdft.gov.br/sicorde/NBR9050-31052004.pdf>

BRASIL. Lei Federal 10.098. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: 2000

SANDINI, S. P.; HORST, C. C. B. DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA. **Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guairacá**. v. 06, ed. 02. Dez. 2014.

COMPONENTE CURRICULAR: Processos de Ensino e Aprendizagem em Educação Especial IV: estudantes surdos, estudantes com deficiência auditiva e surdo-cegueira			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	3		1		

OBJETIVOGERAL

Compreender como se constituem os processos de ensino e aprendizagem dos alunos surdos, alunos com deficiência auditiva e com surdocegueira a partir de uma perspectiva sociocultural, linguística e os aspectos que envolvem a modalidade da Educação Especial.

EMENTA

A história da educação dos surdos e os modelos e abordagens educacionais; Legislação na área da surdez; Cultura, história e Identidade Surda; Terminologias da área da surdez; Educação inclusiva para surdos; Educação Bilíngue para Surdos; Língua Brasileira de Sinais e o aluno surdo; Pedagogia Surda e Pedagogia Visual como possibilidades para o ensino de alunos surdos e com deficiência auditiva; Definição de surdocegueira e das modalidades de comunicação; Causas da surdocegueira; Tradutor e Intérprete de Libras; Guia Intérprete; Atendimento Educacional Especializado para alunos surdos e com deficiência auditiva; Atendimento Educacional Especializado para alunos com Surdocegueira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Wolney G; SOUZA, Jeremias B. **A língua de sinais e o guia-intérprete como mediador na educação da pessoa com surdocegueira**. Revista Sinalizar, Goiânia, v. 2, n.1, p. 67 - 87, jan. / jun., 2017. (ISSN: 2448-0797)

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015** . Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BRASIL. **Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm.

BRASIL. **Lei 10.436 de abril de 2002**. Lei da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm

BRASIL. **Lei 14.191 de 3 de agosto de 2021**, Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília, 2014.

CAMPELO, Ana Regina de Souza. **Pedagogia Visual/ Sinal na Educação dos Surdos**. In: Estudos Surdos II. QUADROS, Ronice Miller; PERLIN, Gladis (Org). Petrópolis, RJ : Arara Azul, 2007.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado pessoa com surdez**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial : Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado para pessoa com surdez. Brasília/DF, 2007.

GARCIA, Alex. **Surdocegueira: empírica e científica**. São Luiz Gonzaga: [s.n], 2008.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; SANTOS, Lara Ferreira; CAETANO, Juliana Fonseca. **Estratégias metodológicas para ensino de alunos surdos**. Coleção UAB-UFSCAR. Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS uma introdução.

LACERDA, C. F.; SANTOS, L. F.. **Tenho um aluno surdo e agora? Introdução a Libras e Educação de Surdos**. São Carlos: Edufscar, 2013.

BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR

ALBRES, N. de A. **Surdos & Inclusão Educacional**. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2010.

BOSCO, Ismênia Carolina. M. G; MESQUITA, Sandra Regina S. H; MAIA, Shirley R. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar Surdocegueira e Deficiência Múltipla**. Ministério da Educação - Secretaria da Educação Especial - Universidade Federal do Ceará. Brasília, 2010.

MARINS, Cássia Lobato. **Processos de Construção e Desenvolvimento de Currículos para Surdos com Deficiência em uma Escola Bilíngue para Surdos** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/115955/000964911.pdf?sequence=1>>

QUADROS. R. M. de (org.). **Estudos surdos I**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006. 324 p. (Série Pesquisas) ISBN 85-89002-18-7.

QUADROS. R. M. de; PERLIN, Gladis (org.). **Estudos Surdos II**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007. 267 p. (Série Pesquisas) ISBN 978-85-89002-21-9.

QUADROS. R. M. de (org.). **Estudos Surdos III**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008. 300 p. (Série Pesquisas) ISBN 978-85-89002-46-2.

QUADROS. R. M. de; STUMPF, Marianne Rossi (org.). **Estudos Surdos IV**. Petrópolis, RJ : Arara Azul, 2009. 452 p. (Série Pesquisas) ISBN 978-85-89002-48-6.

--

COMPONENTE CURRICULAR: Comunicação aumentativa e alternativa			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	2		2		
OBJETIVO GERAL Estudar, analisar e propor utilização de sistemas de comunicação alternativa aumentativa para pessoas com deficiência.					
EMENTA Estudo da área de comunicação alternativa aumentativa (CAA) e seu uso com pessoas com deficiências em idade escolar. Análise das diretrizes para seleção, implementação, uso e monitoração dos sistemas de CAA.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA CAPOVILLA, F. C. Comunicação alternativa como recurso para inclusão escolar de crianças com diversos distúrbios motores e de fala: Modelos teóricos e tecnológicos, filosofia educacional e prática clínica. Ciência cognitiva: Teoria, pesquisa e aplicação, 2(4), 1998, 689-720. DELIBERATO, D.; GONÇALVES, M.J.; MACEDO, E.C. Comunicação Alternativa: teoria, prática, tecnologias e pesquisa. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2009. NUNES, L.R.O.P.; PELOSI, M.B.; WALTER, C.C.F. Compartilhando experiências: ampliando a comunicação alternativa. Marília: ABPEE, 2011. PORTAL DE AJUDAS TÉCNICAS PARA EDUCAÇÃO: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física : recursos para comunicação alternativa. Eduardo José Manzini, Débora Deliberato. – Brasília : MEC, SEESP, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MANZINI, E. J. Conceitos básicos em comunicação alternativa e suplementar. In Carrara, K.(org.). Educação, universidade e pesquisa. Marília: UNESP. 2001. MANZINI, E.J.; FUJISAWA, D.S. Jogos e Recursos para Comunicação e Ensino na Educação Especial. Marília: ABPEE, 2010. 170 p. NUNES, L.R.O.P.; PELOSI, M.B.; GOMES, M.R. Um retrato da comunicação alternativa no Brasil: Relato de pesquisas e experiências. Rio de Janeiro: 4 Pontos Estúdio Gráfico e Papéis, 2007

COMPONENTE CURRICULAR: Seminário Integrador III: Organização da Escola e Educação Inclusiva				CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T	E	P	EAD	EXT
		1		2		1
OBJETIVO GERAL Estabelecer a Interface entre os conceitos trabalhados no período e as práticas escolares.						
EMENTA Organização dos estudos e referenciais trabalhados nos componentes curriculares do período, relacionando com as práticas escolares.						

BIBLIOGRAFIA BÁSICA Todos os referenciais trabalhados nos componentes curriculares do período.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR Todos os referenciais trabalhados nos componentes curriculares do período.

IV Semestre

COMPONENTE CURRICULAR: Processos de Ensino e Aprendizagem em Educação Especial V: estudantes com Transtornos de neurodesenvolvimento			CÓDIGO NOVO			
UNIDADE:						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T	E	P	EAD	EXT

	3		1		
OBJETIVOGERAL Compreender os processos de desenvolvimento e aprendizagem de pessoas com Transtornos de neurodesenvolvimento, para construção de práticas pedagógicas baseadas no Desenho Universal para a Aprendizagem e de Atendimento Educacional Especializado, como apoio as práticas.					
EMENTA Estudos sobre os Aspectos neurobiológicos e neuropsicológicos da aprendizagem, as abordagens teóricas e os processos de aprendizagem de pessoas com deficiência, considerando a sala de aula comum e a escola como fatores de desenvolvimento e aprendizagem, e o Atendimento Educacional Especializado como apoios a estes processos.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA CORREIA, L. M. de. Inclusão e Necessidades Educativas Especiais: um guia para educadores e professores. 2º ed. Porto: Porto Editora, 2008. FONSECA, V. da. Aprender a aprender: a educabilidade cognitiva. Porto Alegre: Artmed, 1998. FUENTES, D. MALLOY-DINIZ. L. F.; CAMARGO, C. H. P.; COSENZA, R. M. (org.) Neuropsicologia: teoria e prática. Porto Alegre: Armed, 2014 HALPER, R. (org.) Manual de pediatria do desenvolvimento e comportamento. 1.ed. Barueri, SP: Manole, 2015. SCHWARTZMAN, J. S. Autismo Infantil. São Paulo: Memnon, 2003 SCHIMIDT, C. (org). Autismo, Educação e transdisciplinaridade. São Paulo: Papyrus,2013 . WHITMAN, T. L. O desenvolvimento do autismo. São Paulo. M.Books, 2015
BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR BARRETO, A. C. de Paradigma Sistêmico no desenvolvimento humano e familiar: a teoria bioecológica de Urie Brinfenbrenner. Psicologia em revista, vol. 22, Belo Horizonte, 2016 GRANDIN, T.; PANEK, R. O cérebro autista: pensando através do Espectro. Rio de Janeiro: Record, 2017

ROTTA, N. T. OHLWEILER, L. RIESGO, R. S. (Orgs). **Transtornos de Aprendizagem**: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

ROTTA, N. T.; BRIDI FILHO, C. A.; RIESGO, R. S. (Org.). **Plasticidade cerebral e aprendizagem**: abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2018.

SIEGEL, B. **O mundo da criança autista – compreender e tratar perturbações do espectro do autismo**. Porto: Porto Editora, 2008

WILLIAMS, C.; WRIGHT, B. **Convivendo com o autismo e síndrome de Asperger**. Estratégias práticas para pais e profissionais. São Paulo: Makron Books, 2008

COMPONENTE CURRICULAR: Processos de Ensino e Aprendizagem em Educação Especial VI: estudantes com altas habilidades/superdotação				CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T	E	P	EAD	EXT
		3		1		
OBJETIVO GERAL Compreender os conceitos ligados às Altas Habilidades/ Superdotação, bem como o conhecimento de práticas relacionadas ao AEE e destinadas à inclusão escolar.						
EMENTA . Estudo do histórico da conceituação das altas habilidades/ superdotação, principais características das altas habilidades/ superdotação, diferentes abordagens. Busca de compreensão sobre formas de atendimento e aprendizagem.						

BIBLIOGRAFIA BÁSICA ALENCAR, E. M. L. S. Indivíduos com altas habilidades/superdotação: clarificando conceitos, desfazendo ideias errôneas. In: FLEITH, D.S. (Org.). A construção de

práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação: orientação a professores. Brasília: MEC:SEESP, 2007. p. 13-23, v.1.

FREITAS, S. N.; PÉREZ, S. G. P. B. **Altas habilidades/superdotação: atendimento especializado.** Marília: ABPEE, 2ª ed. Revista e Ampliada, 2012.

GUIMARÃES, T. G.; OUROFINO, V.T.A. Estratégias de identificação do aluno com altas habilidades/superdotação. In: FLEITH, D.S. (Org.). **A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação:** orientação a professores. Brasília: MEC:SEESP, 2007. p. 53-65, v.1.

BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR

GARDNER, H. Inteligências múltiplas: a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995 [Obra disponibilizada na disciplina].

PÉREZ, S. G. P. B. **Ser ou não ser, eis a questão:** o processo de construção da identidade na pessoa com altas habilidades/superdotação adulta. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, PUCRS, Porto Alegre, 2008ª.

POCINHO, M. **Superdotação:** conceitos e modelos de diagnóstico e intervenção psicoeducativa. Rev. Brasil. Ed. Esp. Marília, v. 15, n. 1, p -3-14, jan-abr, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR: Organização Curricular e planejamento			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas:60 Créditos: 4	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	4				
OBJETIVO GERAL Analisar a organização e flexibilização curricular, planejamento e ações de co-participação, desafios e construções pautadas na diversidade no contexto da aprendizagem para todos e todas e do Desenho Universal para a Aprendizagem; Planejar e realizar práticas pedagógicas acessíveis e inclusivas no contexto escolar.					
EMENTA Estudo sobre currículo e flexibilização curricular, organização da prática pedagógica, planejamento para a aprendizagem de todos e todas, a partir do DUA, organizando práticas pedagógicas acessíveis e inclusivas.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAPTISTA, C. R. Ação Pedagógica e educação especial; a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Rev. Bras. Ed. Esp.** vol17, Marília, 2011

CAPELLINI, V. L. M. F. **Adaptações curriculares na inclusão escolar**. Curitiba: Appris, 2018

CARNEIRO, M.S. Reflexões sobre a avaliação de aprendizagem de alunos da modalidade da Educação Especial na educação básica. **Revista de Educação Especial**, v.25, 2012

CARVALHO, R. E. **Escola Inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2012

GOÊS, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (Org.). Políticas e práticas de educação inclusiva. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR

HEREDERO, E.S. A escola inclusiva e as estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. **Acta Scientiarum. Education**. Maringá, v. 32, 2010

MARQUEZINE, M. C.; TANAKA, E. D. O.; BUSTO, R. M. (org.) **Atendimento Educacional Especializado**. Marília: abpee, 2013

MENDES, E.G; VILARONGA, C. A. R; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar**: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: UFSCar, 2014. p. 68-88.

RODRIGUES, D. **Educação Inclusiva dos conceitos às práticas de formação**. 2 ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR:

Intervenção Precoce na Infância

CÓDIGO

NOVO

UNIDADE:**CARGA HORÁRIA:**

Horas: 60

Créditos: 4

Distribuição de créditos

T

E

P

EAD

EXT

4

OBJETIVO GERAL

Compreender os conceitos e práticas em Intervenção Precoce na Infância e sua importância para o desenvolvimento infantil de crianças em situação de vulnerabilidade e risco social, relacionando com as políticas internacionais de IPI.

EMENTA

Estudo sobre Intervenção Precoce na Infância, pressupostos, princípios, práticas e possibilidades para o desenvolvimento infantil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, I. C. O Modelo de intervenção centrado na família: Da teoria à prática. In: M.J.J., Camacho (org.), **Revista Diversidades** (pp.12-16). Madeira: O Liberal, 2010.

CARVALHO, L., ALMEIDA, I., FELGUEIRAS, I., LEITÃO, S., BOAVIDA, J., SANTOS, P., SERRANO, A., BRITO, A., LANÇA, C., PIMENTEL, J., PINTO, A., GRANDE, C., BRANDÃO, T., FRANCO, V. **Práticas recomendadas em Intervenção Precoce na infância. Um guia para profissionais** (1ª ed.). Coimbra: ANIP, 2016.

DIVISION FOR EARLY CHILDHOOD (2014). **DEC recommended practices in early intervention/early childhood special education 2014**. Retrieved from: <http://www.dec-sped.org/recommendedpractices>.

DEMPSEY, I.; KENN, D. A review of processes and outcomes in family-centered services for children with a disability, **Topics in Early Childhood Special Education**, 28 (1), 42-52, 2008.

GONÇALVES, M.; SIMÕES, C. Práticas de intervenção precoce na infância - as necessidades das famílias de crianças com necessidades educativas especiais, **Gestão e Desenvolvimento**, 17-18, 157-174, 2009-2010.

BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR

DUNST, C. J. Apoiar e capacitar as famílias em intervenção precoce: O que aprendemos? In: L. M. CORREIA; A. M. SERRANO. **Envolvimento parental em intervenção precoce: Das práticas centradas na criança às práticas centradas na família**, (pp. 77-92). Porto: Porto Editora, 2000.

DUNST, C.J., BRUDER, M. B.; ESPE-SHERWINDT, M. Family capacity-building in Early Childhood Intervention: Do context and setting matter? **School Community Journal**, 24 (1), 37-48, 2014.

MCWILLIAM, R. A. Recommended practices in interdisciplinary models. In S. M. Serrano (Org.), **Envolvimento parental em intervenção precoce** (pp. 65-76). Porto: Porto Editora, 2000.

MCWILLIAM, P. J. Práticas de Intervenção Precoce Centradas na Família. In: P. J. MCWILLIAM; P. J.; WINTON & E. R. CRAIS (2003). **Estratégias práticas para a intervenção precoce centrada na família**. Porto: Porto Editora, 2003.

SERRANO, A. **Rede sociais de apoio e a sua relevância para a intervenção precoce**. Porto: Porto Editora, 2007.

--

COMPONENTE CURRICULAR: Atendimento Educacional Especializado I: Educação Infantil			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	2		2		
OBJETIVO GERAL Conhecer e analisar as políticas e práticas relativas à Educação Infantil e as formas de avaliação e apoio ao professor para a inclusão e as perspectivas do Atendimento Educacional Especializado.					
EMENTA Estudo sobre Educação Infantil, políticas e práticas, avaliação e planejamento inclusivos e acessíveis, e as perspectivas para o Atendimento Educacional Especializado.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA CARMEM M.C.; GLÁDIS E.P.S. KAERCHER. Educação infantil: Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2008. OLIVEIRA, Z. M. R. Educação infantil: muitos olhares. São Paulo: Cortez, 2007. OLIVEIRA, Z.M.R. Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2010. PANIAGUA, G; PALACIOS, J. Educação Infantil – Resposta Educativa à Diversidade. Porto Alegre: Artmed, 2007. PRÁ, Pedro José (org). Desenvolvimento Infantil: cuidado integral e afetoso. Santa Maria, UFN, 2022
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALMEIDA, A.C. de et al. Uso de instrumento de acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança no Brasil – Revisão sistemática de literatura. Revista Paulista de Pediatria, v. 34, n. 1, p. 122–131, 2016. ARCE, A.; DUARTE, N. Brincadeira de papéis sociais na educação infantil: as contribuições de Vigotsky, Leontiev e Elkonin. São Paulo: Xama, 2006. BRAZELTON, T.B.; SPARROW, J.D. 3 a 6 anos: momentos decisivos do desenvolvimento infantil. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

HALPERN R. (Organizador) Manual de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento-1ªEd-Barueri, SP: Manole, 2015

COMPONENTE CURRICULAR: Seminário Integrador IV: Desenho Universal para a Aprendizagem			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	1		2		1
OBJETIVO GERAL Estabelecer a Interface entre os conceitos trabalhados no período e as práticas escolares.					
EMENTA Organização dos estudos e referenciais trabalhados nos componentes curriculares do período, relacionando com as práticas escolares.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA Todos os referenciais trabalhados nos componentes do período
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR Todos os referenciais trabalhados nos componentes do período

V Semestre:

COMPONENTE CURRICULAR: Atendimento Educacional Especializado II: Ensino fundamental		CÓDIGO NOVO
UNIDADE:		
CARGA HORÁRIA: Horas:60	Distribuição de créditos	

Créditos: 4	T	E	P	EAD	EXT
	3		1		
OBJETIVOGERAL Conhecer e analisar as políticas relativas ao Ensino Fundamental, as propostas curriculares e as formas de avaliação, planejamento e articulação entre sala de aula comum e atendimento educacional especializado, com ênfase no trabalho colaborativo.					
EMENTA Estudo das questões relacionadas às especificidades do ensino fundamental, considerando: avaliação, currículo, planejamento e articulação entre sala de aula comum e atendimento educacional especializado, trabalho colaborativo e apoio ao professor.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARELARO, Lisete Regina Gomes. O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências. Educ. Soc., Out 2005, vol.26, no.92 KASPER, Andrea de Aguiar; LOCH, Márcia do Valle Pereira; PEREIRA, Vera Lúcia Duarte do Valle Alunos com deficiência matriculados em escolas públicas de nível fundamental: algumas considerações. Educ. rev., 2008, no.31, p.231-243. SMITH, D.D. Introdução À Educação Especial - Ensinar em Tempos de Inclusão. Porto Alegre: Artmed, 2008. STAINBACK, Susan & STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999
BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR COLL, C.; MARCHESI, A. PALACIOS, J. Desenvolvimento Psicológico e Educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004, v. 3. MANTOAN, M.T. E. et al. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar – a escola comum inclusiva. Coleção da UFC/MEC/SEESP. BRASIL, 2010. _____. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006. MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Deficiência, educação escolar e necessidades especiais: reflexões sobre inclusão socioeducacional. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002. p. 15-24. MENDES, E.G; VILARONGA, C. A. R; ZERBATO, A. P. Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: UFSCar, 2014. p. 68-88.

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Brasileira de Sinais I			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	4				
OBJETIVO GERAL Oportunizar o conhecimento em LIBRAS e a fluência nesta língua; Propiciar uma melhor comunicação entre surdos e ouvintes em todos os âmbitos da sociedade, e especialmente nos espaços educacionais; Favorecer ações de inclusão social oferecendo possibilidades para a quebra de barreiras linguísticas					
EMENTA Estudo da origem da LIBRAS, legislação, e ensino prático da LIBRAS envolvendo uso do alfabeto digital, noções de tempo, ação, e espaço na enunciação. Busca de compreensão sobre atribuição de características às pessoas, objetos, animais e coisas expressões faciais e corporais como processos de significação particulares da LIBRAS. Introdução às variedades regionais e variantes sociais em LIBRAS, contar histórias em LIBRAS, e expressões idiomáticas					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001a. v. 1: Sinais de A a. CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001b. v. 2: Sinais de M a Z. FERNANDES, E. Linguagem e surdez. Porto Alegre: ARTMED, 2003. GESSER, A. LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. LACERDA, C.B.F.; GOES, M. C. R. (Org.). Surdez: processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2000. SKLIAR, C. (Org.). Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999. v. 1 (demais edições) THOMA, A.; LOPES, M. A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BERGAMASCHI, R. I.; MARTINS, R. V. (Org.). Discursos atuais sobre a surdez. Canoas: La Salle, 1999. BOTELHO, P. Segredos e silêncios na educação de surdos. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. MOURA, M. C. de. O surdo: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro:
--

Revinter, 2000. OLIVEIRA, J. et al. Primeiros sinais em libras. Arara Azul, 2008.
 QUADROS, R.M. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

COMPONENTE CURRICULAR: Ensino de Leitura e Escrita para alunos apoiados pela Educação Especial				CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:						
CARGA HORÁRIA: Horas: 45 Créditos: 3		Distribuição de créditos				
		T	E	P	EAD	EXT
		3				
OBJETIVO GERAL Estudar diferentes abordagens teórico-metodológicas de alfabetização e letramento e organização pedagógica da alfabetização para alunos público-alvo da Educação Especial.						
EMENTA Estabelecimentos de relações entre alfabetização e Letramento, função social da escrita e da leitura para as pessoas com deficiência.						

BIBLIOGRAFIA BÁSICA FERREIRO, Emilia, TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985 (demais edições). KLEIMAN, Ângela (org.). Os significados do letramento. Campinas: Mercado de Letras, 1995. LEITE, S. A. S. (org.) Alfabetização e letramento – contribuições para as práticas pedagógicas. Campinas, Komedi/Arte Escrita, 2001. TFOUNI, Leda Verdiani, (1995). Letramento e alfabetização. São Paulo: Cortez. 101 SMOLKA, A.L.B. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. São Paulo, Cortez, 1993 (demais edições).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR LODI, A. C. B. et al. Letramento e minorias. Mediação, 2002 (demais edições). KLEIMAN, Ângela (org.). Os significados do letramento. Campinas: Mercado de Letras, 1995. MORAIS, José. Alfabetizar para a democracia. Porto Alegre, Penso, 2014 SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: contexto, 2016

COMPONENTE CURRICULAR: Ensino de Matemática para alunos apoiados pela Educação Especial	CÓDIGO NOVO
---	--------------------

UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas:45 Créditos: 3	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	3				
OBJETIVO GERAL Estudar diferentes abordagens teórico-metodológicas referentes a construção do conhecimento matemático e a aprendizagem dos conceitos matemáticos, possibilitando práticas pedagógicas acessíveis e inclusivas.					
EMENTA Abordagens teórico-metodológicas para a construção do conhecimento matemático e a aprendizagem dos conceitos, em contexto inclusivo e acessível; produção recursos didáticos acessíveis.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA FRANZ, N.J. Tecnologia Assistiva e Educação Matemática: experiências de inclusão no ensino e aprendizagem da matemática nas deficiências visuais, intelectual e auditiva. Revista de Educação Matemática. São Paulo, v.15, no. 20, 2018 MIGLIORINI, A.A.M et al Ensino de Matemática para alunos de inclusão. In V Fórum Nacional das Licenciaturas em Matemática. Anais, 2014 MOYSÉS, L. Aplicações de Vygotsky à educação matemática. 10ª Ed. Campinas: Papirus, 2010 Kamii, Constance; Assis, Regina de. A criança e o número: implicações da teoria de Piaget. . 8ª ed. Campinas: Papirus, 1988 (demais edições). _____. Reinventando a Aritmética. Campinas: Papirus, 1994
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR D'AMBRÓSIO, U. Educação matemática: uma visão do estado da arte. Pro-Posições, Campinas, v. 4, n. 1, p.7-17, mar. 1993 FERRONATO, Rubens – A Construção de Instrumento de Inclusão no Ensino de Matemática. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. FIORENTINI, D.; LOREZANTO, S. Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2009 MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Tradução de Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Armed, 2003, p.43. TEIXEIRA, J.C.; PAIVA, F.T.; MOREIRA, E.G.. Matemática e inclusão: para além dos resultados. Revista de Educação Matemática, São Paulo, v. 15, no. 20, 2018

COMPONENTE CURRICULAR: Estágio supervisionado I: Educação Infantil				CÓDIGO NOVO	
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas: 120 Créditos:8		Distribuição de créditos			
		T	E	P	EAD
		2		6	
OBJETIVO GERAL Interagir com o ambiente escolar da Educação Infantil, compreendendo as interfaces entre a prática pedagógica e o atendimento educacional especializado.					
EMENTA Estágio de observação e interação com o ambiente escolar da Educação Infantil, estabelecendo relações de interface com a prática pedagógica e o atendimento educacional especializado.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA CUNHA, M. I. da. O bom professor e sua prática. 24ª ed. Campinas: Papirus, 2010 PIMENTA, S. G. LIMA, M. S. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2010. SACRISTÁN, J Gimeno; GÓMES, A. I. Pérez. Compreender e transformar o ensino. 4ª ed., Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 120-148. TARDIF, M. Saberes docentes & formação profissional. 8ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALVAREZ-MENDEZ, J. M. Avaliar para conhecer, examinar para excluir. Porto Alegre: ARTMED, 2002. BAPTISTA, C. R. JESUS, D. M. de (Orgs). Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2011. CARVALHO, A. M. P. de. Os estágios nos cursos de licenciatura. São Paulo Cengage Learning, 2012. CAPELLINI, V. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. (Orgs). Práticas pedagógicas inclusivas: da criatividade à valorização das diferenças. Bauru: UNESP, 2010. LIBANEO, J. C.; OLIVEIRA, Joao Ferreira; TOSCHI, Alirza S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

VI Semestre:

COMPONENTE CURRICULAR: Atendimento Educacional Especializado III: Ensino Médio e Educação de jovens e Adultos			CÓDIGO NOVO			
UNIDADE:						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T	E	P	EAD	EXT
		3		1		
OBJETIVO GERAL Conhecer e analisar as políticas relativas ao Ensino Fundamental, as propostas curriculares e as formas de avaliação, planejamento e articulação entre sala de aula comum e atendimento educacional especializado, com ênfase no trabalho colaborativo no Ensino Médio e na Educação de jovens e adultos.						
EMENTA Estudo das questões relacionadas às especificidades do ensino fundamental considerando: avaliação, currículo, planejamento e articulação entre sala de aula comum e atendimento educacional especializado, trabalho colaborativo e apoio ao professor de Ensino Médio e Educação de jovens e adultos.						

BIBLIOGRAFIA BÁSICA DALL'ACQUA, M.J.C. Alunos com Deficiência na Educação de Jovens e Adultos: Reflexões acerca de uma tendência e seus desafios. In: MENDES, E.G.; ALMEIDA, M.A.(org.). Dimensões Pedagógicas nas Práticas de Inclusão Escolar. Marília: ABPEE, 2012. HAAS, C. Educação de jovens e adultos e educação especial: a (re)invenção da articulação necessária entre as áreas. Educação, Santa Maria, v. 40, n. 2, p. 347-360, ago. 2015. SMITH, D.D. Introdução À Educação Especial - Ensinar em Tempos de Inclusão. Porto Alegre: Artmed, 2008. STAINBACK, Susan & STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MENDES, E.G.; VILARONGA, C.A.R.; ZERBATO, A. P. Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EDUFSCar, 2014. MANTOAN, M.T. E. et al. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar – a escola comum inclusiva. Coleção da UFC/MEC/SEESP. BRASIL, 2010.

____. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006. MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Deficiência, educação escolar e necessidades especiais: reflexões sobre inclusão socioeducacional. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002. p. 15-24. SIEMS, M.E.R. Educação de jovens e adultos com deficiência: saberes e caminhos em construção. Educ. foco, Juiz de Fora, v. 16, n.2, p.61-79, 2012 VÓVIO, C.L. Formação de educadores de jovens e adultos: a apropriação de saberes e de práticas conectadas à docência. In:DALBEN, A.et al.(org.). Convergências e tensões no campo da formação do trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR: Ensino de Ciências da Natureza para alunos apoiados pela Educação Especial			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas:45 Créditos: 3	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	3				
OBJETIVO GERAL Compreender as perspectivas políticas, históricas e curriculares do Ensino de Ciências, estabelecendo relações teórico-práticas a partir do Desenho Universal para a Aprendizagem e da construção de recursos pedagógicos acessíveis.					
EMENTA Compreensão sobre as perspectivas políticas, históricas e curriculares do Ensino de Ciências , propondo reflexões e relações para uma prática pedagógica inclusiva a partir dos conceitos e princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem e da construção de recursos pedagógicos acessíveis.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA CACHAPUZ, A.; GIL-PÉREZ, D.; CARVALHO, A. M. P.; PRAIA, J.; VILCHES, A. A necessária renovação do ensino de ciências. São Paulo: Cortez, 2011. COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. Desenvolvimento Psicológico e Educação: necessidades educativas especiais, Porto Alegre: Artes Médicas, v.3, 1995. GLAT, R. Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007 DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. Ensino de ciências: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011.
--

GALIAZZI, M. C. Educar pela pesquisa: ambiente de formação de professores de ciências. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014

LIPPE, Eliza Márcia Oliveira; CAMARGO, Eder Pires de. O ensino de Ciências e seus desafios para a inclusão: o papel do professor especialista; São Paulo: Editora Unesp, 2009

BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR

ANJOS, H.H. de C. dos. Ações inclusivas mediacionais no ensino de ciências no contexto de uma escola pública do DF. 2018 (168f.). Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Universidade de Brasília, 2018

BENTES, Nilda de Oliveira. Vigotski e a educação especial: notas sobre suas contribuições. Revista Cocar, Belém, v. 4, n. 7, pp. 1-8, 2009

CAMARGO, Éder Pires; VIVEIROS, Edval Rodrigues. Ensino de ciências e matemática num ambiente inclusivo: pressupostos didáticos e metodológicos. Bauru, 2006

MATHIAS, Daphine Ferreira. Metodologias para o ensino de ciências direcionadas a alunos com necessidades educativas especiais. Poro Alegre, 2009

COMPONENTE CURRICULAR: Ensino de Ciências Sociais para alunos apoiados pela Educação Especial			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas:45 Créditos: 3	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	3				
OBJETIVO GERAL Compreender as perspectivas políticas, históricas e curriculares do Ensino de Ciências Sociais, estabelecendo relações teórico-práticas a partir do Desenho Universal para a Aprendizagem e da construção de recursos pedagógicos acessíveis.					
EMENTA Prática dos educadores e Práticas pedagógicas. Diretrizes curriculares para o ensino de Estudos sociais., propostas curriculares para o ensino da Sociologia e BNCC Ensino da Sociologia e suas estratégias metodológicas: fundamentação e uso de diferentes estratégias metodológicas Ensino de Ciências Sociais e a construção de recursos pedagógicos acessíveis.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base.

MANTOAN, M.T. E. et al. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar – a escola comum inclusiva. Coleção da UFC/MEC/SEESP. BRASIL, 2010.

MANTOAN, M.T. E. et al. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar – a escola comum inclusiva. Coleção da UFC/MEC/SEESP. BRASIL, 2010.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Deficiência, educação escolar e necessidades especiais:** reflexões sobre inclusão socioeducacional. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002. p. 15-24.

MENDES, E.G; VILARONGA, C. A. R; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar:** unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: UFSCar, 2014. p. 68-88.

COMPONENTE CURRICULAR: Processos investigativos em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva II			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	2		2		
OBJETIVO GERAL Desenvolver investigações teórico-conceituais sobre as práticas pedagógicas nos diferentes níveis e modalidades de ensino para alunos público-alvo da Educação Especial.					

EMENTA

Compreender e teorizar sobre as práticas pedagógicas nos diferentes níveis e modalidades de ensino para alunos público-alvo da educação especial, refletindo sobre possibilidades e alternativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRÉ, M. **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas: Papirus, 2010.

BAPTISTA, Cláudio Roberto; JESUS, Denise Meyrelles de; CAIADO, Katia Regina. **Prática pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado**. 1 ed. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2013.

BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa; VICTOR, Sonia Lopes (Org.) **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: Mediação, 2009

CAPELLINI, V. L. M. F.; MENDES, E. G. O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar. Vol. 2, n. 4, jul./dez. 2007.

BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR

DAMIANI, M. F. **Entendendo o trabalho colaborativo em educação revelando seus benefícios**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

RODRIGUES, D. **Educação Inclusiva dos conceitos às práticas de formação**. 2 ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2011.

SANDÍN-ESTEBAN, M. P. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

WELLER, W.; PFAFF, N. **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**. Petrópolis: Vozes, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR: Estágio supervisionado II: Ensino Fundamental			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas: 120 Créditos: 8	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	2		6		
OBJETIVO GERAL Interagir com o ambiente escolar do Ensino Fundamental, compreendendo as interfaces entre a prática pedagógica e o atendimento educacional especializado em contexto de Desenho Universal para a Aprendizagem.					

EMENTA

Estágio de observação e interação com o ambiente escolar no Ensino Fundamental, estabelecendo relações de interface com a prática pedagógica e o atendimento educacional especializado em contexto de Desenho Universal para a Aprendizagem e a construção de recursos pedagógicos acessíveis.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUNHA, M. I. da. O bom professor e sua prática. 24ª ed. Campinas: Papirus, 2010
 PIMENTA, S. G. LIMA, M. S. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2010.
 SACRISTÁN, J Gimeno; GÓMES, A. I. Pérez. Compreender e transformar o ensino. 4ª ed., Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 120-148.
 TARDIF, M. Saberes docentes & formação profissional. 8ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR

ALVAREZ-MENDEZ, J. M. Avaliar para conhecer, examinar para excluir. Porto Alegre: ARTMED, 2002.
 BAPTISTA, C. R. JESUS, D. M. de (Orgs). Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.
 CARVALHO, A. M. P. de. Os estágios nos cursos de licenciatura. São Paulo Cengage Learning, 2012.
 CAPELLINI, V. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. (Orgs). Práticas pedagógicas inclusivas: da criatividade à valorização das diferenças. Bauru: UNESP, 2010.
 LIBANEO, J. C.; OLIVEIRA, Joao Ferreira; TOSCHI, Alirza S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

VII Semestre:

COMPONENTE CURRICULAR: Atendimento Educacional Especializado IV – Tecnologias Educacionais e Tecnologia Assistiva			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas:60 Créditos: 4	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	3		1		

OBJETIVOGERAL

Compreender a respeito das tecnologias analógicas e digitais disponíveis para desempenhar auxílio e suporte funcional e educacional para diferentes deficiências e recursos alinhados com os pressupostos do Desenho Universal da Aprendizagem, visando proporcionar o conhecimento, utilização e elaboração de recursos de Tecnologia Assistiva.

EMENTA

Estudo sobre as tecnologias analógicas e digitais e tecnologia assistiva, oportunizando aplicação e produção de recursos pedagógicos acessíveis.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERSCH, R.; TONOLLI, J. C. **Tecnologia Assistiva**. Disponível em: <<https://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>>.

OLIVEIRA, C. D. de. **Recursos de tecnologia assistiva digital para pessoas com deficiência sensorial: uma análise na perspectiva educacional**. São Carlos:UFSCar,2016. 110 p.

SANTAROSA, L. M. C., & Conforto, D. (2015). Tecnologias móveis na inclusão escolar e digital de estudantes com transtornos de espectro autista. **Revista brasileira de educação especial**. Marília, SP. Vol. 21, n. 4 (out./dez. 2015), p. 349-366.

SOUZA, Suellen Silva dos Santos de; ARAGON, Glaucia Torres. Estilos de Aprendizagem e Ensino a Distância na Perspectiva da Inclusão.Revista EaD em Foco, [S.l.], v. 8, n. 1, jun. 2018.

BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR

CARVALHO, D. de; MANZINI, E. J. Aplicação de um Programa de Ensino de Palavras em Libras Utilizando Tecnologia de Realidade Aumentada. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 23, n. 2, p. 215-232, June 2017

COOK, A. M.; POLGAR, J. M. **Cook & Hussey's Assistive Technologies: principles and practices**. 3. ed. St. Louis: Mosby Elsevier, 2008.

DUARTE, J. M. M. et al. **A multimédia na dislexia: tecnologia multimédia na reeducação da dislexia**.2009. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/59834/1/000137077.pdf>>

MONTEIRO, P. M. R., et al. **Recursos educativos digitais na promoção da aprendizagem de crianças com paralisia cerebral**. 2017. PhD Thesis. Universidade de Coimbra. Disponível em: <<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/84222>>

COMPONENTE CURRICULAR: Ética e Educação Especial		CÓDIGO NOVO
UNIDADE:		
CARGA HORÁRIA: Horas: 45 Créditos: 3	Distribuição de créditos	

	T	E	P	EAD	EXT
	3				
OBJETIVOGERAL Conhecer princípios éticos que regem a Educação Especial na atualidade, ampliando conceitos sobre bioética, pesquisas humanas e as relações sociais e éticas.					
EMENTA Compreensão sobre as origens, posições e transformações histórico-sociais da moral e da ética na sociedade ocidental e suas relações com a Educação Especial, a pesquisa em humanos e as relações sociais e éticas..					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA BATISTA, C. A. M. Ética da inclusão. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2004 MAIA, H.; MAZZOTTI, T. É possível ensinar ética nas escolas? Revista da Faced, nº 10, 2006. P. 113-124. MEIRA, Ana Claudia Hebling (org). Ética: ensaios interdisciplinares sobre teoria e práticas profissionais. São João da Boa Vista: UNIFEOP, 2006. 125
BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR GLAT, R.; FERNANDES, E.M. Da Educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. Revista Inclusão. Brasília, 2005 LIMA, P. A. Educação inclusiva e igualdade social. São Paulo: Avercampo, 2006. MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 1. Reimpressão. São Paulo: Summus, 2015.

COMPONENTE CURRICULAR: Educação Física para alunos apoiados pela Educação Especial			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas: 45 Créditos: 3	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	3				

OBJETIVOGERAL

Compreender, analisar e propor estratégias para inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial nas aulas de Educação Física da Educação Básica, organizando recursos para acessibilidade e inclusão.

EMENTA

Compreensão e busca prática de estratégias para inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial nas aulas de Educação Física da Educação Básica, organizando recursos para acessibilidade e inclusão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, S.A. História do paradesporto mundial e no Brasil, 2004

CRUZ, G. C. *Formação continuada de professores de Educação Física em ambiente escolar inclusivo* Londrina: Eduel, 2008

FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Dificuldades e sucessos de professores de Educação Física em relação à inclusão escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 22, n. 1, p. 49-64, 2016

GAIO, Roberto; PORTO, Eline. Educação Física e Pedagogia do movimento: possibilidades do corpo em diálogo com as diferenças. In: MARCO, Ademir et al. *Educação Física: cultura e sociedade*. Campinas: Papirus, 2006

BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR

GORGATTI, Márcia Greguol . *Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais*. Barueri: Manole, 2008

MANZINO, E.J.. DELIBERATO, D. *Portal de ajudas técnicas: equipamento e material pedagógico para educação – recursos adaptados II*. Brasília: ABPEE/MEC, 2007

SOUZA, S.B. Educação Física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios de integração/inclusão e perspectivas para o século XXI, *Revista Brasileira de Ciência do Esporte*, v. 15, 2004

COMPONENTECURRICULAR:

Processos investigativos em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva III

**CÓDIGO
NOVO**

UNIDADE:**CARGA HORÁRIA:**

Horas: 60

Créditos: 4

Distribuição de créditos

T

E

P

EAD

EXT

2

2

OBJETIVO GERAL Desenvolver investigações teórico-conceituais sobre as práticas pedagógicas nos diferentes níveis e modalidades de ensino para alunos público-alvo da Educação Especial.
EMENTA Compreender e teorizar sobre as práticas pedagógicas nos diferentes níveis e modalidades de ensino para alunos público-alvo da educação especial, refletindo sobre possibilidades e alternativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA ANDRÉ, M. O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2010. BAPTISTA, Cláudio Roberto; JESUS, Denise Meyrelles de; CAIADO, Katia Regina. Prática pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. 1 ed. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2013. BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa; VICTOR, Sonia Lopes (Org.) Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2009 CAPELLINI, V. L. M. F.; MENDES, E. G. O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar. Vol. 2, n. 4, jul./dez. 2007.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DAMIANI, M. F. Entendendo o trabalho colaborativo em educação revelando seus benefícios. Curitiba: Editora UFPR, 2008. RODRIGUES, D. Educação Inclusiva dos conceitos às práticas de formação. 2 ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2011. SANDÍN-ESTEBAN, M. P. Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições. Porto Alegre: AMGH, 2010. WELLER, W.; PFAFF, N. Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2011

COMPONENTE CURRICULAR: Estágio supervisionado III: Ensino Médio e Educação de jovens e adultos			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas:90 Créditos:6	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	2		4		

OBJETIVO GERAL

Interagir com o ambiente escolar de Ensino Médio e Educação de jovens e adultos, compreendendo as interfaces entre a prática pedagógica e o atendimento educacional especializado em contexto de Desenho Universal para a Aprendizagem.

EMENTA

Estágio de observação e interação com o ambiente escolar no Ensino Médio e Educação de jovens e adultos, estabelecendo relações de interface com a prática pedagógica e o atendimento educacional especializado em contexto de Desenho Universal para a Aprendizagem e a construção de recursos pedagógicos acessíveis.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUNHA, M. I. da. O bom professor e sua prática. 24ª ed. Campinas: Papirus, 2010
 PIMENTA, S. G. LIMA, M. S. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2010.
 SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMES, A. I. Pérez. Compreender e transformar o ensino. 4ª ed., Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 120-148.
 TARDIF, M. Saberes docentes & formação profissional. 8ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVAREZ-MENDEZ, J. M. Avaliar para conhecer, examinar para excluir. Porto Alegre: ARTMED, 2002.
 BAPTISTA, C. R. JESUS, D. M. de (Orgs). Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.
 CARVALHO, A. M. P. de. Os estágios nos cursos de licenciatura. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
 CAPELLINI, V. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. (Orgs). Práticas pedagógicas inclusivas: da criatividade à valorização das diferenças. Bauru: UNESP, 2010.
 LIBANEO, J. C.; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Alirza S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR: Trabalho de conclusão I (TCC)			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas: 45 Créditos: 3	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	2		1		

OBJETIVOGERAL

Experienciar a prática da pesquisa, estudando aspectos teóricos e metodológicos pertinentes à pesquisa científica; Aprimorar conhecimentos estudados durante o curso, realizando relação com a formação profissional; Elaborar proposta de investigação em educação educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

EMENTA

Reflexões teórico-práticas sobre a educação e os percursos formativos oportunizados no decorrer do curso; elaboração de proposta de investigação em educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva; seminário

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVAREZ-MENDEZ, J. M. Avaliar para conhecer, examinar para excluir. Porto Alegre: ARTMED, 2002. BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

ANDRÉ, M. **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas: Papirus, 2010.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

SANDÍN-ESTEBAN, M. P. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

WELLER, W.; PFAFF, N. Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2011

BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora, 1994. DEMO, P. Avaliação Qualitativa. 5ª ed. Campinas: Autores Associados, 1995. (Coleção polêmicas do nosso tempo). LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. 2ª ed. São Paulo: EPU, 2017

GIBBS, G. Análise de dados qualitativos. Porto Alegre: Artmed, 2011.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 13ª ed. São Paulo: HICUTEC- ABRASCO, 2013.

VIII Semestre:

COMPONENTE CURRICULAR: Processos investigativos em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva IV		CÓDIGO NOVO
UNIDADE:		
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4	Distribuição de créditos	

	T	E	P	EAD	EXT
	2		2		
OBJETIVOGERAL Investigar e refletir de forma dialógica e participativa sobre a Gestão de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva em diferentes níveis e modalidades de ensino.					
EMENTA Estudos e práticas de Gestão da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, em diferentes níveis e modalidades de Ensino, conhecendo e analisando os diferentes aspectos da organização do trabalho pedagógico e da gestão.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA ALMEIDA, M.I. de. Ações organizacionais e pedagógicas dos sistemas de ensino: políticas de inclusão? In: ROSA, D.E.G. e SOUZA, V.C. de. (Org.) Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. CARVALHO, R. E. Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000. CARVALHO, Rosita Edler. Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2012. PARO, V. H. Gestão democrática da escola pública. Ática, São Paulo, 2008.
BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR ARANHA, A. V. S. Gestão Educacional novos olhares – novas abordagens. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. BLANCO, R. A atenção educacional à diversidade: escolas inclusivas. In: Marchesi, A., Tedesco, J.C. 2009 BOOTH, T.; AISCOW, M. Index para inclusão : desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola. RJ: Lapeade, 2012 PLETSCH, Márcia Denise; SOUZA, Flávia Faissal de; ORLEANS, Luis Fernando. A diferenciação curricular e o desenho universal na aprendizagem como princípios para a inclusão escolar. Revista educação e cultura contemporânea, vol. 14, n. 35, 2017

COMPONENTECURRICULAR: Pessoas com deficiência e as Relações étnico-raciais, gênero e sexualidade	CÓDIGO NOVO
UNIDADE:	
CARGA HORÁRIA: Horas:60 Créditos: 4	Distribuição de créditos

	T	E	P	EAD	EXT
	2		1		1

OBJETIVO GERAL

Contextualizar os processos de aprendizagem em ambientes escolares inclusivos, , bem como, debater sobre os recursos didático-metodológicos pertinentes ao trabalho de Educação para sexualidade e para equidade de gênero. Interfaces entre gênero e orientação sexual. Preconceito, discriminação, diferença, alteridade, identidades culturais.

EMENTA

os processos de aprendizagem em ambientes escolares inclusivos, a educação especializada/especial/integração e inclusão, bem como os recursos didático-metodológicos pertinentes ao trabalho de Educação para sexualidade e para equidade de gênero. Interfaces entre gênero e orientação sexual. Considera, também questões relativas ao Preconceito, à discriminação, à diferença, à alteridade e identidades culturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AUAD, Daniela. Educar meninas e meninos. Relações de gênero na escola. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva. Com os pingos nos “is”. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

CARVALHO, Rosita Edler. Removendo barreiras para a aprendizagem. 4.ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

COVOLAN, Nadia Terezinha; OLIVEIRA, Daniel Canavese de. (orgs.) Educação & diversidade: a questão de gênero e suas múltiplas expressões. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2015

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. 13. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DESLANDES, Keila; LOURENÇO, Erika. (orgs.) “Por uma cultura dos direitos humanos na escola: Princípios meios e fins”. Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MORENO, Montserrat. Como se ensina a ser menina. O sexismo na escola. São Paulo: Moderna, 1999. PEREIRA, Maria Elisabete, et al. (Org.). Gênero e diversidade na escola: formação de professores/as em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de Conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESQ; Brasília: SPM, 2009.

SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de. Gênero, Diversidade e Desigualdades na Educação: Interpretações e reflexões para formação

docente. Pernambuco: Universidade Federal do Pernambuco- Editora Universitária UFPE, 2009
 STAINBACK, S. & STAINBACK, W. Inclusão - Um guia para Educadores. Trad. M. Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999, p. 21-34.

COMPONENTE CURRICULAR: Arte Educação			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas: 45 Créditos: 3	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	3				
OBJETIVO GERAL Oportunizar conhecimentos sobre o papel da Arte na construção sensível e ética do Humano, assim como da livre expressão e da importância da arte para pessoas com necessidades específicas.					
EMENTA A disciplina de Arte e Educação contempla o estudo do fenômeno artístico a partir de uma perspectiva histórico-social e sua vinculação ao espaço educativo, oportunizando espaços de produção e reflexão sobre os processos artísticos e de expressão.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA BARBOSA, Ana Mae (Org.) Arte-Educação Contemporânea. Consonâncias Internacionais. São Paulo: Cortez, 2005. Barreiro, M. F., Carvalho, A. B., & Furlan, M. R. . A arte e o afeto na inclusão escolar: potência e o pensamento não representativo. <i>Childhood and Philosophy</i> , 14(30), 517-534, 2018 Beltrami, F. G., & Mori, N. N. R. . Arte e Educação Especial: narrativas e criações artísticas. <i>Educação Especial</i> , 32, 1-23, 2019 Schambeck, R. F., & da Luz, K. V. . Dimensões de atuação em contexto inclusivo: a aula de arte mediada pelo segundo professor. <i>Revista Interinstitucional Artes de Educar</i> , 4(1), 132-156, 2018
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR COSTA, Cristina. Questões de arte. A natureza do belo, da percepção e do prazer estético. São Paulo: Moderna, 1999 POUGY, Eliana. Após arte, Ensino Fundamental. 2ª edição- São Paulo: Ática, 2017 UJIIE, Nájela Tavares. Teoria e Metodologia do ensino da arte – Guarapuava – UNICENTRO -

2013. VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores (J. cipolla Neto, LSM Barreto, & S. c. Afeche, trads.). 1998. VIGOTSKI, Lev S. Imaginação e criação na infância. São Paulo: Ática, v. 1930, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR: Estágio Supervisionado IV: Educação do campo, Educação Indígena e Quilombola				CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:						
CARGA HORÁRIA: Horas:90 Créditos:6		Distribuição de créditos				
		T	E	P	EAD	EXT
		2		6		
OBJETIVO GERAL Interagir com o ambiente escolar da Educação do campo, Educação Indígena e quilombola, compreendendo as interfaces entre a prática pedagógica e o atendimento educacional especializado em contexto de Desenho Universal para a Aprendizagem.						
EMENTA Estágio de observação e interação com o ambiente escolar da Educação do campo, Educação Indígena e quilombola,, estabelecendo relações de interface com a prática pedagógica e o atendimento educacional especializado em contexto de Desenho Universal para a Aprendizagem e a construção de recursos pedagógicos acessíveis.						

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SILVA, Aracy Lopes; GRUPINI, Luiz. A temática indígena na escola. Brasília: MEC, 1995. - CARNEIRO DA CUNHA, Manuela - "Da identidade residual, mas irreduzível" In Antropologia do Brasil. Mito, história, etnicidade. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CASTRO, Mary e ABRAMOVAY, Miriam (coord) "Relações Raciais nas Escolas: A Reprodução da Desigualdade em nome da Igualdade", UNESCO/MEC, Brasília, 2006.
- HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e mediações Culturais. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- GEERTZ, Clifford - "O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem" In A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1978. - BOITO, Jr, Armando. Reforma e persistência da estrutura sindical. In (org): o sindicalismo brasileiro nos anos 90. Rio de Janeiro, 1991. Paz e Terra. - ASSESOAR. Construindo escola na roça. Francisco Beltrão. 1996

COMPONENTE CURRICULAR: Trabalho de Conclusão de Curso(TCC)II			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	1		3		
OBJETIVO GERAL Experienciar a prática da pesquisa, estudando aspectos teóricos e metodológicos pertinentes à pesquisa científica; Aprimorar conhecimentos estudados durante o curso, realizando relação com a formação profissional, desenvolvendo o projeto de investigação apresentado no componente curricular de TCCI e TCC2, organizando os dados em formato de artigo e com apresentação em Seminário.					
EMENTA Reflexões teórico-práticas sobre a educação e os percursos formativos oportunizados no decorrer do curso; elaboração de investigação em educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva, desenvolvendo o projeto de investigação apresentado nos componentes curricular de TCC1 e TCC2, organizando os dados em formato de artigo científico e apresentando em Seminário.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA ALVAREZ-MENDEZ, J. M. Avaliar para conhecer, examinar para excluir. Porto Alegre: ARTMED, 2002. BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011. ANDRÉ, M. O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2010. LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. SANDÍN-ESTEBAN, M. P. Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições. Porto Alegre: AMGH, 2010. WELLER, W.; PFAFF, N. Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2011.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora, 1994. DEMO, P. Avaliação Qualitativa. 5ª ed. Campinas: Autores Associados, 1995. (Coleção polêmicas do nosso tempo). LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. 2ª ed. São Paulo: EPU, 2017 GIBBS, G. Análise de dados qualitativos. Porto Alegre: Artmed, 2011. MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 13ª ed. São Paulo: HICUTEC- ABRASCO, 2013.

3.9.2 CARACTERIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS

COMPONENTE CURRICULAR: - Corpo, diversidade e inclusão (ou “Sociologia do corpo”)			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	2		2		
OBJETIVO GERAL Pensar/abordar/estudar as questões do corpo a partir de uma perspectiva cultural ampliada representa possibilidades de ampliar nossa leitura de mundo.					
EMENTA Breve justificação: pensar/abordar/estudar as questões do corpo a partir de uma perspectiva cultural ampliada representa possibilidades de ampliar nossa leitura de mundo. O corpo representa nossa possibilidade de diálogo com o mundo, com os outros e conosco. Uma formação culturalmente ampliada se sustenta a partir de uma formação que considere a diversidade dos corpos que produzem mundo e necessitam aprender a viver e a conviver em uma sociedade diversa, plural e interconectada globalmente. Se compreendemos a diversidade cultural como um valor, pensar o corpo neste contexto se coloca como responsabilidade e prioridade na perspectiva da educação inclusiva.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRAIDOTTI, R. Sujetos nómades: corporización y diferencia sexual en la teoría feminista contemporánea. Buenos Aires: Piados, 2000. De LAURENTIS, T. A tecnologia do gênero. in: HOLLANDA, H. B. (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal,

1993.
FOUCAULT, M. História da sexualidade II: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR

GOELLNER, S. V. Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica. Ijuí: EdUNIJUI, 2003.

GOELLNER, S. V. O esporte e a espetacularização dos corpos femininos. <http://www.unb.br/ih/his/gefem>. 2004.

LOURO, G. L; NECKEL, J. F; GOELLNER, S. (Ogs.) Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na Educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

LESSA, P. Mulheres, corpo e esportes em uma perspectiva feminista. Motrivivência. 24, 157-172, 2005.

PARDO, E. Corpo feminino do detalhe. in ROMERO, E. (Org.). Corpo, mulher e sociedade. Campinas: Papirus, 1995.

COMPONENTE CURRICULAR: Introdução a epistemologia			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas: 30 Créditos: 2	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
			2		
OBJETIVO GERAL Possibilitar aos alunos as condições necessárias para uma reflexão sobre o conhecimento humano, particularmente o elaborado pela ciência; sobre os métodos adotados por esta e sobre o papel da filosofia da ciência no âmbito do conhecimento.					
EMENTA Breve justificação: a epistemologia pode ser compreendida como um olhar crítico e criterioso sobre as produções das distintas ciências, bem como, seus processos de legitimação e impactos no mundo comum. Em tempos de negacionismos dos mais variados e de disputas de narrativas, cabe compreender como as ciências se edificam (suas virtudes, contradições e paradoxos), qualificando nossa percepção de mundo sobre este universo, bem como, os desdobramentos das produções das distintas ciências para a docência (epistemologia e formação para a docência). Em tempos de pós-verdade, a formação científica representa uma possibilidade de dar o devido					

valor às ciências, para além de absolutismos (edificados sob a máxima, “se é comprovado pela ciência é verdadeiro”) ou negacionismos (que consideram a ciência produto de um “elitismo intelectual”).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BACHELARD, Gaston. Epistemologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 196 p.
 POPPER, Karl R. A lógica da pesquisa científica. São Paulo: Cultrix, 2007. 567 p.
 DESCARTES, Rene. Regras para a orientação do espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 151 p. (Clássicos)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. 5. ed. São Paulo: Perspectivas, 1997. 257 p. (Coleção Debates)
 FEYERABEND, Paul. Contra o método. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. 487 p.
 SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. 11. ed. Porto: Afrontamento, 1999. 58 p. (Histórias & Idéias)
 ALVES, Rubem. Filosofia da ciência: introdução ao jogo e as suas regras. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2000.. 223 p. (Leituras LF Filosóficas)
 RUSSELL, Bertrand. Significado e verdade. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 309p.

COMPONENTE CURRICULAR: Libras II			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas:30 Créditos: 2	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
			2		
OBJETIVO GERAL Desenvolver as habilidades de recepção e de produção sinalizada, visando às competências linguística, discursiva e sociolinguística na Língua Brasileira de Sinais em nível intermediário; • Propor uma reflexão sobre o conceito e experiência visual dos surdos a partir de uma perspectiva sociocultural e linguística; • Propor uma reflexão sobre o papel da Língua de Sinais na vida dos surdos e nos espaços de interação entre surdos e ouvintes, particularmente nos ambientes educacionais.					

EMENTA

Desenvolver as habilidades de recepção e de produção sinalizada, visando às competências linguística, discursiva e sociolinguística na Língua Brasileira de Sinais em nível intermediário;• Propor uma reflexão sobre o conceito e experiência visual dos surdos a partir de uma perspectiva sociocultural e linguística;• Propor uma reflexão sobre o papel da Língua de Sinais na vida dos surdos e nos espaços de interação entre surdos e ouvintes, particularmente nos ambientes educacionais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPOVILLA, Fernando César; et al. Dicionário da Língua de sinais do Brasil: a Libras em suas mãos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo- EDUSP, 2017.3v. QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. SOFIATO, Cassia Geciauskas; REILY, Lucia; ALBRES, Neiva de Aquino; SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres. Língua Brasileira de Sinais – Libras: aspectos linguísticos e históricos. Coleção UAB UFSCar. 2012. Acesso em 27/07/2023. Disponível em: <http://livresaber.sead.ufscar.br:8080/jspui/handle/123456789/2740>

BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR

ALBRES, Neiva de Aquino. Ensino de Libras: aspectos históricos e sociais para a formação didática de professores. Curitiba: Appris, 2016. GESSER, Audre. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a Libras. São Paulo: Parábola, 2012. GÓES, Alexandre Morand; KOTAKI, Cristiane Satiko; LODI, Ana Cláudia Balieiro; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Língua Brasileira de Sinais – Libras: uma introdução. Coleção UAB UFSCar. 2012. Acesso em 27/07/2023. Disponível em: <http://livresaber.sead.ufscar.br:8080/jspui/handle/123456789/2734> LODI, Ana Claudia Balieiro et al. (org). Letramento e minorias. 4. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. SKLIAR, Carlos (org). A surdez: um olhar sobre as diferenças. 6. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR: Corpos, gênero e sexualidade		CÓDIGO NOVO
UNIDADE:		
CARGA HORÁRIA: Horas: 45 Créditos: 3	Distribuição de créditos	

	T	E	P	EAD	EXT
	3				
OBJETIVOGERAL Problematizar as relações universitárias sob a perspectiva do gênero e da diversidade na formação inicial de discentes universitários tendo em vista a necessidade apontada no campo social do trato transversal dessa temática nos currículos escolares e universitários. Analisar as relações ciência, trabalho, mídias, religião e o corpo. Estudar a criação dos gêneros como construção social e cultural na perspectiva da Teoria Queer, Nietzsche, Foucault, Deleuze e Guattari.					
EMENTA Estudo sobre as relações ciência, trabalho, mídias, religião e o corpo, compreendendo gêneros como construção social.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRAIDOTTI, R. Sujetos nómades: corporización y diferencia sexual en la teoría feminista contemporánea. Buenos Aires: Piados, 2000. De LAURENTIS, T. A tecnologia do gênero. in: HOLLANDA, H. B. (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1993. FOUCAULT, M. História da sexualidade II: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR GOELLNER, S. V. Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica. Ijuí: EdUNIJUI, 2003. GOELLNER, S. V. O esporte e a espetacularização dos corpos femininos. http://www.unb.br/ih/his/gefem. 2004. LOURO, G. L; NECKEL, J, F; GOELLNER, S. (Ogs.) Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na Educação. Petrópolis: Vozes, 2003. LESSA, P. Mulheres, corpo e esportes em uma perspectiva feminista. Motrivivência. 24, 157-172, 2005. PARDO, E. Corpo feminino do detalhe. in ROMERO, E. (Org.). Corpo, mulher e

sociedade. Campinas: Papirus, 1995.

COMPONENTE CURRICULAR: Educação e saúde mental			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas: 30 Créditos: 2	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	2				
OBJETIVO GERAL Oportunizar a compreensão e discussão sobre os aspectos emocionais e sua influência nos processos cognitivos e de aprendizagem.					
EMENTA Esta disciplina procura aproximar o futuro educador dos conhecimentos básicos a respeito da saúde mental, os distúrbios que podem comprometer o desenvolvimento de habilidades não apenas intelectuais, mas também emocionais e sociais durante a infância e a adolescência. Tratamentos farmacológicos que podem alterar as capacidades cognitivas.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRANDÃO, Marcus L. As bases biológicas do comportamento: introdução à neurociência. São Paulo: EPU, 2004. LENT, Roberto. Cem bilhões de neurônios: conceitos fundamentais da neurociência. São Paulo: Atheneu, 2010. TAHL, Stephen MZOO. Psicofarmacologia bases neurocientíficas e aplicações práticas. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. GRAEFF, Frederico G; GUIMARÃES, Francisco Silveira (ed.). Fundamentos da psicofarmacologia. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2012.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BEAR, Mark F.; DALMAZ, Carla; QUILLFELDT, Jorge A. (Cons.). Neurociências: desvendando o sistema nervoso. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. COSENZA, Ramon Moreira. Neurociência e educação. Porto Alegre: Artmed, 2011. HERCULANO - HOUZEL, Suzana. O cérebro nosso de cada dia: descobertas da

neurociência sobre a vida cotidiana. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004.
 IZQUIERDO, Ivan. Memória. Porto Alegre: Artmed, 2002.
 IZQUIERDO, Ivan. Questões sobre memória. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR: Educação Inclusiva: Pedagogia da diferença			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas:60 Créditos: 4	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	2		2		
OBJETIVO GERAL					
proporcionar a aproximação ao campo da chamada Educação Especial, problematizando os diferentes discursos que permeiam a Educação e as Ciências Humanas e Sociais e que fundamentam as atuais diretrizes educacionais na perspectiva da educação inclusiva					
EMENTA					
Aborda os fundamentos da Educação Especial, analisando sua constituição como campo de saber sobre as alteridades deficientes. Problematisa os significados da normalidade e os discursos que produzem o “outro” e o “mesmo” na Educação. Analisa as recomendações e proposições da Política de Educação Inclusiva e suas implicações nas práticas educacionais nos espaços escolares.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva. Com os pingos nos “is”. 8.ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. KRAEMER, Graciele Marjana; LOPES, Luciane Bresciani (Org.) . A educação das pessoas com deficiência: desafios, perspectivas e possibilidades. 1. ed. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. v. 1. 488p. Disponível em Repositório Lume UFRGS: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/250611/001152271.pdf?sequence=1&isAllowed=y SKLIAR, Carlos (Org). Educação & exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DUCAÇÃO EM REVISTA. Dossiê - Educação inclusiva: das políticas às práticas educacionais, v. 27, n.41, 2011. Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/issue/view/1246>

MENDES, Eniceia G. A política de educação inclusiva e o futuro das instituições especializadas no Brasil. In: Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, N. 27, V. 22, 2019. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/3167/2217>

REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL, v. 35, Centro de Educação (UFSM), 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/issue/view/2280>

REVISTA MOMENTO - Diálogos em Educação. Dossiê, v. 29, p. 187-202, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/issue/view/745>

SILVA, Luciene M. da. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. In: RBE - Revista Brasileira de Educação, v. 11 n. 33 set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/PHRtMWsRczTyhHHfLfQ3Csj/?format=pdf&lang=pt>

COMPONENTE CURRICULAR: Tecnologia assistiva e recursos acessíveis			CÓDIGO NOVO		
UNIDADE:					
CARGA HORÁRIA: Horas: 45 Créditos: 3	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	2		1		
OBJETIVO GERAL					
Oportunizar a compreensão da diversidade dos sujeitos escolares construindo alternativas pedagógicas, tecnologia assistiva e recursos acessíveis que possibilitem a inclusão e a aprendizagem.					
EMENTA					
Compreensão da diversidade dos assuntos escolares construindo alternativas pedagógicas, tecnologia assistiva e acessíveis que possibilitem a inclusão e a aprendizagem.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Brasil, Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de ajudas técnicas. Tecnologia Assistiva. – Brasília: CORDE, 2009.

BATISTA, CR; JESUS, DMde (Orgs). Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

FUENTES, D. et al. Neuropsicologia: teoria e prática. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FREITAS, MT Cibercultura e formação de professores. São Paulo: Autêntica, 2009.

LOPES, MC; FABRIS, E. H (Orgs.). Aprendizagem & inclusão: implicações curriculares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

PLETSCH, MD Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: EDUR, 2010.

ROTTA, NT Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2016

_____. Plasticidade Cerebral e Aprendizagem: abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR

SACRISTÃO, JG et al. Compreender e Transformar o Ensino. 4ª ed. Porto Alegre: ArtMed, 2011.

PACHECO, J. Caminhos para a inclusão. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CAPELLINI, VMF; RODRIGUES, OMPR (Orgs.). Práticas pedagógicas inclusivas: da criatividade à valorização das diferenças. Bauru: UNESP, 2010.

MANUAL de pediatria de desenvolvimento e comportamento. São Paulo Manole, 2015.

DRAGO, SL V; CHICON, JF (Organizadores). A educação inclusiva de crianças, adolescentes, jovens e adultos: avanços e desafios. Vitória: EDUFES, 2010.

COLL, C. et al. Psicologia da Aprendizagem no Ensino Médio. Porto Alegre: ARTMED, 2003.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação. Porto Alegre: Artmed, 1996. v.2.

IV METODOLOGIAS DE ENSINO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO

4.1 Metodologias, recursos e materiais didáticos

As disciplinas integrantes da matriz curricular, bem como projetos e programas propostos, buscam desenvolver estratégias metodológicas que qualifiquem a prática pedagógica. Para tal, propõem-se metodologias inovadoras e de investigação que instiguem o questionamento, o planejamento, a busca e organização de informações calcadas nas evidências acadêmicas,

utilizando processos de pesquisa e conhecimento científico, transformando a relação entre estudante e ciência e o modo de aprender a fazer ciência.

O currículo também contempla aulas práticas e investigação na escola, produção e aplicação de recursos educacionais, inserindo os alunos no meio a ser conhecido e analisado, estreitando a relação com a escola e os ambientes universitários, da aprendizagem junto aos laboratórios, e das relações entre os próprios alunos e os professores. O uso de tecnologias também é estimulado através de atividades inseridas no contexto de sala de aula, em objetos de pesquisa e discussão, aliando-os ao processo de ensino-aprendizagem, e não os transfigurando em um obstáculo para lograr êxito nesse processo.

A inclusão de graduandos em projetos científicos e de extensão universitária, também estão contemplados nos diferentes espaços e contextos. O curso de Educação Especial Inclusiva - Licenciatura tem ao seu dispor o Laboratórios didáticos, bibliotecas, salas multimídias, brinquedotecas, entre outros que em sua concepção e finalidade, propõe a criação de recursos e materiais didáticos inovadores a serem utilizados nas aulas das disciplinas específicas do curso, mais ainda, nas disciplinas didáticas, estágios, práticas como componente curricular e em ações de extensão desenvolvidas nas escolas. Busca, ainda, o desenvolvimento de tecnologia assistiva e recursos pedagógicos acessíveis, priorizando a inclusão de alunos apoiados pela educação especial em contexto de sala de aula, através do desenho universal da aprendizagem e no Atendimento Educacional Especializado.

Como estímulo ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da didática pedagógica, fundamental para a formação de professores, é extremamente válida a preocupação com o tema, visando preparar os futuros professores para as respectivas atividades a serem desenvolvidas durante os estágios observatórios e de regência, posteriormente realizados nas escolas. Essa preocupação sobrevém devido ao fato de o discente ter sido, via de regra, um agente passivo no processo de ensino-aprendizagem desde os anos iniciais do ensino básico. Assim, abordagens diferenciadas, como a adoção de situações problema, estudos de caso e prática como componente curricular, buscando mostrar o real significado e importância dos conteúdos ministrados, pode ofertar maior sentido aos tópicos trabalhados, apoiando de forma efetiva o processo de ensino-aprendizagem, tornando o aluno mais crítico, atento e inteirado com o meio em que vive. Neste contexto, os docentes são encorajados a mediar discussões, tornando-se agentes que auxiliam no desenvolvimento das competências e habilidades de forma consistente, dando autonomia e

responsabilidades aos alunos, além de respeitar o tempo e o processo de cada indivíduo pertencente à classe.

4.2 Acompanhamento e avaliação do ensino e aprendizagem

CrITÉRIOS de Avaliação do Desempenho AcadÊMico

A avaliação do desempenho acadêmico será processual e contínuo envolvendo os componentes curriculares ofertados em período de férias e os estudos e atividades propostas nos eixos integradores, a serem realizadas e acompanhadas no período de atividade escolar.

A avaliação está em consonância com o Art. 150, §1, §2 e §3 do Regulamento de Ensino de Graduação que diz que para obter aprovação em uma disciplina, a nota final será composta a partir da média de, no mínimo, duas avaliações, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a sete e frequência mínima de 75%. Médias finais inferiores a sete e iguais ou superiores a três, permitem a realização de Exame.

A nota do Exame é somada à média das notas anteriores e o resultado dividido por dois. Serão aprovados os alunos que, após a realização do exame, obtiverem a média final maior ou igual a cinco.

Dentro das formas utilizadas de avaliação estão incluídas provas, elaboração e apresentação de trabalhos escritos/impressos, exposição de assuntos por meio de seminários e grupos de discussão, dentre outros, que podem ser avaliados de forma quantitativa e/ou qualitativa.

Na forma qualitativa, a qual é utilizada em determinadas disciplinas, mormente aquelas com aplicação direta na licenciatura, é realizado um acompanhamento pormenorizado da evolução dos alunos no decorrer do semestre, sendo necessária orientação de forma efetiva nas tarefas avaliativas, com dicas de leituras e observações, além da busca por outras experiências que favoreçam o desenvolvimento e ampliação do saber, buscando-se perceber o crescimento pessoal e profissional do graduando durante o período.

Avaliação interna e externa do curso

Avaliação do Curso de Educação Especial Inclusiva – Licenciatura, objetiva ampliar o conhecimento sobre sua estrutura, organização e funcionamento bem como seus padrões de qualidade e de desempenho. A avaliação pretende ser um instrumento de conhecimento e de reconhecimento, atuando como um mecanismo capaz de orientar a formulação ou a reformulação de decisões satisfatórias para a manutenção e desenvolvimento do Curso. Deve possibilitar um

reexame dos objetivos dos cursos, sua relevância, sua amplitude e a coerência entre cada atividade e seus objetivos. Oportunizará também que atualizações e reestruturações sejam efetuadas no Projeto Pedagógico sempre que haja necessidade de atender novas expectativas da comunidade acadêmica e da sociedade.

Na UFPel, o processo de ingresso para os cursos de licenciatura é realizado em separado dos cursos de bacharelado, sendo o projeto pedagógico elaborado, desenvolvido e avaliado de acordo com as finalidades de um projeto de formação de professores para a Educação Básica. A elaboração e a formulação dos projetos pedagógicos dos cursos são de responsabilidade dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), passando pela análise e aprovação dos Colegiados dos cursos. Salienta-se a total consonância com o que rege o Art. 120 do Regulamento do Ensino de Graduação. Também cabe ao NDE o acompanhamento do curso, por meio de investigações específicas ou de discussão com professores e alunos, enquanto aguarda-se o Programa de Avaliação e Acompanhamento do Ensino de Graduação.

4.3 APOIO AO DISCENTE

Como forma de promover a integração do aluno ao curso, estão previstas, além das atividades já tradicionalmente realizadas tais como semanas acadêmicas, ações de recepção e acolhimento, projetos de extensão de reconhecimento do curso. Também como proposta de apoio, propõe-se a matrícula orientada pelo colegiado de curso, como forma de auxiliar o aluno na organização de seu percurso acadêmico. O curso incentiva os docentes que ministram disciplinas cujo rendimento dos estudantes se evidenciem como deficitárias, que venham a aderir aos editais de monitorias. Outras ações integrativas pretendem oferecer ao estudante suporte em seu processo de aprendizagem, tais como projetos de monitoria e nivelamento, mediante elaboração de projeto de ensino elaborado pelo docente e com participação de alunos, cujas horas poderão ser validadas como atividades complementares.

A UFPEL conta com apoios importantes, entre eles da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) que identifica as necessidades dos alunos ingressantes na Universidade e oportuniza os apoios para permanência dos alunos.

Neste curso, por ser possibilitado pelo Edital CAPES 23/2023 PARFOR – EQUIDADE, conta com a disponibilidade de bolsas de permanência para alunos ingressantes por cotas.

Além da PRAE, a UFPEL conta com a CODIN, Coordenação de diversidade e inclusão, cujos núcleos de gênero, ações afirmativas e de acessibilidade e inclusão, apóiam alunos ingressantes por cotas ou por autodeclaração, buscando o acesso, permanência e qualidade de todos e todas.

V. GESTÃO DO CURSO E DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

5.1 COORDENADOR DO CURSO

O Coordenador do Curso, selecionado a partir dos critérios pontuados no Edital CAPES 23/2023 PARFOR-EQUIDADE, atua no âmbito didático, pedagógico, administrativo e político, por meio do exercício da gestão democrática. São atribuições do coordenador:

- Coordenar os trabalhos do colegiado e encaminhar suas deliberações;
- Presidir o NDE, a ser constituído com os professores selecionados mediante edital;
- Responder, perante o Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino do curso correspondente;
- Acompanhar a permanente atualização da legislação pertinente ao Curso;
- Coordenar a atividade de orientação discente no âmbito do respectivo curso;
- Receber e encaminhar os processos dirigidos ao Colegiado de Curso;
- Cumprir e fazer cumprir as decisões do Colegiado de Curso;
- Assegurar o regular funcionamento do curso em consonância com as diretrizes expressas no PDI e PPI;
- Comunicar ao Diretor da Unidade correspondente as faltas não justificadas de professores às reuniões do Colegiado. As reuniões ordinárias tanto do NDE quanto do Colegiado serão convocadas pelo Coordenador quinzenalmente. As reuniões extraordinárias serão convocadas quando necessário;
- Auxiliar o Coordenador Institucional PARFOR, no que se refere ao funcionamento, desenvolvimento e acompanhamento do curso, em consonância com as normas postas no Edital PARFOR EQUIDADE, quanto as específicas da UFPEL
- Presidir o colegiado de Curso;
- Registrar as atas das reuniões no SEI UFPEL;

5.2 COLEGIADO DO CURSO

O Curso de Educação Especial Inclusiva - Licenciatura será administrado pelo colegiado de curso a ser definido após a seleção de professores e alunos, presidido pelo Coordenador de Curso, seguindo o regulamento da Universidade Federal de Pelotas e as especificidades do Parfor Equidade.

De acordo com o disposto no art, 126, do Cap VI do Regulamento da UFPEL são atribuições do Colegiado de Curso:

- Coordenar e supervisionar o curso;
- Receber reclamações e recursos na área do ensino;
- Apreciar os pedidos de transferência e estudar os casos de equivalência de disciplinas de outras Universidades ou Unidades de Ensino para efeitos de transferência;
- Elaborar ou rever o currículo, submetendo-o ao Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão;
- Propor ao Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão, a organização curricular dos cursos correspondentes;
- Emitir parecer sobre os processos relativos a aproveitamento de estudos e adaptação, mediante requerimento dos interessados;
- Emitir parecer sobre recursos ou representações de alunos sobre matéria didática;
- Aprovar o Plano de Ensino das disciplinas do curso correspondente;
- Aprovar a lista de ofertas das disciplinas do curso correspondente para cada período letivo;

⁵Disponível em <<http://wp.ufpel.edu.br/scs/regulamento/>>

5.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante de um curso de graduação, conforme Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e Resolução nº 22, de 19 de julho de 2018, do Conselho Coordenador do Ensino, Pesquisa e Extensão (COCEPE) da UFPel, será instituído, em cada um dos Cursos de Graduação pelo Colegiado do Curso e homologado pelo Conselho Departamental ou Conselho de Centro da Unidade, e terá caráter consultivo, propositivo e de assessoria sobre matéria acadêmica, para acompanhamento e avaliação do curso, responsável e atuante nas definições do Projeto Pedagógico e das suas necessidades, a partir da elaboração, implementação, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.

O NDE do Curso de Educação Especial Inclusiva – Licenciatura, será definido após a seleção de docentes via edital e organização do Colegiado de Curso.

São atribuições do NDE:

- propor, organizar e encaminhar, em regime de colaboração, a elaboração, reestruturação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso, definindo concepções e fundamentos;
- promover melhorias no currículo do Curso tendo em vista a sua flexibilização e a promoção de políticas que visem sua efetividade;
- contribuir para consolidação do perfil profissional do egresso e melhora geral da qualidade do Curso, realizando estudos e atualizações periódicas do PPC, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e análise da adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as novas demandas do mundo do trabalho e da sociedade;
- acompanhar o desenvolvimento do PPC, referendando, por meio de relatório redigido e assinado por todos os seus membros, a adequação das bibliografias básicas e complementares do Curso;
- zelar pelo cumprimento das Diretrizes Nacionais para os cursos de graduação e demais legislações relacionadas;
- acompanhar e apoiar o cumprimento das normas de graduação da UFPel e demais normas institucionais aplicáveis;
- estudar políticas que visem à integração do ensino de graduação, da pesquisa e pós-

graduação e da extensão, considerando o aprimoramento da área de conhecimento do Curso;

- disponibilizar o relatório referendado de bibliografias aos avaliadores do INEP/MEC; acompanhar e apoiar os processos de avaliação e regulação do Curso.

O NDE do Curso de Educação Especial Inclusiva - licenciatura é constituído por no mínimo de 5 (cinco) docentes vinculados ao Curso, sendo o Coordenador de Colegiado de Curso, seu presidente. Os demais componentes devem obedecer às seguintes proporções com:

- pelo menos 60% dos membros tem titulação em nível de pós-graduação *stricto sensu*
- preferencialmente, 80% (oitenta por cento) com formação acadêmica e/ou experiência comprovada na área do Curso.

A indicação dos representantes docentes é feita pelo Colegiado de Curso para um mandato de 3 (três) anos, com possibilidade de recondução.

VI. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

No curso de Educação Especial Inclusiva - Licenciatura, o acompanhamento de egressos se dá através de espaços de diálogo e investigação através de redes sociais, onde é encaminhado um instrumento digital pelo Colegiado do Curso para conhecimento do percurso profissional e pessoal após a conclusão do curso. Também é realizado através de questionários dirigidos a esses que avaliam a importância do Curso em sua formação profissional. A avaliação dos Egressos do Curso é realizada um ano após a colação de grau e os dados sobre sua posição pelo mundo do trabalho, endereço e qualificações posteriores são coletados. Os egressos possuem cadastro com endereço, inclusive eletrônico, para onde são enviadas as fichas de avaliação. Atualmente o acompanhamento, para além das informações do Colegiado, vem sendo implementado pela UFPel, por meio do portal do Egresso (<http://wp.ufpel.edu.br/egresso/>).

6.1 INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

À Coordenação de Inclusão e Diversidade (CID) da Universidade Federal de Pelotas, compete estabelecer políticas e diretrizes na consolidação de ações na comunidade universitária em relação às cotas no ingresso e permanência no ensino superior, em cursos de graduação e pós-graduação e nas às cotas no ingresso nos cargos de servidores da UFPel, com detalhamentos a serem acessados via <https://wp.ufpel.edu.br/cid/cid/>

Desenvolver estratégias políticas na instituição para o acompanhamento dos grupos de alunos cotistas e servidores efetivados pelas políticas de ação afirmativa, mediante o levantamento de dados diversos e o incentivo de oferta de políticas institucionais a serem mobilizadas por órgãos e agentes públicos da IES e da sociedade em geral;

Desenvolver, de forma articulada com toda a IES, ações para sensibilização e mobilização da comunidade universitária para a convivência com as diversas realidades presentes na diversidade social (correlacionadas à gênero e sexualidade, à etnia, à tradição das culturas, e à vulnerabilidade socioeconômica) com foco nas diretrizes de uma discriminação positiva, em todos os segmentos universitário e em conjunto com a comunidade envolvente;

Fomentar e consolidar o cuidado e atuação no campo da acessibilidade física e psicológica das pessoas integrantes da Universidade, propiciando sua convivência integrada na comunidade universitária;

Assessorar órgãos diversos no planejamento e programação de ações que apontem para a atenção à vivência da diversidade na Universidade.

A CID está dividida em Três Núcleos

NUGEN – Núcleo de Gênero e Diversidade

NAI – Núcleo de Acessibilidade e Inclusão-

NUAAD – Núcleo de Ações Afirmativas e Diversidade

VII. INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

Segundo a Política institucional para Formação de Professores (Resolução nº 25/17), “torna-se um compromisso social e político da Universidade garantir políticas de valorização desses profissionais, em articulação com os sistemas e redes de ensino de educação básica, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e com os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC)”.

Nesse sentido, a formação de professores em cursos de licenciatura deve contar com parcerias com a Educação Básica para o desenvolvimento de ações que envolvam diferentes áreas de conhecimento, visando um trabalho conjunto, entre a universidade e a escola, de modo a pensar em arquiteturas curriculares que qualifiquem a capacidade dos egressos em abordar temas relevantes na Educação Básica, compreendidos pelos distintos campos de conhecimento.

A formação continuada de professores para a Educação Básica decorre de uma concepção de desenvolvimento profissional que considera os sistemas e as redes de ensino, bem como as necessidades da escola em promover a inovação e o desenvolvimento associados ao conhecimento, à ciência e à tecnologia e ao respeito ao protagonismo dos professores.

A participação do Curso de Educação Especial Inclusiva - licenciatura na formação inicial e continuada de professores abrange dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar o processo pedagógico, cuja principal finalidade é a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente dos saberes e valores.

A instituição de um Fórum permanente de integração entre Universidade e a Educação Básica pela Universidade Federal de Pelotas, tem sido o principal canal de diálogo para a realização de ações formativas de professores que, articulados às políticas e gestão da educação, à área de atuação do profissional e às instituições de educação básica, em suas diferentes etapas e modalidades da educação, coloquem em operação novos saberes e práticas. Vale ressaltar que o Fórum é uma ação que vem ao encontro do que preconiza a resolução 02/2015/CNE/CP, que trata das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores – DCNFP, mas também atende à perspectiva da gestão voltada para as Licenciaturas, que visa a troca de experiências e conhecimentos permanente com as redes públicas de ensino

(<https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2017/08/31/encontro-trata-da-programacao-do-forum-de-integracao-entre-a-universidade-e-a-educacao-basica/>).

A integração no curso de Educação Especial Inclusiva – Licenciatura com a Rede de Educação Básica é efetivada, através da perspectiva dialógica e dialética da formação, considerando a inserção dos cursistas nas escolas de Educação Básica durante o percurso formativo, a fim de estabelecer a estreita relação teoria e prática durante do o curso. A integração se dá também através de projetos de pesquisa, ensino e extensão desenvolvidos em vários espaços, grupos de pesquisa, ensino e extensão que tratam da Educação Especial

e da perspectiva inclusiva, entre eles destacamos o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Cognição e Aprendizagem - NEPCA, onde desde 2009/2011 são desenvolvidas pesquisas e cursos de formação no campo da Educação Especial e Educação Inclusiva (<https://wp.ufpel.edu.br/aeufpel/>); destacamos também o Laboratório de Ensino de Ciências e Biologia (<https://wp.ufpel.edu.br/lencibio/>) pelos professores integrantes do LenciBio e de acordo com suas linhas de pesquisa, desenvolvem ações a partir do Desenho Universal para a Aprendizagem e produção de recursos pedagógicos acessíveis, além de linhas de pesquisa nos programas de Pós-Graduação em Educação, Em Ensino de Ciências e Matemática.

Ainda, através de programas de integração (como o PIBID e o programa de interface escola universidade), de ações com a rede pública de ensino (Secretaria Municipal de Educação de Pelotas e do Capão do Leão – SMED e Coordenadoria Regional de Educação – 5ª CRE) através dos Estágios Supervisionados, das Práticas como Componente Curricular, eventos de formação e discussão. Institutos Federais também são parceiros nos estágios supervisionados, fazendo-se uso de termo de compromisso.

No âmbito da formação continuada, além das formações apresentadas pelo NEPCA via RENAFOR, o curso conta também com projetos de pesquisa com a pós-graduação a exemplo do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática em que professores do Curso estão vinculados, o que potencializa a articulação entre licenciandos, docentes e supervisores da rede de escolas da Educação Básica, contemplando aspectos que regem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que constitui o currículo e a formação do profissional.

VIII. INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A UFPel pauta por uma política institucional que integra as ações para a formação de professores no âmbito da pesquisa, do ensino e da extensão, resguardadas as características e a autonomia de cada um de seus Centros, Faculdades, Institutos e Cursos.

Ao longo dos cursos de licenciatura, a articulação entre pesquisa, extensão e atividades de ensino, possibilita a relação entre os campos curriculares, para a compreensão histórica e social do processo de formação docente, de modo a estar em sintonia com os princípios institucionais, sociais, pessoais, afetivos, cognitivos e com a legislação vigente.

Nesse sentido, a integração entre a graduação e a pós-graduação, de acordo com as DCNFP (2015), pode ser tomada como mais um princípio pedagógico necessário ao exercício e ao aprimoramento do profissional do magistério e da prática educativa, sendo

uma forma de valorizar os profissionais da docência, nos planos de carreira e na remuneração dos respectivos sistemas de ensino.

No curso de Educação Especial Inclusiva -Licenciatura, os Programas de Iniciação Científica (IC) existentes vinculam os discentes aos projetos de pesquisa desenvolvidos, sendo esses contemplados com bolsas oferecidas por órgãos como Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS). O Programa de Bolsas de Iniciação à Pesquisa (PBIP), desenvolvido pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação de UFPEL, facilita a iniciação científica de todos aqueles discentes que mostrarem inclinação por alguma das áreas de pesquisa desenvolvidas na Instituição e pertencentes a projetos de pesquisa recomendados pela Pró-Reitoria.

A integração entre graduação e pós-graduação ocorre, mais especificamente, através do Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM/UFPel), e do Programa de Pós-Graduação em Educação, (PPGEdu/UFPEL) .

A Universidade, como locus próprio da produção e socialização de conhecimentos, amplia a formação através de programas de estudos em Pós-Graduação que objetivam a construção e o aprofundamento de saberes considerados de relevância científica, acadêmica e social, proporcionando a formação técnica, científico-cultural e a investigação nos diferentes campos.

Assim, estabelecer as interfaces entre o ensino de Graduação e o de Pós-Graduação, bem como das diferentes produções realizadas, permite a qualificação de ambos os processos, na dialogicidade do conhecimento e na análise das realidades. Neste sentido, o projeto prevê a participação de graduandos nas pesquisas, dissertações e teses desenvolvidas nos programas, bem como a inserção dos pós-graduandos nas vicissitudes sentidas e vividas pelos professores e alunos da formação inicial, para ambos vincularem-se e veicularem as produções a partir e no contexto social onde se inserem.

Ainda, no Curso de Educação Especial Inclusiva - Licenciatura, existe a participação em programas afirmativos do Governo Federal, como o Projeto de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que confere aos alunos bolsistas uma participação ativa e produtiva nas escolas da Educação Básica e, mais recentemente, com o Programa de Atenção Precoce na Infância – PROAPI, proposto pela SECADI/MEC e em desenvolvimento piloto na Universidade Federal de Pelotas.

Além disso, o curso possui projetos de ensino, de monitoria, de extensão e de pesquisa, em fluxo contínuo de novas propostas e que são coordenados por professores do

Curso, em que os alunos podem atuar como bolsistas ou de forma voluntária.

A integração no curso de Educação Especial Inclusiva com a Rede de Educação Básica é efetivada ainda através de projetos de pesquisa, ensino e extensão desenvolvidos em vários espaços, dentre eles salientamos a coordenação e oferta desde 2012 de cursos de formação na área da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, via Rede Nacional de Formação de Professores – RENAFOR, onde já foram ofertados cursos de Extensão e Aperfeiçoamento em Gestão da Educação Inclusiva (8 edições), cursos sobre Atendimento Educacional Especializado em diferentes campos, TEA(4 edições), Altas Habilidades ou Superdotação - AHS, Deficiência visual (2 edições), Deficiência Intelectual (3 edições), Tecnologias para mediação da aprendizagem (3 edições), práticas pedagógicas a partir do Desenho Universal para a aprendizagem, práticas pedagógicas em contexto de pandemia (2 edições), Atendimento Educacional Especializado em Ambiente Domiciliar e Hospitalar, Intervenção Precoce na Infância, Atendimento Educacional Especializado na educação Infantil, Atendimento Educacional Especializado na Educação de jovens e adultos, entre outras formações demandas pelas redes locais, que podem ser acessadas via site <https://wp.ufpel.edu.br/aeufpel/>

Este programa, que integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Cognição e Aprendizagem- NEPCA, contempla outras ações de formação, tais como palestras, seminários, congressos, campanhas.

O NEPCA realiza ainda pesquisas sistemáticas no campo da Educação Especial e Educação Inclusiva, tendo como referência a pesquisa em Intervenção Precoce na Infância e o programa piloto Atenção Precoce na Infância, referenciado pelo Ministério da Educação/SECADI.

Ainda, a integração com as redes se dá através de programas de integração (como o PIBID e o programa de interface escola universidade), de ações com a rede pública de ensino (Secretaria Municipal de Educação de Pelotas e do Capão do Leão – SMED e Coordenadoria Regional de Educação – 5ª CRE) através dos Estágios Supervisionados, das Práticas como Componente Curricular, eventos de formação e discussão. Institutos Federais também são parceiros nos estágios supervisionados, fazendo-se uso de termo de compromisso.

IX INTEGRAÇÃO COM OUTROS CURSOS E PÓS-GRADUAÇÃO

A UFPel incentiva a promoção de uma política de formação de professores que

integre ações, de modo a promover a interdisciplinaridade, a flexibilidade curricular e a mobilidade acadêmica, resguardadas as características e a autonomia de cada Unidade Acadêmica e de cada Curso. As Diretrizes Curriculares Nacionais recomendam a realização de práticas pedagógicas para o conhecimento interdisciplinar sobre o desenvolvimento de crianças, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, cultural, estética e ética.

No curso de Educação Especial Inclusiva - Licenciatura, a integração com outros cursos se estabelece em disciplinas que são compartilhadas com outros graduandos, com cursos de Bacharelado e de Licenciatura, em disciplinas em outras unidades e em disciplinas optativas. Além do exposto, projetos de pesquisa, ensino e de extensão coordenados pelos professores do Curso ou por outros Cursos têm ações que contemplam integração entre outros cursos de graduação, demandando conhecimentos que extrapolam o disciplinar.

No curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva - Licenciatura, a integração com outros cursos se estabelece desde a sua elaboração onde a articulação entre os cursos e professores de diferentes áreas propôs o PPC de Curso e sua estruturação e, ainda, através de projetos de extensão e pesquisa.

X. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Para apoio aos alunos a UFPEL conta com Laboratórios de Informática da Graduação (LIG)., disponibilizando para a comunidade acadêmica, computadores com acesso à internet e programas padrão de edição de documentos.

Os computadores disponibilizados nestes ambientes e os recursos tecnológicos colaboram para a ampliação de espaços de estudos, pesquisas e aulas e auxílio aos discentes, que necessitam de atendimento especial, oriundos do processo de inclusão. Possibilitam também a utilização de espaços virtuais, como o sistema Cobalto e o sistema Moodle (ambiente virtual), facilitando o desenvolvimento da vida acadêmica e dos processos didáticos na universidade e no curso.

Dessa forma a instituição disponibiliza tecnologias que auxiliam no desenvolvimento de disciplinas e espaços de estudo, assim como espaços didáticos pedagógicos de uso contínuo, por monitores de projetos de ensino. Como plataforma, a UFPEL possui o e-projeto e o e-aula, que são sistemas organizados para aulas a distância, disciplinas online, projetos de cursos, acompanhamentos e repositórios de materiais pedagógicos. O NATE, Núcleo de Apoio as tecnologias educacionais, além de criar e organizar recursos, apóia as unidades acadêmicas no

desenvolvimento de sistemas, aulas, recursos e propostas conforme pode ser analisado no site.
<https://wp.ufpel.edu.br/nate/>

Cabe destacar ainda que o Instituto de Biologia, sede do curso, disponibiliza recursos de acessibilidade principalmente no Laboratório de Ensino, contando com equipamentos de tecnologia assistiva, recursos pedagógicos acessíveis e de suporte a serem utilizados tanto pelos alunos no laboratório quanto disponibilizados para as demais salas e espaços. Neste espaço a equipe do NEPCA atua para promover a inclusão e acessibilidade através de pesquisas, cursos, elaboração de materiais e estratégias, bem como apoio a demais unidades.

XI. QUADRO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

O Curso de Educação Especial Inclusiva – licenciatura, é constituído por um coordenador de curso, um coordenador local, professores formadores selecionados via edital público, que serão vinculados como bolsistas ao sistema da CAPES PARFOR EQUIDADE durante o período de atuação.

Como equipe técnico-administrativa conta com um profissional técnico em assuntos educacionais e um técnico administrativo, alocados de unidades da Universidade.

XII. INFRAESTRUTUTURA

O Curso de Educação Especial inclusiva - Licenciatura é sediado principalmente no Instituto de Biologia, Campus Capão do Leão, mas apoiado e atendido por outras Unidades, tais como a Faculdade de Educação, Faculdade de Educação Física, Faculdade de Medicina, Laboratórios dos Cursos de Psicologia e Terapia Ocupacional e espaços no campus Anglo.

O curso dispõe de Sala de Professores, Secretaria do Curso, Salas de Aulas, Salas de Acesso dos alunos à Informática, laboratório de ensino e sala de multimídia.

SALA DOS PROFESSORES

O curso dispõe de uma sala de professores que serve como gabinete de trabalho coletivo. Possui aparelho de ar condicionado e está equipada com 3 computadores de mesa, mesas, armários e cadeiras. Iluminação, limpeza e ventilação atendem às necessidades básicas do uso.

SALAS DE AULA

O Curso dispõe de duas salas de aula de grandes dimensões, com capacidade para cerca de 50 alunos, equipadas com mobiliário e projetores. Os alunos assistem a disciplinas obrigatórias também em outros prédios, tais como: dependências da Faculdade de Educação, no ICH – Campus1; Curso de Educação Física, Faculdade de Letras, Campus Anglo, Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional, entre outras, dependendo da necessidade.

AUDITÓRIOS

O curso conta com um auditório localizado no aulário 2, um auditório central localizado no

prédio do curso de Agronomia, devidamente equipados com aparelho de ar condicionado, iluminação adequada, limpeza e ventilação atendem às necessidades básicas do uso. Além de uso comum em auditórios do Campus Anglo, CEHURS, Centro de Artes e Campus 2.

BIBLIOTECAS

A UFPEL possui um sistema de bibliotecas, com diversas unidades entre as quais destacamos três, a Biblioteca Central, localizada no campus anglo, a Biblioteca das Ciências Humanas e a BBCL, Biblioteca do Campus Capão do Leão., cujo sistema pode ser acessado em

<https://wp.ufpel.edu.br/sisbi/equipe-de-bibliotecarios/biblioteca-de-ciencias-sociais-bibcs/>

O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Pelotas (SisBi/UFPel), subordinado ao Gabinete da Vice-Reitoria, constitui-se, pela Coordenação de Bibliotecas e pelas 08 (oito) bibliotecas da instituição: Biblioteca Campus Porto, Biblioteca da Odontologia, Biblioteca de Ciências Agrárias, Biblioteca de Ciências Sociais, Biblioteca de Ciências e Tecnologia, Biblioteca de Educação Física, Biblioteca de Medicina, Biblioteca do Direito.

Os principais serviços oferecidos pelas bibliotecas são:

- Consulta local;
- Empréstimo domiciliar;
- Comutação Bibliográfica (COMUT);
- Empréstimo de salas de estudos;

- Visitas guiadas à biblioteca;
- Reserva e renovação de materiais online;
- Treinamento de usuários;
- Treinamento no Portal de Periódicos da CAPES;
- Repositório Institucional (Guaiaca);
- Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER);
- Acesso à internet para pesquisas acadêmicas e consulta ao acervo;
- Catalogação na fonte de trabalhos acadêmicos;
- Auxílio na normalização de trabalhos acadêmicos.

O SisBi/UFPel utiliza sistema especializado de gerenciamento da biblioteca, possibilitando fácil acesso ao acervo que está organizado por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as áreas de abrangência dos cursos da instituição. Opera com o sistema *Pergamum* que é um software especializado em gestão de bibliotecas, facilitando assim a gestão de informação, ajudando a rotina diária dos usuários da biblioteca.

O acervo é composto de bibliografias básicas e complementares, assim como outros suportes às atividades de ensino, pesquisa e extensão. As coleções das bibliotecas contêm diferentes tipos de materiais de informação: livros, eBooks, trabalhos acadêmicos: Tese, Dissertação e Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCC) e de Especialização (TCCP), periódicos, folhetos, CD-ROM, CD, DVD, acervos de formatos acessíveis às pessoas com deficiência e outros, os quais são organizados e catalogados de acordo com o Código de Catalogação Anglo-Americano – AACR2 e classificados pela tabela de Classificação Decimal de Dewey- CDD.

Oferece acesso a fontes de informação on-line: Portal de Periódicos da CAPES, Portal de Periódicos da UFPel, Repositório Institucional, E-books Springer. Além de contar com as seguintes assinaturas anuais:

- **Plataforma Minha Biblioteca:** É um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil - Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva - que oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela internet. Através da plataforma Minha Biblioteca, estudantes terão acesso rápido e fácil a milhares de títulos

acadêmicos entre as principais publicações de diversas áreas de especialização: direito, ciências sociais aplicadas, saúde, entre outras.

- **Target GEDWeb:** é um sistema de gestão de normas e documentos regulatórios que foi desenvolvido para gerenciar grandes acervos de normas e informações técnicas. Conta com Mais de 16.000 Normas ABNT NBR/NM; Mais de 16.000 Normas Internacionais e Estrangeiras. 49 entidades internacionais (BSI, AFNOR, AENOR, JIS, ASME, API, IEEE, NFPA e outras); Mais de 12 mil Diários Oficiais; Projetos de Norma Brasileira em Consulta Nacional; Mais de 8.000 Regulamentos Técnicos/Portarias do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia); Normas Regulamentadoras do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego); Mais de 115.000 Resoluções ANEEL (Agência Nacional do Sistema Elétrico); Procedimentos ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico); Mais de 110.000 Procedimentos ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); Mais de 130.000 Resoluções MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento); Legislações CONAMA, entre outros.
- **E-Book Academic Collection:** Esta coleção é uma maneira fácil das bibliotecas oferecerem aos seus usuários, uma extensiva coleção de eBooks em texto completo nas suas áreas de pesquisa. A coleção abrange todas as áreas do conhecimento, oferecendo mais de 170.000 e-books, esta coleção inclui títulos de principais editores universitários, como Oxford University Press, MIT Press, State University of New York Press, Cambridge University Press, University of California Press, McGill-Queen's University Press, Harvard University Press and many others. Additional academic publishers include Elsevier, Ashgate Publishing, Taylor & Francis, Sage Publications and John Wiley & Sons.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. L. de A. **História da Educação e da Pedagogia**. 3a. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- BARROS, C. M. **Novo paradigma ou irracionalismo?** Notas críticas a um discurso sobre as ciências, de Boaventura Sousa Santos. In: X Seminário Estadual da Associação Nacional de Política e Administração de Educação, 2006, São Paulo. Anais. São Paulo: ANPAE, Jun. 2006.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 13/2009**: diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4 de 2009**. Institui Diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos políticos-legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: SEESP, 2010.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 7.612/2011**. Institui o Plano Nacional das Pessoas com Deficiência - Plano viver sem limite. Brasília, 2011
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 7611/2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei 13.146/2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.
- CÓSSIO, Maria de Fátima; RODRIGUEZ, Rita de Cássia. Políticas públicas e possibilidades de construção da escola inclusiva. *In*: DOTTI, Corina M. **Diversidade e inclusão**: reconfiguração da prática pedagógica. Caxias do Sul: EDUCS, 2008.

MAGALHÃES, Rita de Cássia B. P.; CARDOSO, Ana Paula L.B. Educação especial e educação inclusiva: conceitos e políticas educacionais. *In*: MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva (org.). **Educação Inclusiva: escolarização, política e formação docente**. Brasília: Líber Livro, 2011.

MENDES JUNIOR, Edson; TOSTA, Estela. 50 anos de políticas de educação especial no Brasil: movimentos, avanços e retrocessos. *In*: ANPED SUL - Seminário de pesquisa em educação da região Sul, 9., 2012. **Anais [...]**. Caxias do Sul: UCS, 2012.

MOISES, Ronaldo Rodrigues; STOCKMANN, Daniel. **A pessoa com deficiência no curso da história: aspectos sociais, culturais e políticos**. History of Education in Latin America - HistELA, [S.l.], v.3, 2020.

PERTILE, Eliane Brunetto; MORI, Nerlo Nonato Ribeiro, **HISTÓRIA E CONTRADIÇÕES NA EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: DA ELIMINAÇÃO AO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**. . Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 21, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8659160>.

RODRIGUEZ, Rita de Cássia M. Cássio. **Intersubjetividade nas relações: análise das representações das diferenças**. 1999. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

_____. Públicas e a perspectiva da inclusão nos contextos portugueses e brasileiros. *In*: RODRIGUEZ, Rita de Cássia M. Cássio. **Processos cognitivos e aprendizagem de sujeitos com Transtorno do Espectro Autista: relatório de pós-doutoramento**. Universidade do Minho - PT, 2014.

_____; CÁSSIO, Maria de Fátima (org.). **Gestão do desenvolvimento inclusivo na escola**. Pelotas, UFPel, 2015.

_____. **Educação Inclusiva**. Cadernos de Estudos do Curso de Práticas para o Atendimento Educacional Especializado, 2022

_____. **Políticas públicas e ordenamentos legais: cadernos de estudos do curso de Gestão da Educação Especial e Educação Inclusiva**. Pelotas: UFPel, 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ORIENTAÇÕES PARA OS ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA – LICENCIATURA

APRESENTAÇÃO

Este documento tem por finalidade orientar estagiários e demais envolvidos nos Estágios Curriculares Supervisionados do Curso de Educação Especial Inclusiva – Licenciatura da Universidade Federal de Pelotas. Considera a legislação vigente⁶ e orienta procedimentos a serem adotados e suas finalidades.

O regulamento apresenta:

- a caracterização dos estágios;
- as etapas de estágio;
- as atribuições acadêmicas dos envolvidos como estágio;
- contextualização dos estágios, trazendo orientações gerais comuns aos componentes curriculares que os compõem.

CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES DOS ESTÁGIOS

Os estágios curriculares supervisionados fazem parte do Projeto Político de Curso – PPC - do Curso de Educação Especial Inclusiva – Licenciatura e seguem orientações da Resolução CNE/CP nº 02, de julho de 2015, as Resoluções CNE/CP nº1 e CNE/CP nº 2, de fevereiro/2002, e CNE/CP nº02, de julho/2015, bem como o Parecer CNE/CPNº9, de dezembro de 2007, que dispõem sobre os estágios curriculares nos Cursos de Licenciatura.

⁶ Lei 9394/96; Lei 11.788/2008; Resolução CNE/CP 02/2002; Resolução do COCEPE/UFPel 04/2009.

Sendo componente curricular obrigatório do currículo, os estágios pretendem consolidar a formação profissional, numa perspectiva de aproximação com a realidade escolar. Os estágios iniciam a partir da segunda metade do Curso, contabilizando 480 horas.

Conforme a Lei 11.788/2008—lei federal que regulamenta estágios—em seu Art. 1º, o “estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos”. As Resoluções 03/2009 e 04/2009 do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Pelotas—COCEPE—estão de acordo com a legislação nacional e, em relação aos estágios em cursos de formação de professores, está o Parecer do Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE/CP 28/2001), que define, a obrigatoriedade de, no mínimo, 400 horas de estágio, de modo presencial.

Quanto à prática:

Os estágios preveem articulação entre formação teórica e prática, supervisionada pela instituição formadora. O objetivo é formar o acadêmico para a docência na Educação Básica a partir da ação pedagógica, decisões e reflexões sobre sua prática.

Quanto à carga horária:

Todos os acadêmicos deverão cumprir uma carga horária mínima de quatrocentas (400) horas de estágio curricular obrigatório. As atividades de estágio têm início a partir da segunda metade do Curso e são distribuídas nos componentes curriculares:

Estágio Supervisionado I: Educação Infantil; Estágio Supervisionado II: Ensino Fundamental; Estágio Supervisionado III: Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos; Estágio Supervisionado IV: Educação do Campo, indígena e quilombola.

Quanto à realização:

Os estágios compreendem períodos de observação e de realização de práticas pedagógicas em todos Estágios, todos na educação básica.

Quanto à equipe:

A equipe de estágio está formada por: acadêmicos do Curso de Educação Especial-licenciatura - **estagiários**; os docentes da UFPel, regentes das componentes curriculares de Estágio – **professores orientadores** ; os professores das escolas de educação básica - **professores supervisores**.

ETAPAS DO ESTÁGIO

O desenvolvimento dos estágios atenderá as seguintes etapas:

Planejamento:

A etapa de planejamento consiste em:

- Leitura e estudo de textos e materiais indicados pelo professor orientador que proporcionarão embasamento teórico para a prática;
- Reconhecimento do campo de estágio, com anuência ou acompanhamento do professor orientador;
- Conhecimento do Projeto Político Pedagógico da escola, das organizações físicas, pedagógicas, estruturais e administrativas para a concretização da Educação Inclusiva, Estrutura e organização do Atendimento Educacional Especializado e dos apoios previstos, as metodologias e teorias utilizadas pelos professores, bem como a organização e flexibilização curricular, a proposição e efetivação da perspectiva do Desenho Universal para a Aprendizagem e demais princípios da Educação Especial e Inclusiva, nos diferentes níveis e modalidades de ensino;
- Elaboração de cronograma de estágio, planos de ensino e de aula, sob orientação do professor orientador e do professor supervisor;
- Planejamento e início da escrita do relatório de estágio, sob orientação do professor orientador.

Execução

O acadêmico apenas poderá iniciar o estágio mediante autorização das Coordenadorias Regionais de Educação e/ou da Secretaria Municipal de Educação e pelo professor orientador.

- Deverão ocorrer reuniões periódicas entre o professor orientador e a turma de estagiários sob sua orientação;
- Deverá ocorrer supervisão na escola em que o estágio for realizado.

O estagiário deverá desempenhar, no mínimo, quatro horas (04h) de observação em escolas e turmas da Educação Básica e exercer, no mínimo, doze horas (12h) de regência de classe e de apoio Educacional Especializado de acordo com exigência da modalidade e do professor orientador de estágio em curso.

Durante a atuação, o professor supervisor acompanhará as atividades do estagiário na escola que receberá a(s) visita(s) de avaliação do professor orientador.

Finalização

A etapa de conclusão do estágio consiste no registro e entrega das avaliações escolares, escrita final do relatório ou portfólio de estágio sob orientação do professor orientador e avaliação realizada pelo professor orientador.

ATRIBUIÇÕES ACADÊMICAS REFERENTES AOS ESTÁGIOS – ESTAGIÁRIO

1. Conhecer o conteúdo deste regulamento e cumprir de forma integral suas orientações;
2. Cumprir com as exigências das componentes curriculares de estágio, no que concerne a leituras, escrita de textos, planejamento e execução da docência;
3. Participar dos encontros de orientação com seu professor orientador;
4. Obter frequência integral (100%) nas atividades no contexto de observação, atuação e regência;
5. Redigir e apresentar, ao final de cada componente curricular, o relatório de estágio ou portfólio conforme orientações apresentadas neste regulamento.

6. Comprometer-se com a escola que acolheu o estagiário. Se por algum motivo o aluno não puder comparecer à escola nas datas programadas, deverá comunicar antecipadamente ao seu professor supervisor e ao seu professor orientador. A não observância deste item corresponde a uma falta grave, sob o risco do cancelamento do estágio.

DO ORIENTADOR DE ESTÁGIO

1. Conhecer o conteúdo deste regulamento e cumprir de forma integral suas orientações;
2. Manter-se atualizado no que diz respeito à legislação referente ao estágio;
3. Prestar e divulgar as informações necessárias para a realização do estágio;
4. Organizar a documentação necessária para o desenvolvimento do estágio: convênios com as Secretarias de Educação, escolas, instituições ou projetos; Seguro obrigatório;
5. Sugerir escolas, com vistas à realização de futuros estágios;
6. Orientar e acompanhar procedimentos relacionados à Carta de Apresentação, ao Termo de Compromisso e a outros junto aos estagiários;
7. Acompanhar, orientar e avaliar, juntamente com o professor supervisor, o trabalho desenvolvido na componente curricular de estágio;
8. Orientar o estagiário na elaboração do planejamento didático e do relatório de estágio;
9. Manter constante a orientação do estagiário, realizando visitas de avaliação in loco;
10. Organizar encontros para que os estagiários possam socializar suas experiências e receber orientações coletivas e individuais;
11. Planejar e organizar a realização de seminários gerais de estágios;
12. Divulgar e verificar o cumprimento das normas contidas neste regulamento.

DO SUPERVISOR DE ESTÁGIOS

1. Receber o estagiário, proporcionando ambiente para a realização do estágio;
2. Informar ao estagiário o plano de ensino e o planejamento pedagógico;
3. Estar ciente e de acordo com o planejamento do estagiário;
4. Acompanhar o estagiário durante sua docência, apontando possíveis caminhos;
5. Avaliar o estagiário de acordo com a solicitação do professor orientador;
6. Manter diálogo com o professor orientador;

7. Informar o professor orientador sobre eventuais ocorrências no desenvolvimento do estágio.

DA ESCOLA CONCEDENTE DE ESTÁGIO

1. Assinar e carimbar o Convênio e o Termo de Compromisso apresentados pelo estagiário;
2. Disponibilizar um professor das turmas e/ou do Atendimento Educacional Especializado como professor supervisor, responsável pelo acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo estagiário;
3. Criar uma folha-ponto para comprovar horários de entrada e saída dos estagiários da escola;
4. Fornecer ao final do estágio:
 - a) Comprovante(atestado)com a carga horária cumprida pelo estagiário (papeltimbrado assinado e carimbado pela direção da instituição);
 - b) Cópia xerox da folha-ponto do estagiário,assinada e carimbada;
 - c) Avaliação do estagiário realizada pelo professor supervisor,carimbada e assinada.

AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO

Aavaliação nas atividades dos componentes curriculares de estágio será acordada entre docentes e graduandos em cada turma, observando alguns princípios orientadores:

- Frequência mínima na componente curricular deve ser de, no mínimo, 75% dos encontros programados pelo professor orientador;
- Frequência integral(100%)nas atividades de estágio na escola;
- O graduando frequente que obtiver nota semestral igual ou superior a 7,0 estará aprovado. A realização de exame não é facultada às componentes curriculares de estágio, assim, notas inferiores a 7,0 implicam em reprovação.

REFERÊNCIAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS.Pró-Reitoria de Graduação.Manual de Estágios da UFPel.

APÊNDICE B - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Colegiado do Curso de Educação Especial Inclusiva - Licenciatura, no uso de suas atribuições, regulamenta o Trabalho de Conclusão de Curso para o Curso de Educação Especial Inclusiva - Licenciatura, do Instituto de Biologia, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Constitui-se em atividade curricular obrigatória para a integralização do curso e se efetiva através das disciplinas : Trabalho de Conclusão de Curso I, Trabalho de Conclusão de Curso II

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O trabalho de conclusão de curso do Curso de Educação Especial Inclusiva - Licenciatura da Universidade Federal de Pelotas constitui-se em atividade curricular obrigatória para a integralização do curso e se efetiva através dos componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I, Trabalho de Conclusão de Curso II, consiste na elaboração de um trabalho com caráter técnico- científico (projeto de pesquisa) de realização individual iniciado no componente Trabalho de conclusão I, que será apresentado ao final do componente Trabalho de Conclusão II, no formato de monografia ou artigo científico e defendido formalmente perante uma banca examinadora em sessão pública;

Art. 2º Desde o projeto o mesmo deverá ser escrito conforme as normas da ABNT e/ou as orientações do manual de normas da UFPel e exige, para aprovação nas disciplinas nota de avaliação igual ou superior a 7.0 (sete) atribuído pela banca examinadora orientador.

Art.3º O TCC (desde o projeto de pesquisa no componente Trabalho de Conclusão I até sua finalização no componente Trabalho de Conclusão de Curso II, será orientado e acompanhado por 1(um) professor do quadro de pessoal docente da Universidade Federal de Pelotas e do Colegiado do Curso de Educação Especial Inclusiva - Licenciatura, observando a temática escolhida e o perfil do egresso desejado para a referida Licenciatura em Educação Especial Inclusiva.

TÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art.4º Objetivo geral: O objetivo geral do TCC é oportunizar a iniciação científica na formação do licenciando do Curso de Educação Especial Inclusiva - Licenciatura com a finalidade de adentrar no universo investigativo da área compreendendo a dinâmica da construção do conhecimento.

Art.5ºObjetivos específicos:

- I. compreender o trabalho científico enquanto processo dentro de um olhar mais amplo de pesquisa que compreenda que determinado assunto em estudo não se esgota nele próprio, mas abre caminhos para novas investigações;
- II. estimular a leitura e escrita no desenvolvimento do trabalho científico entendendo que uma retroalimenta a outra;
- III. oportunizar, através do TCC, uma postura ética em todas as etapas do trabalho, de modo que o discente se comprometa com a responsabilidade social do trabalho produzido;
- IV. promover o olhar crítico e reflexivo em todas as etapas da construção do trabalho com vistas à criatividade e curiosidade perante o mundo contemporâneo, habilidades essenciais na formação profissional do licenciando;
- V. possibilitar a interface do curso e da universidade com a comunidade, desenvolvendo reflexões de problemáticas ou temas do contexto profissional ou social do futuro docente, para que o conhecimento não fique isolado de “forma esotérica em um meio universitário”

(BASTIAN, 2000, p. 79);

VI. motivar para a continuidade de trabalhos de pesquisa e formação continuada em cursos de pós-graduação;

VII. incentivar a socialização do conhecimento através da participação dos discentes em eventos científicos da área e publicação em congressos, encontros e seminários.

TÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TCC

Art. 6º O TCC do Curso de Educação Especial Inclusiva – Licenciatura, estrutura-se a partir dos componentes curriculares obrigatórios: Trabalho de Conclusão de Curso I, Trabalho de Conclusão de Curso II

Art.7º O acadêmico do curso de Educação Especial Inclusiva , Modalidade Licenciatura da Universidade Federal de Pelotas, para matricular-se no componente curricular obrigatório Trabalho de Conclusão de Curso II, deve ter cursado o componente curricular obrigatórios Trabalho de Conclusão de Curso I (com aprovação).

TÍTULO IV

DOS DOCUMENTOS

Art. 8º Para caracterização e avaliação do produto do componente Trabalho de Conclusão de Curso II de que trata esta norma, são necessários os seguintes documentos:

I. termo de compromisso e solicitação de orientação do TCC pelo acadêmico e respectivo aceite do professor orientador;

II. projeto de pesquisa aprovado no contexto dos componentes Trabalho de Conclusão de Curso I

III. parecer do comitê de ética em pesquisa –UFPEL(quando for o caso);

IV. termo de indicação para constituição de banca avaliadora do TCC, emitido pelo professor orientador;

V. Ata de defesa do TCC;

VI. texto acadêmico, apresentado na forma de monografia ou artigo científico, conforme Manual de elaboração e normatização de trabalhos acadêmicos da UFPEL (com registro na Biblioteca).

TÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES

Art.9º São atribuições específicas dos orientadores do TCC do Curso de Educação Especial Inclusiva - Licenciatura:

- I. assinar o termo de aceite de orientação do TCC responsabilizando-se pela orientação e supervisão das atividades realizadas no âmbito dos componentes curriculares obrigatórios;
- II. elaborar juntamente com o acadêmico o planejamento das atividades do TCC, em atenção ao cronograma das atividades do Projeto de Pesquisa nos componentes curriculares obrigatórios, realizar reuniões sistemáticas de orientação e avaliação das atividades do realizadas junto aos componentes curriculares obrigatórios
- III. sugerir, em comum acordo com o acadêmico, a constituição da banca de avaliação do TCC;
- IV. emitir o convite para os membros da banca de avaliação (dois avaliadores);
- V. participar da banca de avaliação do TCC sob sua orientação;

Art.10º São atribuições do acadêmico:

- I. desenvolver as atividades propostas nos componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I, II
- II. encaminhar, junto ao orientador, o termo de compromisso e solicitação de orientação do mesmo;
- III. elaborar o projeto e o TCC segundo o “Manual para Elaboração e Normalização de Trabalhos Acadêmicos –conforme normas ABNT” da UFPEL e o exposto neste Regulamento;

- IV. evidenciar a questão ética na abordagem e discussão do tema do TCC;
- V. comparecer durante o processo de orientação do trabalho, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária prevista nas disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso I, II
- VI. cumprir o cronograma das atividades do TCC, estabelecido pelo coordenador e pelo professor orientador nos componentes curriculares obrigatórios Trabalho de Conclusão de Curso I, II
- VII. entregar ao professor orientador a versão final do TCC para que o mesmo seja encaminhado para a banca avaliadora com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência da data prevista para a defesa pública do mesmo;
- VIII. comparecer perante a banca examinadora para apresentação do trabalho e esclarecimentos;
- IX. acatar sugestões propostas pela banca observando os prazos finais de entrega do trabalho;
- X. entregar uma cópia digital em formato pdf (online) do TCC após as correções sugeridas, para o acervo da Biblioteca;
- XI. proceder de acordo com o processo de depósito e publicação do trabalho acadêmico, conforme estabelecido no “Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos: conforme normas da ABNT”.

TITULO VI

DA AVALIAÇÃO

Art. 11º A avaliação dos acadêmicos, nos componentes curriculares obrigatórios Trabalho de Conclusão de Curso I, II será realizada de acordo com o que tendo por requisito para aprovação a nota final com valor atribuído de no mínimo 7,0 (sete).

Parágrafo primeiro- Durante a defesa pública, o acadêmico dispõe de 15 (quinze) a 20 (vinte) minutos para sua apresentação do TCC. Cada membro da banca avaliadora dispõe de 10 (dez) a 15 (quinze) minutos para arguição.

Parágrafo segundo- A nota final do TCC será constituída pela média aritmética das avaliações

feitas por cada um dos membros da banca avaliadora.

Parágrafo terceiro-O acadêmico que não entregar o TCCconforme cronograma estabelecido, ou que não se apresentar para a sua defesa pública, sem motivo justificado na forma da legislação em vigor, está automaticamente reprovado no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II

DIMENSÃO DA FORMAÇÃO	HORAS
FORMAÇÃO BÁSICA/ESPECÍFICA/TEÓRICO-PRÁTICA	945
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	450
ESTÁGIOS CURRICULARES	400h
DIMENSÃO PEDAGÓGICA	825 h
FORMAÇÃO EM EXTENSÃO	330h
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	105h
TOTAL	3210

